

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ROHULLAH MOJADDEDI

A DIMENSÃO REGIONAL DOS RECURSOS MINERAIS NO
AFEGANISTÃO: ATORES-CHAVE E O PAPEL DO PAÍS NO BELT AND
ROAD INITIATIVE (BRI)

Uberlândia

2026

ROHULLAH MOJADDEDI

A DIMENSÃO REGIONAL DOS RECURSOS MINERAIS NO
AFEGANISTÃO: ATORES-CHAVE E O PAPEL DO PAÍS NO BELT AND
ROAD INITIATIVE (BRI)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos à obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais.

Linha de pesquisa: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça

Uberlândia

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M715 Mojaddedi, Rohullah, 1989-
2026 A DIMENSÃO REGIONAL DOS RECURSOS MINERAIS NO AFEGANISTÃO: ATORES-CHAVE E O PAPEL DO PAÍS NO BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI) [recurso eletrônico] / Rohullah Mojaddedi. - 2026.

Orientador: Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.128>
Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. I. Mendonça, Dr. Filipe Almeida do Prado, 1986-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2: Gizele
Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Relações Internacional - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 114, PPGRI				
Data:	05 de março de 2026	Hora de início:	13:00	Hora de encerramento:	14:30
Matrícula do Discente:	12412RIT013				
Nome do Discente:	Rohullah Mojaddedi				
Título do Trabalho:	A dimensão regional dos recursos minerais no Afeganistão: Atores-chave e o papel do país no Belt and Road Initiative (BRI).				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Economia Política Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Dinâmica Competitiva e Interações Estratégicas: os impactos da competição tecnológica entre EUA-China sobre o Brasil				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Aureo de Toledo Gomes (UFU); Tomás Marques (GIGA) e Filipe Almeida do Prado Mendonça (PPGRI/UFU) orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Filipe Almeida do Prado Mendonça - PPGRI/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos,

conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora. A Banca examinadora solicitou registro que recomendam a publicação do trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Almeida do Prado Mendonça, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/03/2026, às 05:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aureo de Toledo Gomes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/03/2026, às 07:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tomás Costa de Azevedo Marques, Usuário Externo**, em 09/03/2026, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7015078** e o código CRC **D14BD1F1**.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação é resultado da colaboração e do apoio de diversas pessoas que acompanharam minha trajetória acadêmica. Sem elas, este trabalho não teria sido possível. Este projeto também é fruto das políticas públicas que garantem uma educação pública, gratuita e de qualidade, permitindo que muitos estudantes, incluindo eu, tenham acesso a oportunidades que antes pareciam distantes.

A conclusão desta dissertação representa a realização de um sonho, construído com dedicação e superação. Cada etapa desse caminho foi marcada por desafios que, graças ao apoio recebido, transformaram-se em oportunidades de aprendizado e de crescimento. Assim, este trabalho só foi possível devido ao suporte, à orientação e à confiança daqueles que estiveram ao meu lado e que acreditaram no meu potencial ao longo dessa jornada.

Gostaria de expressar minha gratidão, em primeiro lugar, à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) por me oferecerem a oportunidade de participar de um processo seletivo inclusivo. Além disso, expresso um agradecimento especial à Lara Pereira, do DIASSE, à Elaine e ao Breno, do PROAE, pelo apoio indispensável e por terem sido guias fundamentais durante o período

Dedico, também, meus sinceros agradecimentos ao Dr. Filipe Mendonça, coordenador do programa e meu orientador; ao Professor Carlos, reitor da UFU; ao Professor Thiago Paluma, pró-reitor; e aos Professores Waldenir e Valeska, da Diretoria de Relações Internacionais, pelo inestimável apoio no processo de obtenção da bolsa da FAPEMIG. Seus conselhos e incentivo foram essenciais para a construção e para o desenvolvimento desta dissertação, além de terem sido fundamentais em minha trajetória acadêmica desde o início na UFU. Quero também expressar minha profunda gratidão aos meus professores, com destaque especial ao Professor Vitor Vasconcelos, cujas orientações e correções foram de extrema importância. Tenho por ele um profundo respeito e admiração.

Por fim, dedico este trabalho a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. A cada um, meu mais sincero agradecimento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGS - Associação de Geotécnicos e Geoambientais
- ASM - Mineração Artesanal e de Pequena Escala (Artisanal and Small-scale Mining)
- BRI - Belt and Road Initiative
- CAP - Conselho de Avaliação de Projetos
- CAPEIC - China-Afghanistan Petroleum and Energy Investment Corporation
- CIR - Center for International Relations
- CNCP - China National Petroleum Corporation
- CPEC - Corredor Econômico China-Paquistão (China-Pakistan Economic Corridor)
- Codelco - Corporación Nacional del Cobre de Chile
- DDC - Desenvolvimento Desigual e Combinado
- EITI - Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (Extractive Industries Transparency Initiative)
- EU - União Europeia
- FDI - Investimento Direto Estrangeiro (Foreign Direct Investment)
- FEES - Fundo de Estabilização Econômica e Social
- FOIA - Freedom of Information Act
- IPPA - Instituto de Políticas Públicas e Administração (Institute of Public Policy and Administration)
- ISAF - Força Internacional de Assistência para Segurança (International Security Assistance Force)
- JSR - Recursos Sustentáveis para Jharkhand (Jharkhand Sustainable Resources)
- LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
- MoMP - Ministério de Minas e Petróleo (Ministry of Mines and Petroleum)
- MCC - China Metallurgical Group Corporation
- NEPA - Agência Nacional de Proteção Ambiental (National Environmental Protection Agency)
- OBOR - One Belt, One Road
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP - Parcerias Público-Privadas

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

SAIL - Steel Authority of India Ltd

SIGAR - Inspetor Geral Especial para a Reconstrução do Afeganistão (Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction)

SQM - Sociedad Química y Minera de Chile

TFBSO - Task Force for Business and Stability Operations

UCD - Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado

UNDP - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations Environment Programme)

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (United Nations Office on Drugs and Crime)

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USGS - Serviço Geológico dos Estados Unidos (United States Geological Survey)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais indicadores socioeconômicos.....	16
Tabela 2 - Dados das exportações afegãs 1993 – 2023.....	17
Tabela 3 – Distribuição da Produção de Minerais Estratégicos no Afeganistão (2025).....	23
Tabela 4 - Afeganistão e o conceito de desenvolvimento desigual e combinado	36
Tabela 5 - Comparação das Abordagens da China, EUA e UE na Exploração Mineral do Afeganistão	48
Tabela 6 - Objetivos estratégicos.....	53
Tabela 7 - Estratégias de mitigação	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos recursos minerais do Afeganistão	15
Figura 2 - Situação catastrófica pós-enchentes na província de Baghlan	26
Figura 3 – Dado geo-hidrológico do Afeganistão.....	27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB do Afeganistão 2000 - 2024.....	20
Gráfico 2 – Nível de atividade mineradora no Afeganistão (1933-2024).....	22
Gráfico 3 - Evolução dos investimentos estrangeiros no setor mineral	38
Gráfico 4 - Investimento e Construção da CNPC no Afeganistão (2005-2023).....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - AS RESERVAS MINERAIS - DESAFIOS E LIMITAÇÕES E A POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO	14
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	18
1.2 DESAFIOS E LIMITAÇÕES.....	23
1.3 TERRAS RARAS: POTENCIAL ESTRATÉGICO AFEGÃO	28
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS, DINÂMICA REGIONAL, ATORES INTERNACIONAIS E A INICIATIVA DO BRI	30
2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	30
2.3 O PAPEL DOS ATORES INTERNACIONAIS (CHINA, ÍNDIA, RÚSSIA, EUA)	37
2.3.1 China: o parceiro dominante e seus interesses estratégicos	39
2.3.2 Rússia e Índia: interesses e influência regional.....	41
2.3.3 Estados Unidos e União Europeia: Do engajamento ao isolamento	42
2.4 A INICIATIVA BRI E SUA RELEVÂNCIA PARA O AFEGANISTÃO.....	44
CAPÍTULO 3 – ACORDOS E COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS, EITI, ENTREVISTAS E AS PROPOSTAS PARA O AFEGANISTÃO	50
3.1 ACORDOS E COOPERAÇÃO ENTRE CNPC, MOMP E BANCO MUNDIAL	50
3.2 EXTRACTIVE INDUSTRIES TRANSPARENCY INITIATIVE (EITI)	54
3.3 ENTREVISTAS.....	57
3.4 PROPOSTAS PARA O AFEGANISTÃO E POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO	60
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE A – Termo de Consentimento	96
APÊNDICE B – Entrevista 1	98
APÊNDICE C – Entrevista 2.....	103

RESUMO

Esta dissertação analisa a exploração e a governança dos recursos minerais no Afeganistão à luz das dinâmicas geopolíticas contemporâneas e das teorias do Desenvolvimento Desigual e Combinado e da Maldição dos Recursos. Embora o país possua vastas reservas de minerais estratégicos, como lítio, cobre, ferro e terras raras, essenciais para a transição energética global, a pesquisa demonstra que esse potencial não se converte em desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, a exploração mineral tem reproduzido padrões históricos de dependência, fragilidade institucional e desigualdade socioambiental. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental de acordos internacionais, relatórios de organismos multilaterais e dados de instituições como USGS, Banco Mundial e EITI, complementada por entrevistas semiestruturadas com especialistas do setor mineral afegão. A triangulação entre fontes documentais e empíricas evidencia como a atuação de potências externas, especialmente China, Rússia e Estados Unidos, molda a inserção subordinada do Afeganistão nas cadeias globais de valor. Conclui-se que apenas o fortalecimento institucional, aliado à transparência, à inclusão comunitária e à diversificação econômica, pode transformar a riqueza mineral afegã em um vetor de desenvolvimento sustentável e de soberania econômica.

Palavras-Chave: Governança mineral; Desafios da Mineração; Sustentabilidade; Atores Globais e Geopolítica na Exploração Mineral; China e Belt and Road Initiative.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the exploitation and governance of mineral resources in Afghanistan in light of contemporary geopolitical dynamics and the theories of Uneven and Combined Development and the Resource Curse. Although the country has vast reserves of strategic minerals, such as lithium, copper, iron, and rare earths, which are essential for the global energy transition, the research shows that this potential does not translate into sustainable development. On the contrary, mineral exploitation has reproduced historical patterns of dependence, institutional fragility, and socio-environmental inequality. Methodologically, the study adopts a qualitative approach based on documentary analysis of international agreements, reports from multilateral organizations, and data from institutions such as the USGS, World Bank, and EITI, complemented by semi-structured interviews with experts from the Afghan mineral sector. The triangulation between documentary and empirical sources highlights how the actions of external powers, especially China, Russia, and the United States, shape Afghanistan's subordinate insertion into global value chains. It is concluded that only institutional strengthening, combined with transparency, community inclusion, and economic diversification, can transform Afghanistan's mineral wealth into a vector for sustainable development and economic sovereignty.

Keywords: Mineral Governance; Mining Challenges; Sustainability; Global Actors and Geopolitics in Mineral Exploration; China and Belt and Road Initiative.

INTRODUÇÃO

O Afeganistão, situado na interseção da Ásia Central e do Sul, ocupa uma posição geopolítica estratégica, funcionando como ponte natural entre regiões de significativa relevância econômica e política. De acordo com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS, 2022), o país abriga uma expressiva riqueza mineral, composta por reservas substanciais de lítio, de cobre e de terras raras. Entretanto, a exploração desses recursos tem sido marcada por dinâmicas de dependência econômica, de desigualdade social e de fragilidade institucional, fatores que comprometem a consolidação de um modelo autônomo de desenvolvimento.

A relevância deste estudo decorre da necessidade de compreender como um país dotado de vasto potencial mineral, mas caracterizado por instabilidade política e desafios estruturais, pode converter suas riquezas em instrumentos efetivos de desenvolvimento sustentável. Conforme O'Donnell (2022), a crescente demanda mundial por minerais estratégicos, impulsionada pela transição energética e pela expansão tecnológica, torna o Afeganistão um caso relevante para analisar os efeitos das intervenções internacionais e as dinâmicas de governança em economias dependentes. Nesse contexto, a pesquisa propõe-se a responder à seguinte questão: de que maneira as relações assimétricas entre o Afeganistão e as potências estrangeiras, especialmente China, Rússia e Estados Unidos, influenciam a exploração e a governança dos recursos minerais do país?

Diante do cenário geopolítico e econômico anteriormente exposto, parte-se da hipótese de que a exploração mineral no Afeganistão é condicionada por relações de dependência e de assimetria com potências externas, o que perpetua vulnerabilidades econômicas e institucionais e restringe a consolidação de um modelo soberano e sustentável de gestão dos recursos minerais. Com base nessa hipótese, o objetivo geral deste trabalho é analisar de que modo as agendas geopolíticas e econômicas das potências internacionais influenciam a exploração e a gestão dos recursos minerais no Afeganistão, buscando identificar seus impactos sobre o desenvolvimento sustentável e sobre a soberania econômica do país.

Nesse sentido, os objetivos específicos são: a) Identificar os principais atores internacionais envolvidos no setor mineral afegão e suas estratégias geopolíticas; b) Avaliar os desafios institucionais, sociais e ambientais que comprometem o desenvolvimento sustentável da mineração; c) Examinar de que forma as teorias do Desenvolvimento Desigual e Combinado (Trotsky, 1930; Rosenberg, 2016) e da Maldição dos Recursos (Auty, 1993; Sachs; Warner, 2001) explicam a dependência econômica e tecnológica do Afeganistão; d) Analisar

experiências internacionais de governança mineral (Botsuana, Jharkhand e Chile) e propor modelos de cooperação adaptáveis ao contexto afegão.

A demanda global por lítio, elemento essencial na fabricação de baterias de veículos elétricos, deve aumentar cerca de quarenta vezes até 2040, segundo estimativas da *Agência Internacional de Energia* (IEA, 2023). Esse cenário coloca o Afeganistão em posição estratégica no contexto energético mundial. Todavia, a exploração desregulada desses recursos pode reproduzir padrões históricos de dependência, como ocorreu na República Democrática do Congo com o cobalto (Pitron, 2022).

A exploração mineral no Afeganistão insere-se em uma complexa dinâmica geopolítica e econômica que reflete tanto desafios estruturais internos quanto interesses estratégicos externos. Assim, a influência de potências como China, Rússia e Estados Unidos molda o modo como os recursos são negociados e explorados, frequentemente em detrimento do desenvolvimento autônomo e sustentável do país. Esse cenário de reconfiguração geopolítica pós-2021, marcado pela ascensão do Talibã e pelo fortalecimento de China e Rússia (Pitron, 2022; Hale; Saleem, 2023), não representa apenas uma mudança de atores, mas a *radicalização* do padrão de desenvolvimento desigual e combinado descrito por Trotsky (1932). A modernização seletiva promovida pelos novos investimentos chineses em setores extrativos como em Aynak, convive com a persistência de estruturas estatais frágeis e relações sociais arcaicas, aprofundando a dependência e a vulnerabilidade institucional, mecanismos típicos da 'maldição dos recursos' em contextos periféricos.

Essa conjuntura afeta diretamente a forma como o país se insere em iniciativas multilaterais, como a *Belt and Road Initiative* (BRI). Como buscaremos demonstrar, baseado na Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (Rosenberg, 2016), a modernização afegã, impulsionada por investimentos estrangeiros que operam sob baixa regulação e transparência contratual como exemplificam os acordos com a China Metallurgical Group, reforça assimetrias globais e dependências estruturais.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e na realização de entrevistas semiestruturadas com especialistas do setor mineral afegão. O componente documental compreendeu o exame de acordos firmados entre o Ministério de Minas e Petróleo do Afeganistão (Ministério de Minas e Petróleo, 2019), a China National Petroleum Corporation (CNPC) e o Banco Mundial, além de relatórios da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI), de dados do USGS e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), de arquivos soviéticos e de documentos de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Agência dos

Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). As entrevistas foram conduzidas de forma remota, em razão das restrições de segurança locais. Participaram delas três especialistas do setor mineral, incluindo um ex-integrante do governo afegão. Ainda, elas foram realizadas em dari, gravadas, traduzidas para o português e submetidas ao processo de retrotradução, conforme recomendações metodológicas de Gibbs (2009), com o objetivo de garantir a fidelidade semântica. Em seguida, a análise qualitativa seguiu três etapas: codificação aberta das respostas, agrupamento temático e triangulação com as evidências documentais. Todos os procedimentos respeitaram os princípios éticos da pesquisa científica, com consentimento informado e garantia de anonimato dos participantes.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além da introdução e da conclusão. O Capítulo 1 apresenta o contexto histórico e geoeconômico do setor mineral afegão, destacando suas reservas estratégicas (lítio, cobre e terras raras) e os principais desafios estruturais, como fragilidade institucional, captura de rendas e baixa transparência contratual, além da mineração ilegal e da infraestrutura deficiente. O Capítulo 2 discute as dinâmicas geopolíticas e regionais que influenciam a exploração mineral, com ênfase no papel de atores internacionais, e fundamenta a análise na Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. O Capítulo 3 aborda os acordos e as cooperações internacionais, a implementação da EITI, as entrevistas realizadas e as propostas de políticas públicas voltadas à governança, à transparência e ao investimento em infraestrutura. Por fim, a conclusão sintetiza os resultados.

CAPÍTULO 1 - AS RESERVAS MINERAIS - DESAFIOS E LIMITAÇÕES E A POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO

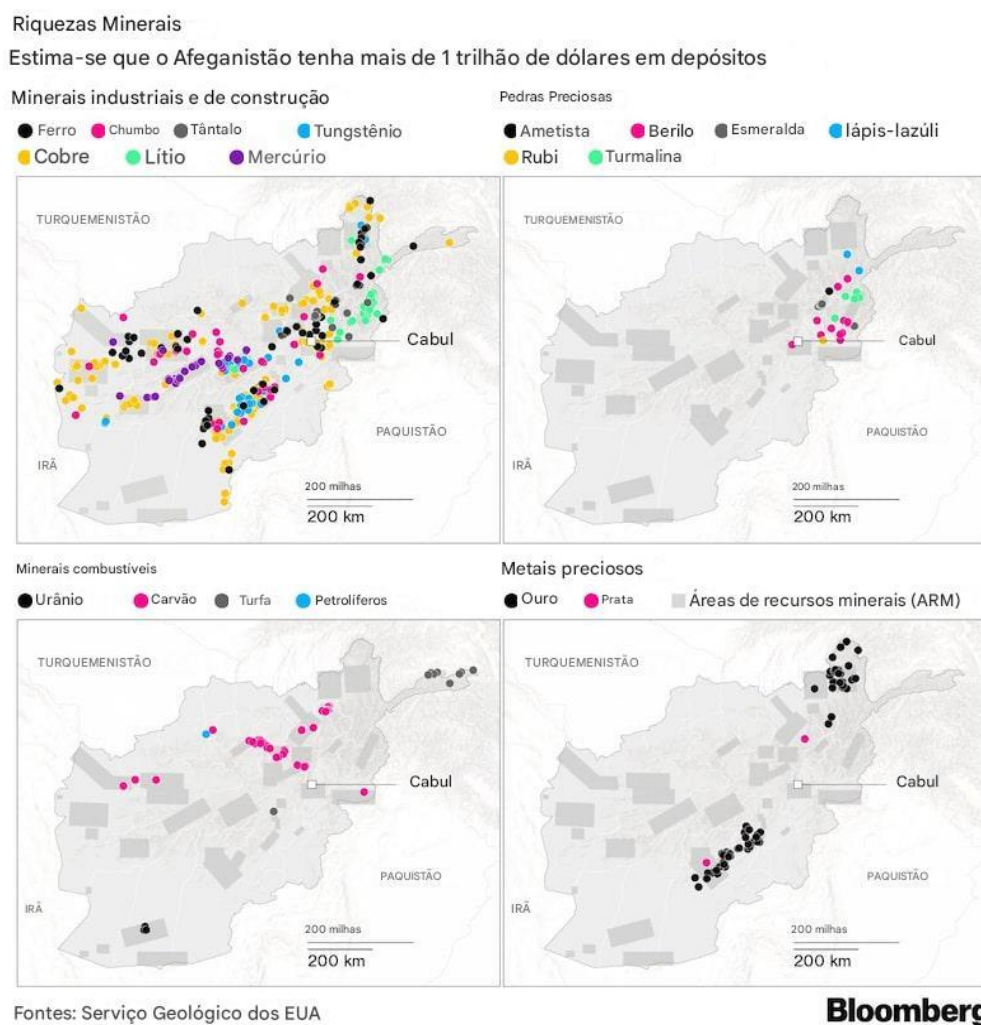
O Afeganistão, embora classificado entre os países mais pobres do mundo (Horowitz, 2021), possui recursos minerais essenciais (Figura 1) para tecnologias avançadas e para a transição energética global, com reservas estimadas em mais de US\$ 1 trilhão (Rashid, 2022). Entre os projetos estratégicos destacam-se: Mina de Aynak, que abriga grandes reservas de cobre, mas enfrenta desafios arqueológicos, como a preservação de ruínas budistas do século III a.C. e ambientais, incluindo o uso de cianeto e a contaminação do rio Logar (Rahmati, 2024; Amin, 2017); Mina de Hajigak, considerada uma das maiores reservas de minério de ferro não exploradas, com 1,8 bilhão de toneladas e pureza de 60-69% (IBRAM, 2010; McDonnell e Benham, 2006); e as reservas estratégicas de lítio localizadas nas províncias de Helmand e Nurestan, consideradas essenciais para a produção de baterias de veículos elétricos. Estudos indicam que o país poderia figurar entre os cinco maiores produtores globais desse mineral, caso houvesse exploração sistemática e investimento adequado em infraestrutura (Gilani, 2021; Bloomberg, 2021).

O interesse estrangeiro no setor é expressivo, com empresas chinesas como Gochin e CATL mantendo negociações com o governo talibã para assegurar o acesso a suprimentos estratégicos. Contudo, o avanço desses acordos é condicionado por obstáculos relevantes, como a precariedade da infraestrutura, a dificuldade de acesso às áreas de extração e a presença de grupos armados locais. Nos últimos anos, o regime adotou novas regulamentações com o objetivo de formalizar a atividade mineradora, estimular o comércio legal e atrair investimentos externos. Ainda assim, apesar do elevado potencial das reservas de lítio, as negociações permanecem lentas, sobretudo em razão das limitações logísticas e da persistente instabilidade nas regiões mineradoras.

A Figura 1 ilustra a distribuição geoespacial dos principais depósitos minerais do Afeganistão, evidenciando a concentração de recursos estratégicos como cobre em Aynak (Logar), ferro em Hajigak (Bamiyan), lítio em Helmand e Nuristão, e lápis-lazúli em Badakhshan (USGS, 2011; Peters et al., 2011). Essa geografia sobrepõe-se a regiões historicamente marcadas por instabilidade e presença de grupos armados, impondo desafios ao controle estatal sobre a extração e à canalização das receitas para os cofres públicos (Dupee, 2017; Habibyar; Noorani, 2023). A importância estratégica desses minerais transcende as fronteiras nacionais, posicionando o país na cadeia global de suprimentos para

a transição energética, especialmente diante da crescente demanda por lítio (IEA, 2021; Pitron, 2022). No entanto, a existência das reservas não assegura desenvolvimento: sem instituições capazes de regular a exploração e negociar contratos equilibrados, a riqueza mineral tende a reproduzir padrões históricos de dependência e conflito (Auty, 1993; Sachs & Warner, 2001), tornando a governança eficaz condição indispensável para que os recursos se convertam em benefícios reais à população.

Figura 1 – Localização dos recursos minerais do Afeganistão



Fonte: Marlow e Curran (2021). Disponível em: <https://www.bloomberglinea.com.br/2021/08/24/china-mira-us-1-tri-em-depositos-minerais-no-afeganistao/>. Acesso em: 19 set. 2023

Apesar do potencial mineral, a economia afegã enfrenta desafios estruturais. A maioria da população vive em áreas rurais e depende da agricultura. Entre 2002 e 2019, a renda per capita cresceu a uma taxa média anual de 5,2%, superando a média de 3,1% dos países de baixa renda no mesmo período, reflexo do influxo de ajuda internacional e investimentos pós-2001. No entanto, esse crescimento partiu de uma base

extremamente baixa, e o país mantém-se entre os menores índices globais. Na educação, a taxa de matrícula no ensino secundário avançou de 28% em 2002 para 60% em 2020, um progresso notável superior à média da região sul-asiática, mas ainda distante da média mundial de 77% (UNESCO, 2022). Esse avanço mais acelerado em relação a países de perfil semelhante explica-se pela prioridade concedida à educação no pós-guerra e pelo apoio de agências multilaterais, embora a qualidade do ensino e as disparidades de gênero permaneçam desafios críticos. A tabela 1 abaixo sintetiza a evolução dos principais indicadores socioeconômicos do Afeganistão.

Tabela 1 - Principais indicadores socioeconômicos

Indicador	2000	2005	Var. (%)	2010	Var. (%)	2015	Var. (%)	2020	Var. (%)
Renda per capita (USD)	180	310	+72,2%	500	+61,3%	620	+24,0%	580	-6,5%
Taxa educacional (%)*	28%	42%	+50,0%	55%	+31,0%	65%	+18,2%	60%	-7,7%
PIB (bilhões USD)	4,1	6,5	+58,5%	15,6	+140,0%	19,5	+25,0%	18,9	-3,1%

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados em Knez e Lokar (2022), UNESCO (2022), UNFPA (2021), IMF (2022) e Banco Mundial (2021)

Conforme evidenciado na Tabela 1, o Afeganistão apresentou avanços graduais nos indicadores socioeconômicos entre 2000 e 2015, refletidos no aumento da renda per capita, da taxa educacional e do PIB. Contudo, a estagnação e a leve regressão desses indicadores após 2015 revelam a fragilidade desses ganhos e sua forte dependência de fatores exógenos, como a presença internacional e os fluxos de ajuda externa. A queda da renda per capita entre 2015 e 2020 coincide com o agravamento da instabilidade política, a retração do investimento estrangeiro e o enfraquecimento institucional, indicando que o crescimento anterior não se sustentava em bases produtivas autônomas. Esse padrão revela a dependência estrutural da economia afegã em relação à presença internacional. Os avanços econômicos do período pós-2001 foram amplamente sustentados por cerca de US\$ 130 bilhões em ajuda externa e gastos militares estrangeiros (SIGAR, 2021), e não por transformações produtivas internas. A redução desse fluxo, sobretudo após 2014, expôs a fragilidade dessas bases, evidenciando o caráter artificial da expansão econômica. Em 2017, residentes do vale de Saighan, na província de Bamyan, relataram a exposição de minerais após um deslizamento de terra. Após o ocorrido, o Serviço Geológico do Afeganistão confirmou a presença de molibdenita, um mineral valioso utilizado na indústria metalúrgica e eletrônica, devido à sua alta condutividade elétrica e resistência à corrosão (Mat, 2023).

Embora o Afeganistão detenha reservas relevantes de hidrocarbonetos, com a usina de Amu produzindo petróleo e gás natural e desempenhando papel estratégico no abastecimento doméstico, o setor permanece subdesenvolvido em razão da falta de investimentos e infraestrutura, o que limitou o crescimento da produção ao longo das últimas décadas (Mehrad et al., 2020; Berger, 1992). Situação semelhante ocorre no caso dos recursos minerais estratégicos. A descoberta de urânio em Khanneshin e a presença de depósitos de terras raras indicam o potencial do país para a exploração desses recursos, porém a ausência de tecnologia de extração e de capacidade industrial para o refino impede sua exploração efetiva (Fairclough, 2020; Hecht, 2021; Teles, 2024). Nesse contexto, o carvão constitui a principal exceção entre os recursos minerais atualmente comercializados. Em 2022, os briquetes de carvão representaram aproximadamente 13% das exportações afegãs, com destino majoritário para o Paquistão e a Índia, em contraste com o caráter ainda predominantemente potencial dos demais recursos energéticos e minerais, conforme destacado na Tabela 2.

Tabela 2 - Dados das exportações afegãs 1993 – 2023

Produto	Valor (US\$ milhões)	Participação (%)	Principais Destinos
Briquetes de Carvão	219	13,1%	Paquistão, Índia
Uvas	179	10,7%	Índia, Paquistão, China
Frutas Tropicais	163	9,8%	Índia, Paquistão
Resinas de Insetos	156	9,3%	Índia, China
Outras Nozes	154	9,2%	Índia, Paquistão
Algodão em Pluma (Algodão Cru)	135	8,1%	Índia, Paquistão
Cebolas	85,5	5,1%	Paquistão, Índia
Legumes Secos	76,5	4,6%	Índia, Paquistão
Especiarias	57,4	3,4%	Índia, Emirados Árabes Unidos
Tomates	45,5	2,7%	Paquistão, Índia
Frutas Secas	42,7	2,5%	Índia, China
Maçãs e Peras	40,2	2,4%	Índia, Paquistão
Pedra-sabão (Soapstone)	17,5	1,0%	China, Índia
Água Saborizada	21,5	1,3%	Paquistão
Frutas com Caroço	15,4	0,9%	Índia
Tapetes Tricotados	14,3	0,9%	EUA, Europa, Índia

Fonte: Elaborado pelo autor com base em OECtoday (2025)¹.

¹ OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). Afghanistan's export data for 2023. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/afg>. Acesso em: 12 jan. 2026.

O setor mineral representa, portanto, uma oportunidade para o Afeganistão, mas sua contribuição ao PIB ainda é limitada. O governo anterior projetava que a mineração poderia representar até 20% do PIB, mas atualmente essa participação é de apenas 1,56% (Rashid, 2022). Sob o regime talibã, há uma busca por retornos rápidos, refletida no aumento das taxas de royalties e no foco em exportações de carvão para o Paquistão, sem uma estratégia de longo prazo para o setor (Habibyar e Noorani, 2023). Por conseguinte, a mineração no Afeganistão exige parcerias internacionais que poderiam trazer tecnologia e investimentos. No entanto, as sanções e o isolamento do governo atual dificultam essas colaborações (UNEP, 2013).

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Como Dupree (1972) destaca, a monarquia afegã priorizou a agricultura, deixando a mineração em segundo plano, mesmo após a criação do Serviço Geológico em 1955. Nesse período, a exploração mineral era predominantemente artesanal, com exceção de iniciativas pontuais de potências estrangeiras. Empresas alemãs e britânicas chegaram a mapear depósitos de cobre em Aynak e de ferro em Hajigak nas décadas de 1950 e 1960, mas os projetos foram abandonados devido à instabilidade política e à falta de infraestrutura (Dupree, 1972). Enquanto isso, o lápis-lazúli de Badakhshan, extraído desde a Antiguidade (MoMP, 2024), era contrabandeado para o Paquistão sem gerar receitas significativas para o Estado – um padrão que persiste até hoje (Frotan et al., 2019).

Em 1979, a União Soviética invadiu o Afeganistão para proteger interesses estratégicos e estabilizar o governo comunista local. Esse conflito desencadeou uma década de resistência armada apoiada pelos EUA, deixando como legado uma infraestrutura concentrada em áreas estratégicas, mas também um país devastado e dependente economicamente. Após o golpe de 1978, que levou o Partido Democrático Popular do Afeganistão (PDPA) ao poder, a União Soviética interveio para sustentar seu aliado, substituindo Hafizullah Amin por Babrak Karmal, um líder mais alinhado à Moscou (Braithwaite, 2011). A ocupação, porém, provocou uma década de conflitos, transformações econômicas ambiciosas e resistência armada, cujos impactos persistem na história afegã.

A decisão de invadir o Afeganistão refletia os interesses soviéticos em assegurar sua fronteira sul e evitar a ascensão de um governo hostil. Para a URSS, o país representava um *Estado tampão* contra a influência dos Estados Unidos e do Paquistão, além de ser um palco para a projeção de poder na Ásia Central (Westad, 2005). Internamente, a crise do PDPA, dividido entre facções rivais e incapaz de conter revoltas tribais, justificou a intervenção direta. Contudo, a presença soviética foi imediatamente interpretada como uma ocupação

estrangeira, alimentando a resistência dos mujahideen, apoiados por Washington, Riade e Islamabad (Coll, 2004). Tal ocupação soviética promoveu projetos econômicos de grande escala, mas com benefícios assimétricos. Na província de Jowzjan, a exploração de gás natural em Shibergan revelou reservas de 5 trilhões de m³, tornando-se um pilar da economia afegã nos anos 1980 (Okimbekov, 2016). A URSS construiu uma usina de processamento no local que atingiu uma produção de 2,8 bilhões de m³/ano, além de gasodutos que ligavam o Afeganistão ao Uzbequistão soviético.

No campo da infraestrutura, destaca-se a ferrovia Termez–Mazar-i-Sharif (1982), obra crítica para o transporte de tropas e de cargas, mas também para um legado duradouro — estradas e redes elétricas foram expandidas em cidades como Cabul e Kunduz, embora com foco em áreas estratégicas para o controle militar (Rubin, 2002). Os lucros da exploração de gás eram integralmente repatriados para a URSS, sem reinvestimento local. Ademais, não houve transferência de tecnologia: após 1989, o Afeganistão ficou sem capacidade técnica para operar as instalações soviéticas, agravando o colapso econômico pós-retirada.

A presença soviética alterou dinâmicas sociais, mas enfrentou resistência. Programas de eletrificação e saúde urbana melhoraram as condições de vida em cidades como Cabul, enquanto escolas técnicas foram criadas para formar mão de obra alinhada ao regime (Maley, 2009). Entretanto, a imposição de currículos marxistas e a secularização forçada geraram reações conservadoras, especialmente em áreas rurais. Ademais, a guerra provocou um êxodo em massa, com cerca de 3 milhões de refugiados que fugiram para o Paquistão e o Irã (Saikal, 2012). Assim, a saída de profissionais qualificados, como médicos e engenheiros, criou um vazio que persistiu por décadas.

O conflito contra os Mujahideen consumiu recursos soviéticos: armados com mísseis *Stinger* (fornecidos pelos Estados Unidos) e apoio logístico paquistanês, os insurgentes desgastaram as tropas soviéticas em uma guerra de guerrilha. A URSS registrou 15 mil mortes e gastos bilionários, enquanto o Afeganistão perdeu cerca de 1 milhão de civis (Yousaf; Adkin, 1992). Já a retirada (1986–1989), negociada por Mikhail Gorbachev, deixou um país arrasado com a economia dependente. Sem a URSS, as indústrias e a infraestrutura entraram em colapso. Dessa forma, a fragilidade do governo de Mohammad Najibullah levou ao conflito interno (1992–1996).

A ocupação soviética (1979-1989) legou paradoxos: o PIB afegão passou de US\$ 330 milhões (1978) para US\$ 364 milhões (1989), e a renda per capita manteve-se estável em torno de US\$ 290 (Banco Mundial, 2021). Contudo, projetos como a exploração de gás em Shibergan (2,8 bilhões m³/ano) atendiam à URSS, não ao desenvolvimento local (Okimbekov, 2016).

Após a retirada, o PIB despencou para US\$ 280 milhões (1990) e a renda per capita para US\$ 117 (2001) (Banco Mundial, 2021). A produção de ópio cresceu quinze vezes, tornando o Afeganistão o maior produtor mundial na década de 1980 (UNODC, 1999). A falta de autonomia e a guerra criaram crise duradoura, pavimentando a ascensão do Talibã (Rubin, 2002).

Gráfico 1– PIB do Afeganistão 2000 - 2024



Fonte: elaborado pelo autor com base de dados de World Bank (2021) e Trading Economics (2026)

Após a queda do regime de Mohammad Najibullah em 1992, o Afeganistão mergulhou em uma guerra civil entre facções Mujahideen, como a Jamiat-e Islami (liderada por Burhanuddin Rabbani e Ahmad Shah Massoud), o Hezb-e Islami (Gulbuddin Hekmatyar) e grupos étnicos como o Hezb-e Wahdat (hazaras). Assim, a ausência de um governo central consolidado permitiu que milícias regionais controlassem recursos naturais, transformando a mineração em um mecanismo de financiamento bélico (Rubin, 2002).

Nesse contexto, em Badakhshan, por exemplo, comandantes locais, como Haji Abdul Malik, estabeleceram controle sobre as minas de lápis-lazúli em Kuran wa Munjan, convertendo-as em fontes de renda privada (Global Witness, 2016). Conforme relatórios do Departamento de Estado dos EUA, a economia de contrabando, incluindo drogas, armas e minérios, floresceu nesse período, com rotas críticas como a Rota do Norte (Afeganistão-Tajiquistão) sendo utilizadas para escoamento ilegal (UNODC, 1999). Além disso, a jazida de Hajigak, em Bamiyan, possuía reservas estimadas em 1,8 bilhão de toneladas de minério de ferro (teor de ~62% Fe), classificada como um ativo de "classe mundial" (USGS, 2011).

Durante a guerra civil, a Jamiat-e Islami dominou a região, usando a extração artesanal para financiar a compra de armas. Relatórios indicam que o minério era contrabandeado para o Paquistão e Tajiquistão, com lucros revertidos para comandantes locais (USIP, 2017).

Paralelamente, em Badakhshan, o Talibã impôs taxas sobre a extração de lápis-lazúli, mineral responsável por 90% da produção global. Estimativas sugerem que o grupo arrecadava entre US\$ 12-20 milhões/ano apenas com essa atividade (Global Witness, 2016; Rasmussen, 2016). Esse esquema incluía taxas de "proteção" em minas artesanais, pedágios em rotas de escoamento para o Paquistão e participação direta no comércio ilegal (Global Initiative, 2025). No Sul, o Talibã controlou pedreiras de mármore e ônix em Helmand, cobrando impostos informais (UNSC, 2015); já no Norte, a extração de carvão em Baghlan abastecia mercados locais e gerava receita adicional (USIP, 2017). Essa exploração trouxe impactos negativos, como trabalho forçado, em que civis hazaras em Bamiyan foram submetidos a condições análogas à escravidão em minas controladas pelo Talibã (HRW, 2001). Outro fator foi a degradação ambiental, uma vez que métodos rudimentares (como dinamitação) contaminaram solos e fontes hídricas, agravando crises locais (Global Witness, 2016). Por fim, o legado de violência persistiu: em 2005, 80% das minas ainda estavam sob controle de grupos armados, evidenciando a permanência de redes criminosas (USIP, 2017).

Como resultado, a Guerra Civil subsequente (1992-2001) transformou a mineração em instrumento de guerra: facções como a Jamiat-e Islami controlaram minas de ferro em Hajigak, enquanto o Talibã taxou a extração de lápis-lazúli e de mármore para financiar seu regime (Habibyar; Noorani, 2023; Rubin, 2002). Em síntese, a Guerra Civil institucionalizou a mineração como economia de guerra, com impactos duradouros. Por sua vez, a extração ilegal financiou conflitos, degradou o meio ambiente e perpetuou ciclos de violência – um legado que ainda desafia o Afeganistão.

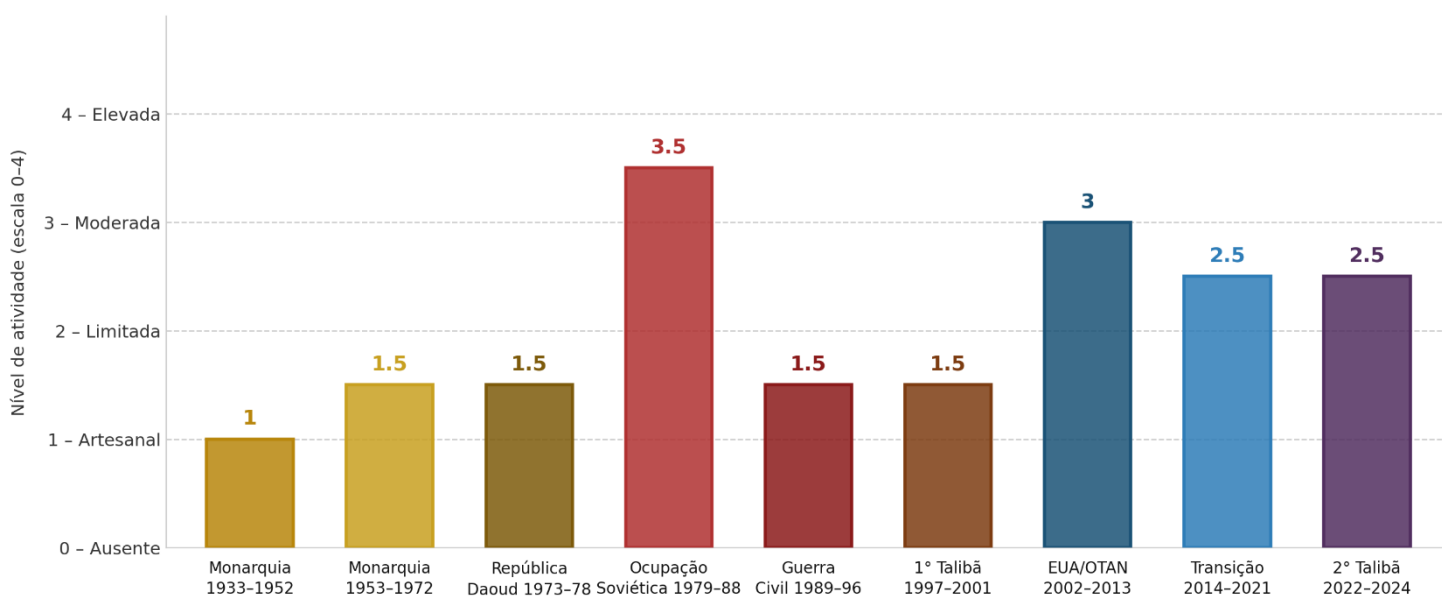
Após a invasão liderada pelos EUA em 2001, houve tentativas de revitalizar o setor mineral. Entre 2009 e 2011, equipes do USGS e do TFBSO realizaram missões exploratórias em áreas de interesse mineral (AOIs), incluindo Khanneshin (carbonatito), Chaigai Hills (travertino), Balkhab (cobre), Haji-Gak (ferro), Aynak (cobre e cobalto), Kundalan (cobre e ouro), Zarkashan (cobre e ouro) e Dushan-Shaida (cobre e estanho). Essas missões, apoiadas logisticamente pelo TFBSO, ISAF e pelo Exército dos EUA, confirmaram a precisão dos dados soviéticos anteriores por meio de mapeamento geológico rápido e de coleta de amostras geoquímicas e hidrológicas (USGS, 2011). No entanto, a instabilidade política e a falta de infraestrutura impediram o aproveitamento pleno desses recursos. Projetos emblemáticos, como a concessão da mina de Aynak à China Metallurgical Group (MCC) em 2008, com um

investimento potencial de US\$ 2,8 bilhões (MCC, 2023), ficaram paralisados devido a disputas arqueológicas, à corrupção e à insegurança (Habibyar; Noorani, 2023; SIGAR, 2015).

Agora, com o Talibã de volta ao poder, China e Rússia firmam acordos diretos, como o investimento chinês de US\$ 49 milhões na bacia de Amu Darya, que elevou a produção de petróleo para 1.100 toneladas diárias (Dawi, 2024). Enquanto isso, a Índia busca acesso ao lítio afegão para reduzir sua dependência da China (Ali, 2024), transformando o Afeganistão em um palco de rivalidades globais. O gráfico 2 e a tabela 3 ilustram a evolução da atividade mineradora no país de 1933 a 2024, mostrando como cada regime definiu um padrão distinto de exploração. Conforme Tan (2022) alerta, sem governança transparente, os novos acordos (como o de petróleo russo) podem repetir ciclos históricos de extração predatória.

O Gráfico 2 utiliza uma escala ordinal de 0 a 4 para indicar o nível relativo de atividade mineradora no Afeganistão em diferentes períodos históricos. Trata-se de uma classificação comparativa, e não de dados quantitativos absolutos, baseada na intensidade, no grau de institucionalização e na abrangência da exploração mineral. O nível 0 indica ausência de atividade mineradora organizada; o nível 1 refere-se à mineração artesanal incipiente; o nível 2 corresponde a uma exploração limitada e pontual; o nível 3 representa uma atividade moderada, com maior participação estatal e algum investimento externo; e o nível 4 indica exploração em escala elevada, associada à presença de capital estrangeiro e maior complexidade produtiva, sem que o país tenha alcançado um estágio de mineração plenamente estruturada. Valores intermediários (como 1,5; 2,5; 3,5) representam situações de transição ou características mistas entre os níveis descritos.

Gráfico 2 – Nível de atividade mineradora no Afeganistão (1933-2024)



Fonte: MoMP, USGS

Tabela 3 – Distribuição da Produção de Minerais Estratégicos no Afeganistão (2025)

Mineral	Produção Anual (toneladas)	Participação no Mercado Global (%)
Cobre	600.000	2,6%
Ferro	20.000	0,8%
Lítio	18,000 – 23,000	7,5-9,6%

Fonte: MoMP, Gafarov, OECtoday(2025)

Os dados apresentados na Tabela 3 foram elaborados com base em informações do Ministério de Minas e Petróleo do Afeganistão (MoMP), em análises prospectivas de Gafarov (2025) e em estatísticas do OECtoday (2025). Embora os percentuais indiquem uma participação potencial elevada do lítio afegão no mercado global, tais valores devem ser interpretados com cautela, pois se referem a estimativas condicionadas ao potencial geológico e a projeções técnicas, e não à produção efetiva. Conforme Gafarov (2025), o regime talibã mobiliza o discurso mineral como instrumento de diplomacia e reconhecimento internacional, enquanto os dados do OECtoday revelam exportações ínfimas de produtos relacionados ao lítio. Essa dissociação evidencia limites estruturais e reforça a lógica do desenvolvimento desigual e combinado.

1.2 DESAFIOS E LIMITAÇÕES

A exploração mineral no Afeganistão enfrenta diversos desafios estruturais que comprometem seu desenvolvimento sustentável e impactam diretamente a estabilidade econômica e social do país. A corrupção é um dos principais entraves para a transparência e eficiência da gestão mineral. Conforme Dupee (2017), cerca de 80% das minas operam ilegalmente, resultando na perda de arrecadação fiscal e no financiamento de grupos insurgentes. Entre 2008 e 2014, contratos de mineração favoreceram empresas com laços políticos, minando a credibilidade do setor (Byrd e Noorani, 2014, p. 2-3). Essa situação gera um ciclo vicioso de instabilidade econômica e social, afastando investimentos estrangeiros. Dessa forma, apesar de possuir reservas minerais valiosas, como os 60 milhões de toneladas de cobre (USGS, 2011), o Afeganistão não consegue transformar esses recursos em desenvolvimento sustentável devido à corrupção, à mineração ilegal e à fragilidade institucional. Grupos insurgentes como o Talibã e o ISIS-K controlam grande parte da extração, cobrando taxas entre 10% e 30% sobre a produção e transporte de minerais (Habibyar; Noorani, 2023).

Com isso, a mineração ilegal e operações com abusos socioambientais configuram um problema persistente, com casos emblemáticos que ilustram sua dimensão e suas consequências para as populações. No Vale de Panjshir, estima-se que 95% do lápis-lazúli extraído é contrabandeado, gerando perdas milionárias para o governo afegão (Frotan, Nakaza & Carolyn, 2019). A Mina de Aynak sintetiza os desafios ambientais e sociais da mineração no Afeganistão: operada pela chinesa MCC, há denúncias de que ela causou deslocamento forçado e poluição do rio Logar (Khan et al., 2021), enquanto o projeto de Hajigak, liderado por consórcios indianos, deslocou milhares de famílias sem compensação adequada (Gouhari, 2013). Esses casos não são isolados; eles representam uma realidade que perpetua ciclos de pobreza e conflito, cujo impacto mais direto recai sobre uma força de trabalho estimada em mais de 100 mil pessoas, número que pode ser significativamente maior ao se considerar a informalidade (Hunter e Ginn, 2025; Souza; Lima, 2020).

Nesse cenário, o perfil predominante dos trabalhadores é de jovens com baixa escolaridade e origem rural, muitas vezes migrando de regiões vulneráveis (Almeida; Pereira, 2019), o que os torna particularmente suscetíveis à exploração. As operações, em sua maioria, ignoram padrões básicos de segurança e ambientais, beneficiando redes criminosas e insurgentes que controlam ou extorquem essas atividades. No cotidiano desses trabalhadores, os riscos são múltiplos: desmoronamentos, explosões e exposição a produtos tóxicos, como mercúrio e poeira de sílica, são frequentes, com equipamentos de proteção sendo inexistentes ou de baixa qualidade (Oliveira e Costa, 2018). A isso somam-se jornadas exaustivas e a violência de supervisores, agravando problemas de saúde física e mental (Ferreira, 2020). Consequentemente, as consequências para a saúde pública são graves: estudos simplificados, como análises capilares, comprovam níveis elevados de contaminação por mercúrio entre garimpeiros (SANTOS et al., 2019). Além disso, o acesso à saúde é limitado pelo medo de represálias e pela distância, um problema que também afeta crianças e mulheres envolvidas em atividades auxiliares sob condições ainda mais vulneráveis (Rodrigues; Melo, 2020). Economicamente, a estrutura é profundamente exploratória, visto que a maior parte da renda fica com intermediários e financiadores, mantendo os trabalhadores em um ciclo de endividamento e relações análogas à escravidão (Machado; Barros, 2021), enquanto milícias e insurgentes se beneficiam do fluxo financeiro (Costa; Ramos, 2022).

Portanto, compreender plenamente este fenômeno exige metodologias que capturem tanto a escala do problema quanto a profundidade do seu impacto humano. Acima de tudo, é crucial incorporar a percepção dos próprios trabalhadores, não apenas como vítimas, mas

também como atores centrais na busca por alternativas de formalização e de desenvolvimento econômico que quebrem efetivamente esses ciclos de exploração (Ferreira; Pereira, 2020).

A precariedade da infraestrutura é outro grande obstáculo. A falta de estradas adequadas, linhas de transmissão de energia e sistemas de abastecimento de água limita severamente o acesso a minas estratégicas, como Aynak e Hajigak (Okimbekov, 2016). Por conseguinte, essa deficiência eleva custos operacionais e dificulta a expansão da mineração em larga escala. Um dos agravantes desse problema foi a retirada das forças da OTAN e dos EUA, deixando o setor sob o controle do Talibã, gerando desafios como sanções internacionais e conflitos locais por terra e água (Smith, 2021). Essas tensões exacerbam os impactos sobre as comunidades, como visto em Hajigak, onde famílias deslocadas protestam contra a falta de reparação.

A expansão da mineração no Afeganistão tem gerado preocupações significativas do ponto de vista ambiental e humanitário. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2023), a contaminação de recursos hídricos por metais pesados representa um risco grave à saúde pública, como observado no rio Logar, afetado por resíduos da mina de Aynak. De forma semelhante, Hale e Saleem (2023) destacam que, na província de Helmand, a extração de lítio intensifica a escassez hídrica ao competir diretamente com a agricultura, agravando conflitos locais pelo uso da água. Esses impactos estruturais da mineração não regulamentada ajudam a explicar a intensificação das tensões sociais associadas ao setor, como evidenciado por Radio Liberty (2025), que relata um confronto violento em uma mina de ouro no norte da província de Takhar, onde disputas fundiárias entre moradores locais e uma empresa mineradora com apoio chinês resultaram em quatro mortes e vários feridos, expondo a fraca regulamentação e a crescente resistência projetos de mineração vinculados a atores estrangeiros sob o governo do Talibã.

Figura 2 - Situação catastrófica pós-enchentes na província de Baghlan

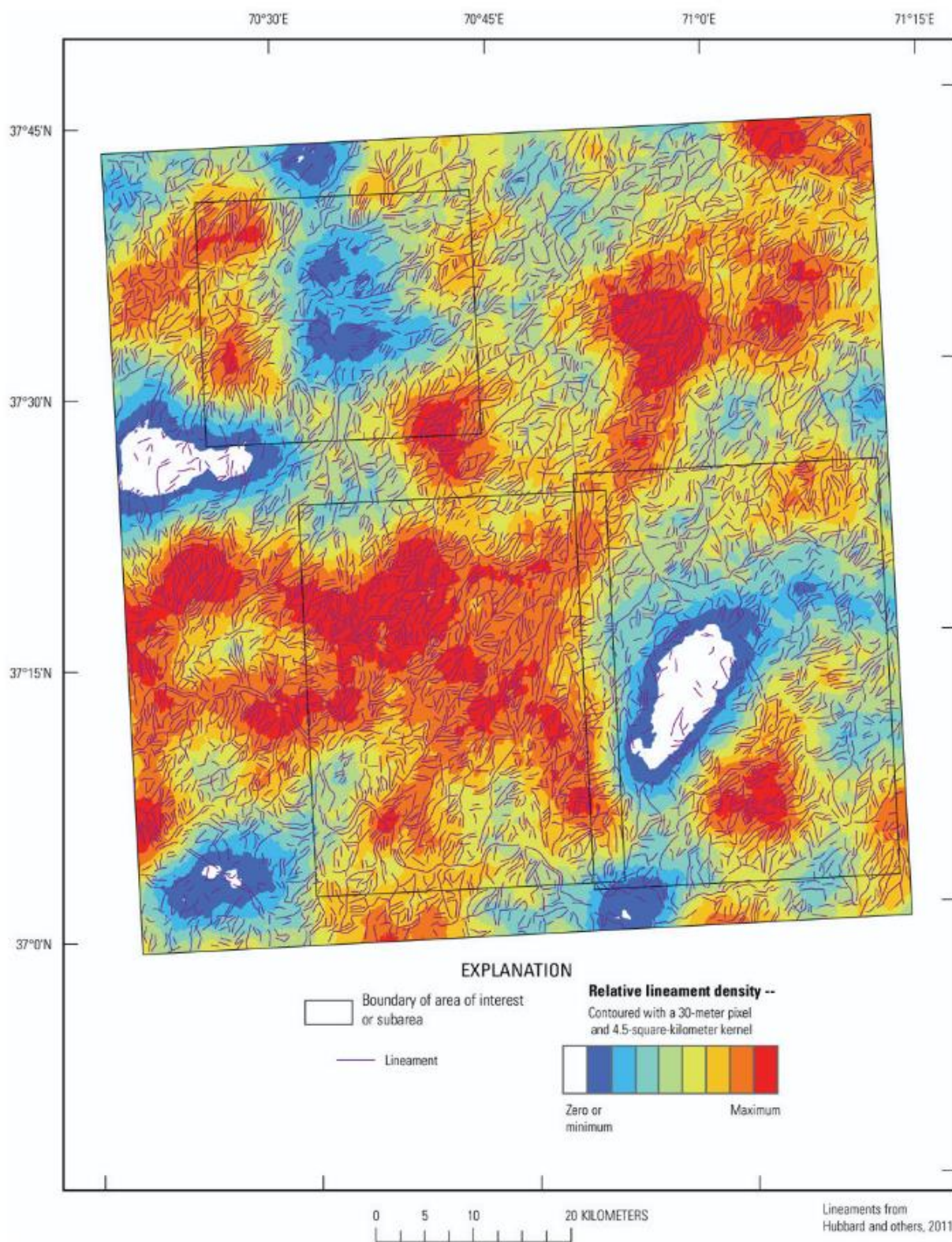


Fonte: Agence France-Presse NDTV (2024)

Conforme apresentado na Figura 3, os dados geo-hidrológicos fornecidos pelo USGS (2024) permitem observar como áreas de maior densidade populacional coincidem com zonas de intensa atividade mineradora. Essa sobreposição indica regiões críticas, nas quais impactos ambientais e sociais tendem a ser mais severos.

No Afeganistão, mineração, conflito e narcotráfico formam um ciclo de instabilidade interligado. A mineração formal representa apenas 1,56% do PIB (Rashid, 2022), enquanto 80% das operações são ilegais (Dupee, 2017), com grupos como Talibã e ISIS-K taxando a produção mineral entre 10% e 30% para financiar a insurgência (Habibyar; Noorani, 2023). Historicamente, durante a Guerra Civil, facções já controlavam minas de ferro, e o Talibã arrecadava US\$ 12 a 20 milhões anuais com lápis-lazúli (Global Witness, 2016). O narcotráfico, que floresceu após a retirada soviética, disputa com a mineração o controle territorial. A ausência estatal consolidou ambas as atividades como pilares da economia de guerra, comprometendo o desenvolvimento sustentável do país.

Figura 3 – Dado geo-hidrológico do Afeganistão



Fonte: USGS. Disponível em: <<https://pubs.usgs.gov/of/2011/1204/pdf/01.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2024

Em suma, a exploração mineral no Afeganistão está no centro de uma complexa teia de desafios: corrupção, mineração ilegal, degradação ambiental e conflitos geopolíticos. Enquanto o país possui recursos valiosos como cobre, lítio e lápis-lazúli, a falta de governança transparente e de infraestrutura adequada impede seu aproveitamento sustentável.

1.3 TERRAS RARAS: POTENCIAL ESTRATÉGICO AFEGÃO

As chamadas terras raras tornaram-se elementos centrais para a economia e a geopolítica do século XXI. Apesar do nome, esses 17 elementos químicos, que incluem os lantanídeos, além do escândio e do ítrio, não são exatamente escassos na crosta terrestre. O grande desafio está em sua extração e refino, processos que exigem alta complexidade tecnológica e acarretam significativo impacto ambiental (United States Geological Survey, 2022). Com aplicações que vão desde ímãs permanentes em turbinas eólicas e motores de veículos elétricos até sistemas de defesa e dispositivos eletrônicos de alto desempenho, esses minerais funcionam como verdadeiras vitaminas da indústria tecnológica, sendo imprescindíveis mesmo em quantidades mínimas (Chen, 2021). Sua importância é sentida na transição para uma economia de baixo carbono e a contínua inovação digital que dependem, em grande medida, do acesso estável a esses elementos. Ademais, a própria viabilidade de tecnologias verdes, como os motores elétricos e as turbinas eólicas de alto rendimento, repousa sobre os ímãs de neodímio e disprosio (Agência Internacional de Energia, 2021). Além disso, o controle estratégico da China sobre as terras raras, essenciais para setores como defesa, exploração espacial e tecnologia, destaca sua influência geopolítica crescente (Reuters, 2024).

Nesse cenário, a China detém uma posição dominante. Responsável por cerca de 60% da produção global e aproximadamente 90% do refino, etapa mais complexa e poluente, o país utiliza essa vantagem como alavanca estratégica (Bloomberg, 2022). Um exemplo emblemático ocorreu em 2010, quando a China restringiu as exportações para o Japão em meio a tensões territoriais, demonstrando como os minérios podem servir como instrumento de coerção (The New York Times, 2010). Essa concentração preocupa potências rivais e alimenta uma corrida por diversificação de fontes. Nesse contexto, o Afeganistão entra no radar global, embora envolto em enormes desafios.

Estudos geológicos conduzidos pelo United States Geological Survey (USGS) e pelo Pentágono há mais de uma década revelaram que o subsolo afegão abriga algumas das maiores reservas mundiais de minerais críticos, incluindo lítio e terras raras (United States Geological Survey, 2010). Chegou-se a afirmar, com certo entusiasmo, que o país poderia

se tornar uma Arábia Saudita do Lítio (The New York Times, 2010), sendo depósitos como os de Hajigak, em Bamiyan, e Khanneshin, em Helmand, são particularmente promissores (United States Geological Survey, 2011). No entanto, essa riqueza potencial permanece praticamente intocada, bloqueada por uma combinação de instabilidade crônica, de falta de infraestrutura e de isolamento internacional.

Desde a retomada do poder pelo Talibã em 2021, a situação tornou-se ainda mais complexa. Apesar de controlar territorialmente as áreas ricas em minérios, o grupo não possui a expertise técnica, a capacidade logística ou os recursos financeiros necessários para explorá-las (United States Institute Of Peace, 2022). As jazidas localizam-se em regiões remotas, assoladas por conflitos, com presença de grupos rivais, como o Estado Islâmico, e carecem de infraestrutura básica, estradas, energia e mão de obra qualificada (Chatham House, 2023). As sanções internacionais contra o regime talibã, por sua vez, afastam investidores e inviabilizam acordos formais de mineração. Ainda assim, há interessados. A China, que já é o principal parceiro econômico do Afeganistão e mantém contratos para exploração de cobre e petróleo, avalia os riscos e as oportunidades (Reuters, 2024). Contudo, mesmo para Pequim, a instabilidade local é um obstáculo sério, com ataques frequentes a projetos e a trabalhadores estrangeiros (Bloomberg, 2023). Outros vizinhos, como Rússia, Irã e Paquistão, também observam a situação com interesse, mas não dispõem de capital e de tecnologia para rivalizar com a influência chinesa. Já para o Ocidente, qualquer negociação com o Talibã continua inviável do ponto de vista político.

Há, ainda, o risco de que a abundância mineral se transforme em uma verdadeira maldição. A história apresenta inúmeros exemplos de países cujos recursos naturais alimentaram corrupção, conflitos e autoritarismo, sem beneficiar a população (Collier, 2010). No caso afegão, uma exploração predatória, controlada por um regime não reconhecido internacionalmente, pode aprofundar desigualdades e financiar mais opressão e instabilidade. Assim, um cenário de desenvolvimento inclusivo e sustentável parece, infelizmente, distante. Dessa maneira, por ora, as terras raras e os minerais do Afeganistão permanecem inacessíveis. Para desbloquear esse potencial, seriam necessários não apenas investimentos maciços em infraestrutura e tecnologia, mas também um ambiente político estável e reconhecimento internacional, condições inexistentes no curto prazo (Chatham House, 2023). Assim, a riqueza mineral do país permanece inacessível, enquanto o mundo observa e a China se posiciona, cautelosamente, para tentar abrir esse cofre.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS, DINÂMICA REGIONAL, ATORES INTERNACIONAIS E A INICIATIVA DO BRI

2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O estudo das dinâmicas de desenvolvimento e de dependência constitui um dos campos mais férteis e interdisciplinares das ciências sociais contemporâneas. As diferentes teorias que buscam compreender a desigualdade estrutural entre países e regiões convergem na tentativa de explicar por que as riquezas do capitalismo não se distribuem de maneira homogênea, mas reproduzem hierarquias históricas, econômicas e geopolíticas. Dentre as correntes teóricas que explicam a assimetria no desenvolvimento global, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (UCD) oferece o eixo conceitual central desta análise, complementado por abordagens derivadas da Teoria da Dependência e da Maldição dos Recursos. Cada uma contribui para compreender a interação entre capitalismo global, dependência e governança dos recursos minerais no Afeganistão.

Na formulação de Trotsky (1932), o desenvolvimento desigual refere-se à expansão assimétrica das forças produtivas entre nações; já o desenvolvimento combinado descreve como esses elementos heterogêneos se fundem em formações sociais híbridas. Ao romper com o evolucionismo linear de Rostow (1960), a abordagem de Trotsky influenciou autores contemporâneos das Relações Internacionais, como Rosenberg (2016) e Allinson (2015), que reinterpretam a UCD à luz da globalização e das cadeias produtivas transnacionais.

Em termos conceituais, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado rompe com a ideia evolucionista de que todas as sociedades percorrem as mesmas etapas rumo à modernidade. Pelo contrário, para Trotsky, o desenvolvimento desigual implica uma compressão temporal, na qual formações sociais distintas convivem e interagem simultaneamente, produzindo combinações históricas únicas de atraso e modernidade, isto é, sociedades consideradas atrasadas podem adotar elementos avançados sem repetir o percurso das economias centrais. Essa combinação paradoxal de atraso e avanço resulta em estruturas sociais complexas, nas quais coexistem tecnologias modernas e relações de produção arcaicas.

Autores das Relações Internacionais como Justin Rosenberg (2007), Jamie Allinson e Alexander Anievas (2009) expandiram a teoria para o campo da teoria internacional, reinterpretando-a como uma chave para compreender o sistema global capitalista. Para eles, o internacional não é um espaço externo às sociedades nacionais, mas uma dimensão constitutiva do próprio desenvolvimento histórico. Nessa lógica, a expansão do capitalismo sempre implicou interação e interdependência entre formações sociais distintas; logo, a desigualdade

entre países não é um resíduo do passado, mas um produto necessário da própria lógica combinada do desenvolvimento capitalista mundial. Assim, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado fornece uma estrutura analítica poderosa para compreender como processos de modernização, de industrialização e de globalização reproduzem assimetrias, mostrando que o capitalismo, ao se difundir, não homogeneiza o mundo, mas o torna ainda mais complexo e desigual.

Em um diálogo temático com essas assimetrias, a Teoria da Maldição dos Recursos, desenvolvida inicialmente por Richard Auty (1993) e aprofundada por Jeffrey Sachs e Andrew Warner (1995), parte de um paradoxo empírico: países ricos em recursos naturais frequentemente apresentam baixo desempenho econômico e institucional. Essa maldição se manifesta na incapacidade de converter a abundância de recursos em prosperidade sustentável. Segundo Auty, (1993) a dependência excessiva de *matérias-primas* minerais ou energéticas tende a gerar efeitos adversos como desindustrialização, vulnerabilidade fiscal e volatilidade de preços. Sachs e Warner (1995) demonstram, com base em dados comparativos, que países com exportações concentradas em recursos primários crescem mais lentamente que economias diversificadas. Outros autores, como Terry Lynn Karl (1997) e Michael Ross (2001), enfatizam as dimensões políticas e institucionais da maldição. Karl (1997, p. 31–34; p. 50–53) argumenta que a abundância de renda extrativa estimula a formação de Estados rentistas, dependentes da arrecadação proveniente de recursos naturais e pouco inclinados à diversificação econômica.

Ross (2001 p. 332–340), por sua vez, mostra que a riqueza mineral e petrolífera tende a corroer a *prestação de contas* democrática, alimentar clientelismo e agravar conflitos internos. Assim, a teoria não afirma que os recursos naturais são intrinsecamente negativos, mas que, em contextos de governança fraca, podem reforçar desigualdades e dependências estruturais. A maldição é, em última instância, institucional e política, e não apenas econômica, ecoando, com isso, a preocupação das Teorias da Dependência com as estruturas de poder que perpetuam a subordinação.

No caso afegão, a chamada “maldição dos recursos” manifesta-se de forma emblemática. A abundância de cobre, lítio e terras raras, estimada em mais de um trilhão de dólares, não se converteu em prosperidade, mas em dependência e em vulnerabilidade. A exploração concentrada em poucos enclaves, sob controle de conglomerados estrangeiros, produz sobrevalorização cambial, enfraquece o setor agrícola e estimula práticas rentistas. Ao mesmo tempo, a ausência de instituições fortes e de transparência fiscal permite que elites locais capturem as rendas extrativas, enquanto as comunidades próximas às minas convivem com deslocamentos forçados, poluição e degradação ambiental. No Afeganistão, portanto, a

riqueza mineral opera como vetor de fragilidade econômica e política, uma materialização da maldição dos recursos em um Estado rentista e fragmentado

Já o estruturalismo cepalino, conforme Prebisch (1949) e Furtado (1959), identifica a deterioração dos termos de troca como cerne da dependência periférica. Em contraponto, a Teoria Marxista da Dependência, elaborada por Marini (1973), Bamberger (1974) e Santos (1970), avança para uma interpretação mais radical, na qual o subdesenvolvimento não constitui uma etapa transitória, mas uma condição estrutural reproduzida pelo capitalismo global. Essa inserção subordinada exige mecanismos internos de compensação, sendo o principal a superexploração do trabalho, ou seja, o uso intensivo da força laboral abaixo de seu valor de reprodução, para assegurar a transferência de excedentes ao centro. Essa dinâmica, no Afeganistão, se manifesta quando elites locais e o governo talibã firmam contratos extrativos com empresas estrangeiras, transferindo recursos minerais, como cobre, lítio e ferro, para o exterior sem a correspondente redistribuição interna. A força de trabalho nacional, em sua maioria informal e mal remunerada, sustenta, assim, a acumulação externa, reproduzindo a lógica da dependência. Sob essa ótica, compreende-se que o subdesenvolvimento afegão não é um mero atraso histórico, mas sim um produto ativo das relações desiguais do sistema capitalista mundial.

Nesse contexto, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (UCD) revela com nitidez como o capitalismo global penetra em formações sociais marcadas por atraso estrutural, produzindo uma combinação de modernidade tecnológica e de exclusão social. A introdução de tecnologias extrativas avançadas, trazidas por corporações estrangeiras, como a China Metallurgical Group (MCC) e a China National Petroleum Corporation (CNPC), convive com práticas locais arcaicas, ausência de infraestrutura e economia de subsistência. Esse hibridismo traduz um desenvolvimento “combinado”, porém essencialmente desigual: enquanto setores específicos são modernizados segundo padrões globais de eficiência e lucro, a maioria da população permanece à margem dos benefícios econômicos. Assim, o Afeganistão expressa a contradição central da UCD: a coexistência entre modernização imposta externamente e dependência estrutural interna.

A análise é enriquecida pela contribuição de Cardoso e Faletto (2010), que entendem a dependência não apenas como uma relação externa, mas também como uma estrutura interna de poder. Em sua obra "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", os autores demonstram como as burguesias locais frequentemente se articulam com o capital estrangeiro, viabilizando um desenvolvimento que mantém as assimetrias do capitalismo mundial. Marini (1973), por sua vez, radicaliza essa interpretação ao introduzir a noção de superexploração do

trabalho como mecanismo central de acumulação nas economias dependentes, evidenciando que a subordinação ao sistema global implica não apenas desigualdade externa, mas também a intensificação da exploração interna.

Embora as abordagens weberiana e estruturalista da dependência enfatizem as relações de troca desigual e o dualismo centro-periferia, propondo um reformismo capitalista via Estado desenvolvimentista, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) a entende como um produto orgânico da expansão global do capitalismo, em que o subdesenvolvimento da periferia é uma contrapartida direta do desenvolvimento do centro. É neste contexto que Ruy Mauro Marini argumenta que a inserção subordinada das economias dependentes no capitalismo mundial implica transferências estruturais de valor, as quais são compensadas internamente por meio da superexploração da força de trabalho (Marini, 2011, p. 189–191). Este conceito central denota que a acumulação capitalista dependente não se sustenta apenas pela exploração tradicional, mas igualmente pela intensificação que consome a força de trabalho abaixo de seu valor, através da prolongação da jornada, do aumento da intensidade e, crucialmente, da supressão salarial abaixo do necessário para a reprodução do trabalhador. Dessa forma, a superexploração não é um mero reflexo da desigualdade, mas também o mecanismo fundamental que a produz e reproduz, tornando-a um elemento constitutivo e inevitável da dinâmica do capitalismo dependente.

Ainda que constituam uma tradição teórica distinta da Teoria Marxista da Dependência (TMD), os trabalhos de Immanuel Wallerstein (1974) com a teoria do Sistema-Mundo e de Giovanni Arrighi (1994) sobre os ciclos hegemônicos globais reforçam e ampliam a premissa central do pensamento dependentista ao demonstrar que o capitalismo é, desde sua origem, um sistema mundial hierarquicamente estruturado entre centro, semiperiferia e periferia. Para estes autores, a mobilidade entre essas posições, embora possível, é rara e limitada, pois as relações econômicas e políticas globais são intrinsecamente desenhadas para reproduzir a desigualdade. As Teorias da Dependência, em suas diversas vertentes, convergem com essa visão ao enfatizar que o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória no caminho para a modernidade, mas uma condição estrutural e ativa produzida pela própria forma como o capitalismo mundial se organiza, uma visão que encontra forte ressonância, ainda que com nuances teóricas, na análise do desenvolvimento desigual e combinado do sistema-mundo capitalista.

Neste sentido, a análise desenvolvida nesta dissertação ancora-se principalmente na Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (UCD) proposta por Leon Trotsky (1932) e posteriormente expandida por autores das Relações Internacionais como Justin Rosenberg (2016; 2021), Jamie Allinson (2015) e Alexander Anievas (2015). Essa teoria sustenta que o

desenvolvimento capitalista não se processa de forma linear ou homogênea, mas resulta da combinação entre elementos modernos e tradicionais, coexistindo em um mesmo espaço e tempo histórico. A UCD revela, assim, como a modernização imposta externamente, em contextos periféricos, tende a gerar estruturas híbridas, nas quais o progresso técnico convive com desigualdades persistentes e novas formas de dependência. Portanto, enquanto a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (UCD) permite compreender o lugar estrutural do Afeganistão na economia mundial como uma periferia que combina elementos de modernização tecnológica com relações sociais arcaicas, a Teoria da Maldição dos Recursos (Auty, 1993; Sachs & Warner, 2001) explica como essa posição se traduz em dependência econômica e fragilidade institucional.

Na prática, a abundância de cobre, lítio e terras raras, longe de impulsionar um desenvolvimento autônomo, reforça o caráter dependente do Estado afegão. A modernização é ‘combinada’ porque ocorre apenas em setores vinculados ao capital estrangeiro (como a mina de Aynak, operada pela estatal chinesa MCC) ao mesmo tempo em que a população local permanece marginalizada em atividades artesanais de subsistência. Por isso, a UCD e a Maldição dos Recursos convergem: a primeira explica as causas estruturais da desigualdade, o padrão global de expansão capitalista; a segunda, os efeitos econômicos concretos dessa desigualdade, isto é, a incapacidade de transformar riqueza mineral em bem-estar coletivo. A Teoria da Maldição dos Recursos, proposta inicialmente por Richard Auty (1993) e consolidada empiricamente por Jeffrey Sachs e Andrew Warner (2001), descreve o paradoxo segundo o qual países ricos em recursos naturais tendem a crescer mais lentamente que economias com base produtiva diversificada. Essa relação inversa decorre de mecanismos econômicos e políticos específicos: a sobrevalorização cambial, conhecida como “doença holandesa”, a captura de rendas por elites políticas e a dependência fiscal das matérias-primas. Karl (1997) e Ross (2012) demonstram que a abundância mineral, em vez de gerar prosperidade, pode fortalecer Estados rentistas e corroer a prestação de contas democrática.

Na situação afegã, a maldição manifesta-se de forma nítida. A exploração de cobre e lítio, dominada por empresas estrangeiras como a MCC (China Metallurgical Group), gera concentração de renda e pouca diversificação econômica. As receitas obtidas são canalizadas para redes de poder político e grupos insurgentes de forma que os setores agrícola e manufatureiro permanecem estagnados. Assim, a riqueza mineral afegã reforça o rentismo e amplia sua vulnerabilidade às flutuações externas, um exemplo clássico da maldição dos recursos sob condições de fragilidade institucional. As Teorias da Dependência (Prebisch, 1950; Cardoso & Faletto, 1979; Marini, 1973) reforçam essa interpretação ao evidenciar que

as elites afegãs, em vez de romperem com a subordinação externa, reproduzem vínculos assimétricos ao negociar contratos extrativos que transferem valor e controle para atores externos. Essa articulação teórica revela que a dependência afegã não é um acidente histórico, mas um produto direto do modo como o capitalismo global integra suas periferias.

Dessa maneira, a Teoria da Dependência oferece um quadro explicativo essencial para compreender como o Afeganistão é integrado ao sistema capitalista mundial de maneira subordinada. Desde a assinatura de contratos bilaterais com a MCC (China) e consórcios indianos em Hajigak, o país tornou-se fornecedor de matéria-prima e consumidor de tecnologia externa, reproduzindo a lógica centro-periferia descrita por Prebisch (1950) e Marini (1973). Nesse contexto, as elites políticas e empresariais locais agem como intermediárias dessa dependência, negociando concessões em troca de receitas imediatas, sem construção de capacidade produtiva ou transferência tecnológica. Como consequência, a superexploração do trabalho, combinada à evasão de lucros e à ausência de reinvestimento nacional, perpetua a condição periférica do Afeganistão, um “desenvolvimento dependente” moldado pelas dinâmicas de acumulação global

Tal condição de dependência do Afeganistão está intrinsecamente vinculada à sua posição geográfica singular, situada no coração da Ásia e cercada por seis países de relevância estratégica. Conforme argumenta Atif (2024), o território afegão historicamente funcionou como ponto de convergência e disputa entre impérios, desde Gêngis Khan até os Estados Unidos, configurando-se como corredor de passagem e zona de influência. Essa característica transforma a geografia em elemento estrutural da dependência, reproduzindo o padrão descrito por Prebisch (1950) e Wallerstein (1974), no qual a localização periférica serve aos interesses de potências externas e limita o desenvolvimento autônomo.

Segundo Atif (2024, p. 61), “desde os impérios antigos até a competição contemporânea entre Estados Unidos, Rússia e China, o território afegão foi utilizado como instrumento de realização de interesses externos”. Essa observação ecoa o argumento de Wallerstein (1974) sobre o papel funcional da periferia no sistema-mundo, que atua como fornecedora de recursos e mantenedora da estabilidade regional, sem romper com sua posição subordinada. Desse modo, a geografia do Afeganistão age simultaneamente como meio e mecanismo de reprodução da dependência, e não como vetor autônomo de integração.

Atif (2024) também destaca a ambivalência geopolítica afegã: o país é, ao mesmo tempo, uma ponte de conectividade e um espaço de vulnerabilidade. Sua localização estratégica liga a Ásia Central, rica em energia, ao Sul da Ásia, com alta demanda energética, porém essa posição o torna objeto de competição entre potências que buscam controlar fluxos comerciais

e corredores energéticos. Essa dualidade expressa o conceito de modernização dependente (Fernandes, 1981), em que as inovações e infraestruturas promovidas externamente são incorporadas de forma subordinada, reforçando assimetrias. A geopolítica afegã, portanto, materializa o princípio da UCD, combinando avanços tecnológicos e logísticos impulsionados por potências externas com persistência da marginalização local. Como sintetiza Atif (2024), “a centralidade geográfica do Afeganistão define sua marginalidade política e econômica”, evidenciando a contradição entre relevância estratégica e fragilidade estrutural.

A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (UCD) explica como diferentes modos econômicos coexistem e se interpenetram, produzindo formações híbridas. No Afeganistão, as intervenções chinesas no setor mineral ilustram essa lógica ao introduzirem capital e tecnologia avançada, sem romper com padrões de dependência e desigualdade (Trotsky, 1932; Rosenberg, 2016). A mina de cobre de Aynak, concedida à MCC em 2008, exemplifica esse processo: embora represente modernização produtiva e promessa de receitas bilionárias, enfrenta instabilidade política, infraestrutura precária, deslocamentos populacionais e impactos ambientais (Banco Mundial, 2013; Khan et al., 2024). Conforme sintetizado na Tabela 4, projetos de grande escala coexistem com economias de subsistência, resultando em desenvolvimento seletivo, concentração de benefícios e inserção subordinada do país nas cadeias globais de valor.

Tabela 4 - Afeganistão e o conceito de desenvolvimento desigual e combinado

Aspecto	Descrição	Exemplo no Afeganistão
Desigualdade Regional	Desenvolvimento econômico concentrado em áreas ricas em recursos, enquanto outras permanecem isoladas.	Investimentos em áreas como Aynak, enquanto regiões sem recursos continuam empobrecidas.
Combinação de Modos de Produção	Coexistência de economia moderna com práticas tradicionais.	Empresas modernas operam em comunidades que dependem da agricultura de subsistência.
Acumulação por de-posseção	Deslocamento de populações locais para exploração mineral.	Remoção de comunidades para projetos de mineração, como na província de Logar.
Geopolítica e Conflito	Controle de recursos gera tensões entre atores locais e internacionais.	Disputa China-Rússia pelo lítio e cobre

Fonte: Ilustrado pelo autor com base de dados do MoMP

Entretanto, apesar do potencial mineral, o setor responde por apenas 1,56% do PIB em 2023, refletindo a desconexão entre riqueza natural e desenvolvimento real (CountryEconomy, 2024). Essa fragmentação é ilustrada por contrastes como o projeto

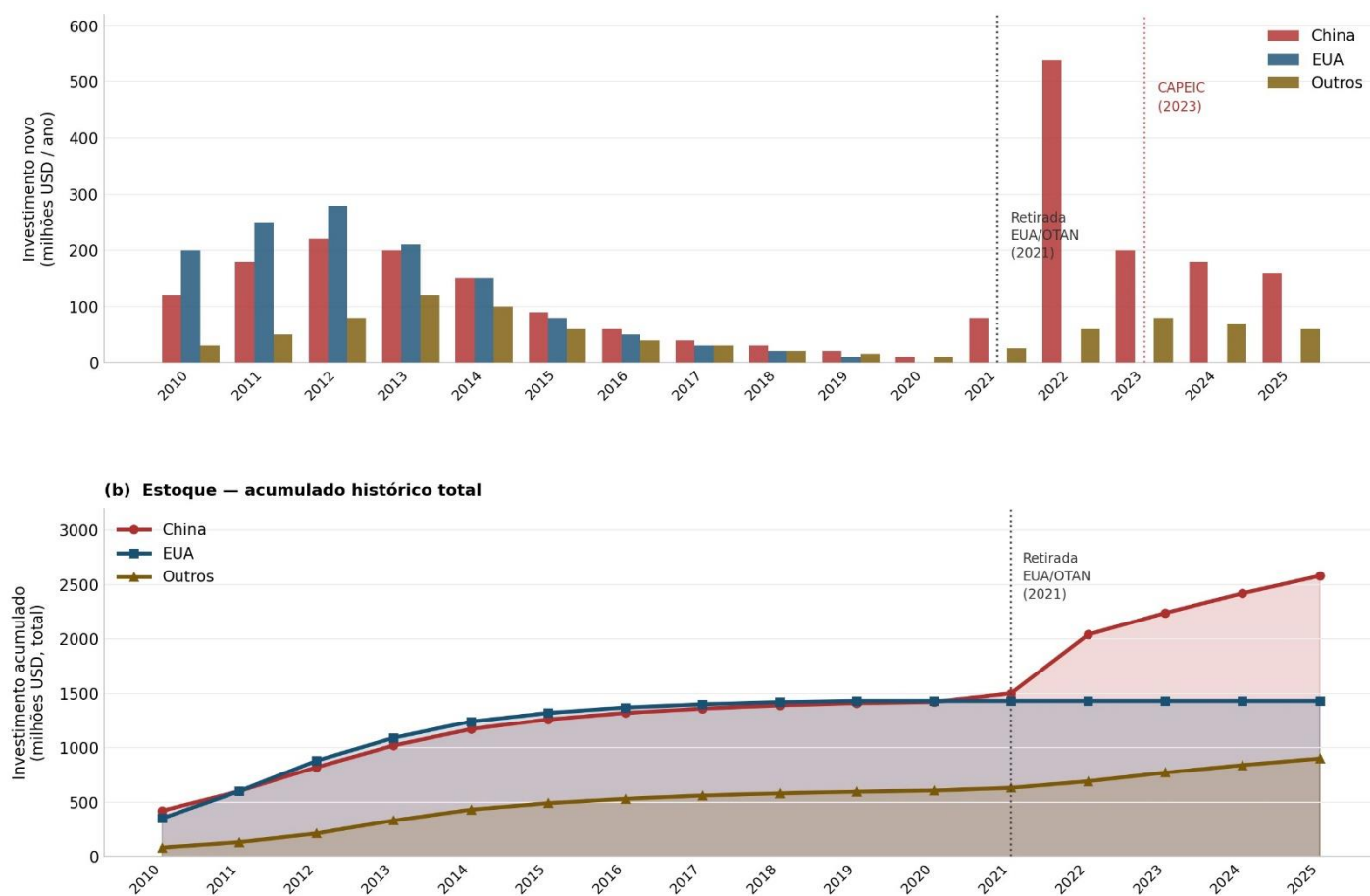
ferroviário Mazar-i-Sharif², que promete integração regional, e a mineração ilegal de lápis-lazúli, que financia insurgentes e aprofunda a instabilidade (Dunford, 2020). Já a atuação de países vizinhos, como Irã, Paquistão e Uzbequistão, evidencia a interdependência regional. O corredor ferroviário com o Uzbequistão facilita exportações, mas também expõe o Afeganistão a influências geopolíticas externas. As empresas chinesas e indianas, por sua vez, lucram com a extração de cobre e lítio, enquanto o país perde até US\$ 2 bilhões por ano com mineração ilegal (MoMP, 2024; Horowitz, 2021). A UCD é, assim, ilustrada claramente pela exploração de lítio em Helmand: comunidades rurais tradicionais coexistem com tecnologia chinesa avançada, resultando em desigualdades no acesso à água (OMS, 2023) e na externalização de lucros para conglomerados estrangeiros.

2.3 O PAPEL DOS ATORES INTERNACIONAIS (CHINA, ÍNDIA, RÚSSIA, EUA)

A história política do Afeganistão é profundamente marcada por interferências externas e disputas entre grandes potências, um padrão que se expressa, no setor mineral, de forma mais estratégica contemporânea. A geopolítica dos recursos naturais afegãos, conforme Ish-Shalom (2006), transcende a mera perspectiva econômica, sendo moldada por influências geopolíticas e ideológicas que transformam o subsolo do país em um palco de disputa global. Este cenário repete dinâmicas históricas, análogas àquelas observadas na América Latina, quando a Guerra Fria levou os Estados Unidos a apoiar governos autoritários para conter o avanço comunista, em detrimento dos processos de democratização regional (Ish-Shalom, 2006). No contexto afegão, a disputa pelos vastos recursos minerais envolvendo China, Rússia, Irã e Estados Unidos fortalece grupos internos, amplia a instabilidade e constitui um obstáculo central ao desenvolvimento sustentável.

O Gráfico 3 ilustra a evolução dos investimentos estrangeiros no setor mineral do Afeganistão entre 2010 e 2025. Observa-se um crescimento exponencial da presença chinesa, que contrasta com o declínio dos aportes norte-americanos após a retirada das tropas em 2021. Este gráfico também reforça a hipótese central desta dissertação, de que a exploração mineral afegã é moldada por interesses estratégicos externos, configurando uma relação assimétrica e dependente.

² O projeto ferroviário Mazar-i-Sharif conecta o Afeganistão ao Uzbequistão, ampliando a exportação de recursos minerais e agrícolas e fortalecendo os laços comerciais entre os dois países. A criação dessa infraestrutura representa um passo importante na direção de uma economia regional mais interconectada (Euronews, 2020).

Gráfico 3 - Evolução dos investimentos estrangeiros no setor mineral

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Reuters (2023), USGS (2018), SIGAR (2021), World Bank (2014) e Xinhua (2023)

Além disso, a retomada do poder pelo Talibã em agosto de 2021 aprofundou uma crise humanitária de proporções severas, agravada por restrições aos direitos das mulheres e pelo colapso econômico induzido pelo isolamento internacional (Moret, 2023). Nesse contexto, o setor mineral tornou-se crucial para a geração de receitas pelo regime de facto. Consequentemente, o Talibã busca parcerias estratégicas, notadamente com a China, para reativar megaprojetos, como a mina de cobre de Mes Aynak, e adota medidas para aumentar a arrecadação fiscal sobre minerais. No entanto, a capacidade de gestão do grupo é minada pela falta de previsibilidade regulatória, corrupção endêmica, exploração ilegal e rivalidades internas, que fragilizam a governança do setor e prejudicam a confiança dos investidores (Habibyar; Noorani, 2023).

2.3.1 China: o parceiro dominante e seus interesses estratégicos

A atuação da República Popular da China no Afeganistão tem assumido contornos estratégicos que aliam interesses geoeconômicos e diplomáticos. O país identificou no Afeganistão uma oportunidade singular: uma nação marcada por prolongada instabilidade, mas com vastas reservas minerais e energéticas ainda pouco exploradas. Essa estratégia consolidou a China como o ator internacional dominante no setor mineral afegão, respondendo sozinha por 68% dos investimentos estrangeiros (CIR, 2024). Sua atuação é guiada não apenas pela lógica de segurança de suprimentos, mas também pela ambição de integrar o Afeganistão à Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) e ampliar sua influência regional.

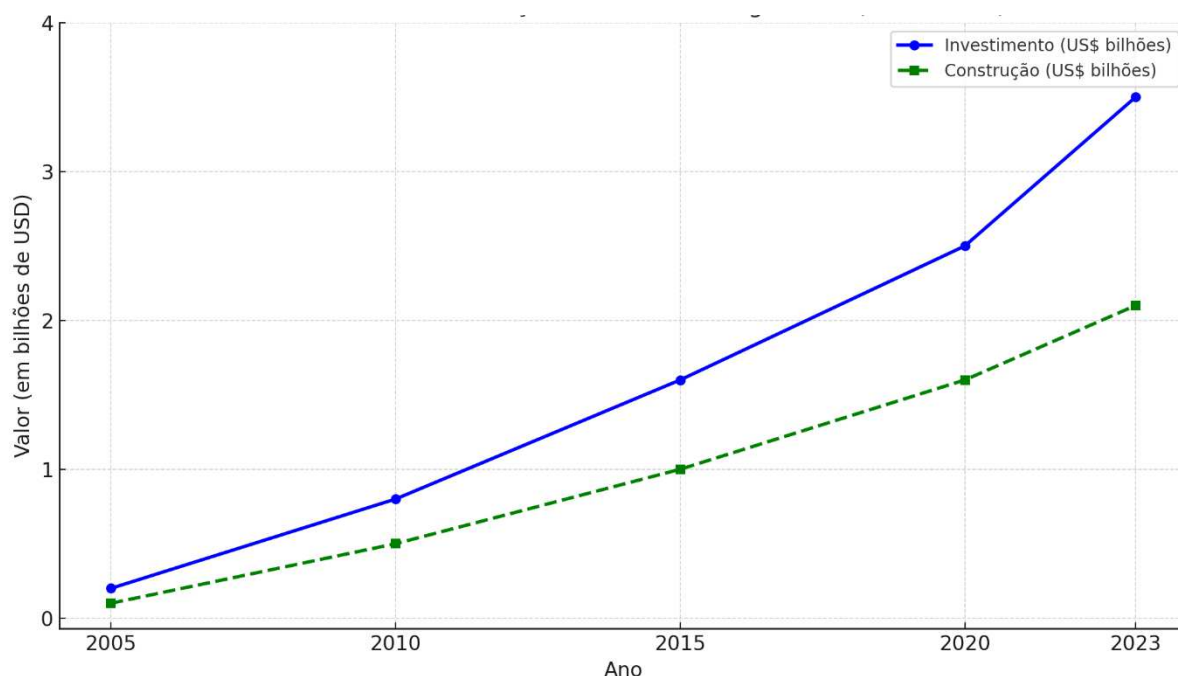
Um dos casos mais emblemáticos dessa estratégia é o contrato do projeto de cobre de Mes Aynak, na província de Logar, concedido à empresa estatal China Metallurgical Group Corporation (MCC) em 2008. O acordo, que previa um investimento inicial de cerca de três bilhões de dólares e a exploração de uma das maiores reservas de cobre não extraídas do mundo, é um exemplo da ambição chinesa. Contudo, essa relação é caracterizada por assimetrias. Auditorias vazadas revelam cláusulas contratuais que permitem a repatriação de até 90% dos lucros para a China (MoMP, 2023), o que limita significativamente os benefícios financeiros para o Afeganistão.

Além das questões contratuais, a execução prática tem sido um grande desafio. Ao longo de mais de uma década, a extração industrial efetiva em Mes Aynak não se materializou. Problemas como a instabilidade securitária, a presença de sítios arqueológicos milenares, minas terrestres e deficiências de infraestrutura atrasaram de forma significativa a operacionalização do projeto. Em 2025, o contrato foi prolongado por mais 15 anos na expectativa de viabilizar a execução. Essa situação evidencia um grau elevado de compromisso formal, mas um desempenho prático modesto, o que implica um sucesso econômico ainda limitado.

Paralelamente ao cobre, a China também avançou em contratos de petróleo e gás, em particular na bacia do Amu Darya, no norte do Afeganistão. Após a tomada do poder pelo Talibã em 2021, a China demonstrou seu pragmatismo ao assinar, em janeiro de 2023, um novo contrato com o regime talibã através da subsidiária da CNPC, a Xinjiang Central Asia Petroleum and Gas Co. (CAPEIC). Este contrato, com prazo de 25 anos, é significativo porque simboliza a reconfirmação da presença chinesa no Afeganistão sob o novo contexto político e reflete o sucesso de Pequim em manter relações pragmáticas, mesmo sem reconhecimento formal do regime.

No campo político-diplomático, esse pragmatismo rendeu avanços relevantes. Ao contrário de muitas potências ocidentais, que se afastaram após a retirada das tropas em 2021, a China manteve uma presença diplomática ativa em Cabul e avançou negociações para integrar o Afeganistão à sua Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI). Esse movimento reforça o sucesso chinês no estabelecimento de canais de influência e no posicionamento como parceiro preferencial em um país isolado diplomática e economicamente. O gráfico 4 destaca a evolução dos gastos da China National Petroleum Corp. (CNPC) no Afeganistão, detalhando os investimentos em projetos de energia e os custos de construção ao longo do período. Todos os valores estão estimados em bilhões de dólares (USD).

Gráfico 4 - Investimento e Construção da CNPC no Afeganistão (2005-2023)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do American Enterprise Institute (AEI). China Global Investment Tracker. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 04 ago. 2024

Entretanto, é crucial reconhecer que o sucesso econômico efetivo ainda é limitado. Até 2025, os projetos mais visíveis, como Mes Aynak, permanecem majoritariamente em fase de preparo ou adiamento, sem produção relevante. Os impactos socioambientais, contudo, já são palpáveis. A intensificação da mineração de lítio em Helmand, por exemplo, agravou a crise hídrica, afetando 20 mil agricultores e gerando contaminação por metais pesados, fato que levou a ONU a pressionar por práticas mais sustentáveis (Banco Mundial, 2024; OMS, 2024). Assim, a condição de instabilidade crônica, os riscos de segurança e a complexidade de trabalhar com o regime talibã são obstáculos persistentes.

Dessa forma, a atuação chinesa no Afeganistão representa uma estratégia diplomática e de influência bem-sucedida, mas com resultados econômicos ainda limitados. Essa combinação de destaque político e baixo retorno financeiro evidencia tanto a capacidade de projeção da China quanto as restrições impostas pelo contexto instável do país.

2.3.2 Rússia e Índia: interesses e influência regional

A retirada das forças ocidentais do Afeganistão em 2021 reconfigurou o panorama geopolítico do país, reacendendo o interesse de potências regionais pelos seus vastos recursos minerais, avaliados em mais de um trilhão de dólares (United States Geological Survey, 2011). Entre esses atores, Rússia e Índia destacam-se por suas histórias de envolvimento e por adotarem estratégias marcadamente distintas para consolidar sua influência. A Rússia procura reativar a influência histórica da era soviética, utilizando parcerias econômicas como ferramenta geopolítica (Price, 2013). Este objetivo materializou-se com a assinatura de um acordo preliminar para fornecer petróleo, gás e trigo ao Afeganistão controlado pelo Talibã, com desconto. Para Moscou, o pragmatismo supera a designação oficial do grupo como terrorista, visando contornar sanções ocidentais, abrir um corredor econômico para o Sul da Ásia e preencher o vazio deixado pelos EUA (AP News, 2022). No entanto, o investimento russo no setor mineral afegão enfrenta limitações estruturais significativas. A implementação de grandes projetos extrativos requer segurança, capital e garantias jurídicas, que permanecem problemáticas. Segundo a Afghan Witness (2024), embora o Talibã tenha emitido mais de 200 contratos de mineração, a natureza de muitos deles, de pequena escala e com participação acionária direta do Ministério de Minas e Petróleo, somada ao histórico de corrupção, reduz a previsibilidade para grandes investidores estrangeiros, limitando projetos de larga escala no curto prazo.

Em contraste, a abordagem indiana prioriza o longo prazo, baseada em *poder brando* e em desenvolvimento de infraestrutura. Após a retirada norte-americana em 2021, a Índia direcionou sua atuação para ajuda humanitária, incluindo o envio de milhares de toneladas de trigo e medicamentos, e para a manutenção de projetos de infraestrutura crítica, como a Represa Salma (Ministry Of External Affairs, 2022). Projetos emblemáticos, como o corredor Zaranj-Delaram, geraram uma significativa reserva de boa vontade entre a população afegã, consolidando uma presença política e popular. Este histórico de engajamento foi recentemente formalizado com o significativo aprofundamento das relações em outubro de 2024, por meio do anúncio da elevação de nível da missão indiana para o nível de embaixada em Cabul (Reuters, 2024). Conduzido por

interesses estratégicos de conter a influência do Paquistão e da China, o movimento sinaliza a normalização dos laços, ainda sem o reconhecimento formal do regime (Reuters, 2024).

Em suma, a comparação entre as duas estratégias revela consequências distintas para o setor mineral afegão. A Rússia, com sua abordagem de pragmatismo geopolítico, posiciona-se para aproveitar oportunidades políticas imediatas. A Índia, por sua vez, prioriza projetos de infraestrutura e de capital humano, uma estratégia que constrói bases sólidas de influência a longo prazo, ainda que resulte numa presença menos visível no cenário mineiro direto. Ambos os países, contudo, são condicionados por fatores semelhantes, como risco de segurança, falta de garantias jurídicas e uma acirrada competição regional. Como detalhado pelo *Afghan Witness* (2024), o ambiente pós-2021 é caracterizado por um aumento no número de contratos de mineração, mas também por baixa transparência e alto risco, criando um cenário desafiador para todos os investidores estrangeiros, independentemente da sua estratégia.

2.3.3 Estados Unidos e União Europeia: Do engajamento ao isolamento

Após a queda do primeiro regime talibã em 2001, os Estados Unidos e a União Europeia passaram a exercer papel central na reconstrução e no desenvolvimento econômico do Afeganistão. Nesse período, as potências ocidentais concentraram esforços em projetos de infraestrutura, reconstrução institucional e fortalecimento do setor produtivo, com o objetivo de promover estabilidade política e reduzir a influência de grupos extremistas. Os Estados Unidos, por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e do Departamento de Estado, destinaram bilhões de dólares à reconstrução do país, financiando obras de estradas, redes elétricas, hospitais e escolas, como parte de uma estratégia de estabilização nacional (GAO, 2003; USAID, 2019). De forma paralela, a União Europeia e seus Estados-membros se tornaram importantes doadores, destinando mais de 3,6 bilhões de euros em ajuda humanitária e programas de desenvolvimento desde 2002, com foco em governança, direitos humanos e infraestrutura básica (Conselho da União Europeia, 2019; EEAS, 2022). Esses esforços buscavam estabelecer as bases de um Estado funcional e autossuficiente, capaz de sustentar sua economia e consolidar instituições democráticas após décadas de conflito.

O setor mineral foi considerado estratégico nesse processo de reconstrução, visto que o Afeganistão possui grandes reservas de cobre, ferro, lítio, ouro e terras raras. Os Estados Unidos, por meio do U.S. Geological Survey (USGS), realizaram levantamentos detalhados sobre o potencial mineral do país, classificando-o como uma das regiões mais promissoras do mundo em recursos naturais e chegando a descrevê-lo como “a Arábia Saudita do lítio” (USGS,

2011). Na fase de engajamento, o USGS mapeou depósitos minerais, avaliados em trilhões de dólares, e programas como o MIDAS (USAID) e a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI) visaram fomentar a boa governança. A União Europeia apoiou iniciativas semelhantes, com foco na modernização da legislação mineral e na tentativa de atrair investimentos privados ocidentais. No entanto, a insegurança generalizada, a corrupção e a falta de infraestrutura adequada impediram a concretização de muitos desses projetos (EEAS, 2023).

Sua abordagem, lastreada na Teoria da Modernização, pressupunha que o desenvolvimento econômico traria estabilidade (Ish-Shalom, 2006). Entre 2001 e 2021, a presença ocidental no Afeganistão foi marcada por um engajamento político e econômico intenso, no qual o investimento em infraestrutura e mineração era visto como parte de uma estratégia de estabilização. Entretanto, a retomada do poder pelo Talibã, em agosto de 2021, marcou o fim desse ciclo. A retirada das forças norte-americanas e da OTAN foi acompanhada pela suspensão da maior parte da cooperação econômica e pela imposição de sanções financeiras. Os Estados Unidos congelaram cerca de 7 bilhões de dólares pertencentes ao banco central afegão, argumentando que não havia garantias de que os fundos não seriam utilizados pelo Talibã (World Bank, 2023). De modo semelhante, a União Europeia interrompeu quase todos os programas de desenvolvimento, mantendo apenas a ajuda humanitária de emergência por meio de agências da ONU e de organizações não-governamentais (EEAS, 2023).

Com isso, os Estados Unidos e a União Europeia viram sua influência declinar drasticamente após a retirada de 2021. As sanções impostas ao Talibã a partir de 2021, porém, resultaram no isolamento econômico do país e criaram um vácuo estratégico rapidamente preenchido pela China, ilustrando as limitações de uma estratégia de pressão que carece de coerência (Taylor, 2023). Com a ausência dos investimentos ocidentais, o espaço econômico e diplomático deixado pelos Estados Unidos e pela União Europeia passou a ser gradualmente ocupado por países como China, Rússia e Irã. O governo talibã, em busca de legitimidade internacional e recursos, firmou acordos bilaterais para o fornecimento de petróleo e gás, além de contratos de exploração mineral com empresas russas e chinesas (Newsbase, 2022; Afghan Witness, 2024). Esses novos parceiros, menos preocupados com questões de direitos humanos e governança, passaram a dominar setores estratégicos antes sustentados pelo financiamento ocidental. Dessa forma, o Afeganistão ingressou em uma nova fase, caracterizada pelo isolamento diplomático em relação ao Ocidente e pela dependência crescente de potências euroasiáticas.

A atuação dos Estados Unidos e da União Europeia no Afeganistão, portanto, passou de uma política de engajamento ativo e reconstrução econômica para uma postura de

isolamento e contenção. Durante duas décadas, o apoio ocidental buscou transformar o país em um exemplo de reconstrução democrática e de desenvolvimento sustentável, mas os resultados foram limitados pela instabilidade política e pela falta de coesão institucional. Após 2021, as sanções, o congelamento de ativos e a ausência de reconhecimento diplomático consolidaram o afastamento das potências ocidentais, enquanto novos atores passaram a explorar as oportunidades econômicas no país. Esse processo evidencia como a política internacional em torno do Afeganistão se reconfigurou, transferindo a influência econômica e estratégica do Ocidente para o Oriente. Nessa conjuntura, organizações como a ONU, o Banco Mundial e as agências da UE atuam como contrapontos ao promover padrões de sustentabilidade, transparência e boa governança. Por meio de suporte técnico, assistência regulatória e financiamento, buscam equilibrar os interesses econômicos com as necessidades de desenvolvimento sustentável e de justiça social, pressionando, por exemplo, por tecnologias que mitiguem o impacto ambiental da mineração.

Por conseguinte, a exploração mineral no Afeganistão configura um microcosmo das dinâmicas geopolíticas do século XXI. A relação assimétrica com a China, principal investidora, ilustra os riscos da dependência econômica e os limites dos benefícios locais de megaprojetos. O Talibã, embora ansioso por receitas, vê sua capacidade de gestão minada por falhas de governança e pelo isolamento internacional. As potências ocidentais, afastadas por suas próprias sanções, assistem a uma redução de sua influência, enquanto atores regionais manobram para proteger seus interesses. Nesse contexto, as organizações internacionais emergem como agentes cruciais, ainda que de poder limitado, na promoção de uma agenda de sustentabilidade e transparência. O futuro do setor mineral afegão permanece, então, intrinsecamente ligado à resolução deste complexo jogo de interesses, no qual o desenvolvimento nacional sustentável é frequentemente secundarizado em prol de ambições geopolíticas externas.

2.4 A INICIATIVA BRI E SUA RELEVÂNCIA PARA O AFGANISTÃO

A análise da inserção do Afeganistão na Iniciativa do Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI) requer a compreensão de sua herança histórica. De acordo com Niazai e Yar (2025), o país desempenhou papel central na antiga Rota da Seda, atuando como elo entre as economias do Oriente e do Ocidente. Essa rota milenar serviu como canal de trocas comerciais, culturais e religiosas que moldaram o desenvolvimento regional e transformaram cidades afegãs como Balkh, Herat, Kandahar e Cabul em polos de intercâmbio e

prosperidade. Assim, a posição do Afeganistão, no coração da Ásia, garantiu-lhe uma relevância ímpar na ligação entre China, Índia, Pérsia e o Mediterrâneo, possibilitando o trânsito de mercadorias, de ideias e de tecnologias ao longo de séculos. Essa centralidade geográfica, descrita por Niazai e Yar (2025), permanece como um fator determinante na configuração geoeconômica contemporânea, agora expressa nas redes de infraestrutura e integração promovidas pela China no âmbito da BRI.

Com isso, a Iniciativa OBOR (One Belt, One Road) da China busca atrair investimentos em infraestrutura e promover a relocação de indústrias intensivas em mão de obra para o Afeganistão, com potencial para impulsionar os setores agrícola e mineral. Esse processo facilita a integração do país nas cadeias de valor regionais e globais, gerando receita, reduzindo a dependência externa e posicionando o Afeganistão como um ponto estratégico no fornecimento de energia regional (Jayaram, 2016). Diferentemente dos modelos tradicionais de apoio ao desenvolvimento, a OBOR enfatiza a conectividade física e o comércio transfronteiriço, contribuindo para a reintegração do Afeganistão nos mercados internacionais e promovendo estabilidade econômica sustentável, cooperação regional e criação de empregos (Zhang, 2018).

Sob essa perspectiva, a China retoma, no século XXI, a lógica da Rota da Seda em uma escala ampliada e institucionalizada, com a BRI configurando-se como um instrumento de política externa e de expansão econômica. Butar-Butar e Darmastuti (2024) apontam que as transformações recentes na política externa chinesa evidenciam uma passagem de uma abordagem defensiva para uma estratégia assertiva de projeção global, ancorada na geoeconomia e na diplomacia de infraestrutura. Essa transição reflete o uso de mecanismos econômicos e financeiros como instrumentos de poder, fortalecendo a influência da China sobre países que, como o Afeganistão, ocupam posições geográficas estratégicas. A integração afegã ao projeto da BRI representa, portanto, não apenas uma oportunidade de reconstrução econômica, mas também uma forma de inserção dependente em um sistema hierarquizado de fluxos e investimentos. A China atua simultaneamente como ator desenvolvimentista e potência hegemônica regional, controlando o crédito, a tecnologia e a logística que sustentam os corredores de transporte e energia. A Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI, na sigla em inglês) é, dessa forma, um dos projetos de infraestrutura mais ambiciosos da China, com o objetivo de conectar a Ásia, a Europa e a África por meio de uma rede de rotas comerciais terrestres e marítimas. O Afeganistão, devido à sua localização estratégica na Ásia Central, tem um papel potencialmente importante nessa iniciativa. No entanto, o envolvimento da China no Afeganistão, especialmente no setor mineral, traz tanto oportunidades quanto desafios (Reuters, 2025; Zadeh, 2025).

Nesse sentido, a instabilidade contínua no país representa um risco significativo para a Iniciativa do Cinturão e Rota da China (BRI), essencial para suas ambições globais. Além disso, a insegurança no Afeganistão afeta diretamente a região de Xinjiang, onde a China enfrenta tensões étnicas e religiosas. Embora o acesso aos recursos afegãos possa atender à crescente demanda de energia da China, o sucesso dependerá de como Pequim gerenciará os riscos geopolíticos e de segurança.

A inclusão do Afeganistão na BRI, particularmente no Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), reforça a conectividade da região e a importância estratégica do país para os objetivos chineses. No entanto, essa integração gera tensões geopolíticas, especialmente com a Índia, expressa preocupações sobre os impactos do BRI e do CPEC em disputas regionais, como a da Caxemira. Já o China-Pakistan Economic Corridor (CPEC) e a rodovia Wakhan facilitam a extração e transporte de lítio e cobre para território chinês, inclusive mencionando investimentos como os US\$ 10 bilhões da Gochin para processamento de lítio (Shah, 2024). Por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), a China adotou um modelo estatista, investindo em infraestrutura para facilitar a extração mineral e garantir acesso privilegiado às reservas afegãs. Diferentemente da abordagem liberal, essa estratégia visa estabilidade e influência geopolítica.

No contexto mencionado, Hussain et al. (2025) interpretam o engajamento chinês com o governo do Talibã sob duas dimensões complementares: a *realismo político* e a *geoeconomia*. De um lado, há a busca pela estabilidade política e pela neutralização de ameaças à segurança regional; de outro, prevalece o interesse na exploração de recursos minerais e na ampliação das rotas comerciais que conectam o território afegão à Ásia Central. Tal inserção revela o padrão típico de “modernização dependente”, em que a infraestrutura física e os investimentos estrangeiros se tornam instrumentos de integração subordinada, e não de emancipação econômica. O envolvimento chinês com a BRI reforça o papel do Afeganistão como corredor e zona de passagem, reiterando sua função de mediação geopolítica entre centros de acumulação e regiões periféricas.

A China tem utilizado seu poder financeiro para obter contrapartidas estratégicas em países em desenvolvimento, especialmente naqueles fragilizados por crises econômicas ou instabilidade política (Pettis, 2025; Gallagher, 2025). No caso do Afeganistão, que possui recursos minerais valiosos como lítio, cobre e terras raras, além de localização geopolítica crucial, Pequim condiciona empréstimos e investimentos a concessões que ampliam sua influência. Exemplo emblemático desse modelo é o acordo firmado pela China-Afghanistan Petroleum and Mining Company (CAPEIC), subsidiária da CNPC, que garantiu à China 75%

de participação acionária na exploração de petróleo na bacia de Amu Darya, restando ao Afeganistão apenas 20% (Yawar, 2023). Esse desequilíbrio na divisão de lucros e no controle operacional reproduz um padrão observado em outras economias dependentes (The Diplomat, 2025) e ilustra como Pequim pode priorizar seus interesses em detrimento da soberania econômica do país receptor.

O caso do Sri Lanka e o porto de Hambantota, por sua vez, servem como um alerta para os riscos que o Afeganistão pode enfrentar ao depender de financiamento chinês sem transparência ou avaliação adequada da capacidade de pagamento. O Sri Lanka, incapaz de honrar suas dívidas relacionadas ao megaprojeto financiado pela China, acabou cedendo o controle estratégico do porto de Hambantota por 99 anos em um acordo de arrendamento, um exemplo claro de "diplomacia da armadilha da dívida" (Himmer et al., 2023). Além disso, a China já demonstrou padrões semelhantes em outros países: no próprio Sri Lanka, a inadimplência forçou a concessão do porto de Hambantota em um arrendamento de longo prazo (GULF NEWS, 2018), enquanto na Zâmbia, a dívida acumulada em projetos de infraestrutura levou à entrega de ativos estratégicos, como a Zesco (empresa nacional de energia) (OFSTAD et al., 2019). Percebe-se, então, que a China prioriza grandes projetos de infraestrutura (mineração, oleodutos, portos e estradas) com baixas exigências institucionais, focando em retorno econômico imediato e ganhos geopolíticos. Essa abordagem, no entanto, frequentemente ignora padrões de transparência, sustentabilidade ambiental e fortalecimento institucional.

Nesse contexto, a retomada simbólica da Rota da Seda pela China assume uma função política e discursiva. Conforme observam Niazai e Yar (2025), a narrativa de reconexão civilizatória promovida por Pequim associa-se a uma estratégia de poder brando que busca legitimar sua presença econômica sob a retórica da cooperação e do desenvolvimento compartilhado. Os autores destacam que a referência ao legado histórico da Rota da Seda opera como instrumento diplomático para projetar uma imagem de continuidade e harmonia asiática, mascarando, contudo, a assimetria material das relações envolvidas. Para eles, a integração proposta pela BRI, embora se apresente como plataforma de conectividade multilateral, reproduz a estrutura de dependência que caracteriza a relação entre centro e periferia

A partir dessa leitura, é possível compreender que a BRI, mesmo que ofereça oportunidades de investimento e reconstrução, insere o Afeganistão em uma lógica geoeconômica dominada por fluxos externos e decisões centralizadas fora de seu controle. A revitalização contemporânea da antiga Rota da Seda expressa a tentativa da China de consolidar uma nova arquitetura de poder regional, na qual os países situados nos corredores terrestres e energéticos assumem funções de suporte à acumulação central. Assim, o projeto

chinês mantém o padrão de dependência estrutural, transformando a interconectividade em instrumento de projeção de poder. Em última instância, a BRI reatualiza o papel histórico descrito por Niazai e Yar (2025): o Afeganistão permanece como nó essencial nas redes de circulação eurasiáticas, mas sua centralidade é condicionada à lógica de interesses externos e à permanência de assimetrias globais.

Em contraste, programas ocidentais como os da União Europeia (UE) e a Iniciativa para Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI) condicionam apoio a reformas institucionais, transparência contratual e sustentabilidade socioambiental. A tabela 5 contrasta as estratégias adotadas pela China (via BRI), pelos EUA (por meio da USAID e SIGAR) e pela União Europeia no setor mineral afegão, destacando diferenças em investimentos, condicionalidades, impactos locais e críticas.

Tabela 5 - Comparação das Abordagens da China, EUA e UE na Exploração Mineral do Afeganistão

Aspecto	China (BRI)	Estados Unidos (USAID, SIGAR)	União Europeia (UE)
Objetivo Central	Construção de infraestrutura logística e energética visando garantir acesso direto a recursos estratégicos (ex.: CPEC, rodovia Wakhan).	Promoção da governança e da transparência em projetos de extração (ex.: programas MIDAS e SIGAR).	Promoção de padrões internacionais de sustentabilidade e direitos humanos (ex.: apoio à EITI).
Modelo de Investimento	Grandes aportes diretos com pouca transparência contratual (ex.: US\$ 10 bi da Gochin para lítio; contrato CAPEIC com 75% dos lucros para a China).	Apoio técnico e institucional, com foco em fiscalização e em mapeamento geológico (ex.: USGS).	Financiamento vinculado à adoção de reformas institucionais e à transparência contratual.
Condicionalidades	Flexíveis ou ausentes; priorização do retorno econômico e da influência geopolítica chinesa.	Exigência de mecanismos anticorrupção, prestação de contas e auditoria pública.	Condições estritas relacionadas a direitos humanos, à governança e à gestão ambiental.
Impacto Local	Participação restrita da população local; empregos de baixa qualificação e repatriação de lucros.	Contribuições institucionais relevantes, mas limitadas pela instabilidade e pela retirada em 2021.	Enfoque em inclusão social e em sustentabilidade, com implementação prejudicada pela resistência do Talibã.
Casos Ilustrativos	Infraestrutura (portos, rodovias) trocada por acesso exclusivo a minérios — possível risco de “armadilha da dívida”.	Relatórios do SIGAR apontam irregularidades e ineficiência em diversos projetos financiados.	Adesão à EITI dificultada pela falta de compromisso do Talibã com padrões internacionais.
Principais Críticas	Acordos desequilibrados (ex.: apenas 20% dos lucros da CAPEIC permanecem no Afeganistão); risco de dependência.	Interrupção de projetos e falta de legado duradouro após a retirada militar.	Baixo poder de influência no atual contexto político afegão.

Fonte: Ilustrado pelo autor com base de dados do USAID (2018-2024) e SIGAR (2015)

A Tabela 5 sintetiza as diferentes estratégias de atuação da China, dos EUA e da UE no setor mineral afegão. A abordagem chinesa, pragmática e orientada para infraestrutura e recursos, contrasta com a ênfase ocidental, mais normativa, em condicionalidades de governança e transparência. Ambas, contudo, conforme elucidado pela teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, resultam em uma inserção dependente do país no sistema global, na qual a acumulação se dá predominantemente para atores externos, com limitada capacidade de geração de desenvolvimento endógeno, transferência de tecnologia e soberania sobre a cadeia produtiva.

Nessa conjuntura, o governo talibã tem demonstrado interesse em alinhar-se oficialmente à OBOR. Declarações de lideranças, como o ministro interino da Indústria e Comércio, Nooruddin Azizi, destacam a abertura para receber investimentos. Em resposta, a China convidou representantes afegãos para a cúpula da Belt and Road em 2023, reforçando a importância global da iniciativa (Rahmati, 2023). Entretanto, a expansão chinesa não ocorre sem desafios, uma vez que gera rivalidades com os EUA e a União Europeia, além de exigir investimentos em infraestrutura e negociações de trânsito com países vizinhos para superar desafios logísticos (Deberdt, Buffenoir e Gholami, 2024).

Ademais, embora a China domine os investimentos, a falta de transparência nos contratos dificulta a avaliação independente dos acordos firmados. Cláusulas desfavoráveis, como a repatriação expressiva de lucros documentada em contratos da BRI em contextos comparáveis (SIGAR, 2015; Ministry of Mines and Petroleum [MoMP], 2023), limitam os benefícios locais. Com isso, futuros estudos devem monitorar o impacto real da BRI nas comunidades afegãs, usando metodologias participativas. A superação dessas assimetrias exige um choque de governança institucional. As soluções passam pela renegociação dos contratos vigentes para limitar a repatriação de lucros, inspirada no modelo botswanense de captura de rendas minerais (Jefferis, 2024; International Monetary Fund [IMF], 2024), pela adoção compulsória dos padrões da EITI e pela diversificação de parcerias internacionais, reduzindo a vulnerabilidade geopolítica. Paralelamente, a criação de um fundo soberano e o empoderamento de comitês comunitários de fiscalização são instrumentos indispensáveis para que a riqueza mineral se converta em desenvolvimento local efetivo, e não em financiamento de conflitos ou enriquecimento ilícito de elites (The Africa Report, 2025; Collier, 2010).

CAPÍTULO 3 – ACORDOS E COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS, EITI, ENTREVISTAS E AS PROPOSTAS PARA O AFGANISTÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a análise empírica e documental que sustenta a hipótese deste trabalho. São integrados três eixos principais: (i) estudo dos acordos de cooperação entre o Ministério de Minas e Petróleo (MoMP), a China National Petroleum Corporation (CNPC) e o Banco Mundial; (ii) avaliação do papel da Iniciativa para Transparência das Indústrias Extrativas (EITI) no contexto afegão; e (iii) síntese das entrevistas com especialistas e ex-funcionários do setor mineral afegão. Essa estrutura permite compreender de que modo políticas de governança e transparência podem ser traduzidas em ações concretas e mensuráveis.

3.1 ACORDOS E COOPERAÇÃO ENTRE CNPC, MOMP E BANCO MUNDIAL

A parceria entre a China National Petroleum Corporation (CNPC), o Ministério de Minas e Petróleo do Afeganistão (MoMP) e o Banco Mundial representa uma oportunidade significativa para o desenvolvimento do setor mineral afegão. No entanto, uma análise detalhada desses acordos revela assimetrias que precisam ser corrigidas. Enquanto o Banco Mundial condiciona seu apoio a padrões de transparência e governança institucional, a atuação da CNPC orienta-se primariamente por retorno econômico e objetivos geopolíticos (Walsh; Ferro, 2020; Yawar, 2023), o que impõe lógicas distintas, e frequentemente conflitantes, sobre a gestão dos recursos afegãos. Essa assimetria entre os parceiros levanta questões relevantes quanto à equidade na distribuição dos benefícios, à transparência contratual e à sustentabilidade ambiental.

Nas circunstâncias introduzidas, o acordo firmado entre o MoMP e a CNPC em 2011 previa a exploração de gás natural na bacia de Amu Darya, sendo que a análise documental mostra que cerca de 80% dos lucros seriam repatriados, restando margem limitada à arrecadação nacional, o que reforça a dependência econômica e restringe o investimento local. Conforme Nero et al. (2022), esse padrão reflete um problema estrutural do setor mineral afegão, caracterizado pela concentração dos benefícios econômicos pelas empresas estrangeiras e pelas elites locais, sem retorno proporcional ao desenvolvimento comunitário. O autor também enfatiza a necessidade de transparência contratual, de auditorias independentes e de regulamentação eficaz, além de políticas voltadas ao fortalecimento da capacidade técnica e administrativa do Estado.

De acordo com o Banco Mundial (2024), a economia afegã continua fortemente dependente de fluxos externos de capital e de assistência humanitária, o que limita a capacidade fiscal do Estado e restringe os investimentos públicos em setores estratégicos, como energia e mineração. O relatório destaca que, embora o PIB tenha apresentado leve recuperação impulsionada por exportações minerais e agrícolas, o crescimento permanece desigual e vulnerável à instabilidade política. Essa condição estrutural faz com que parcerias internacionais, como a da CNPC e do Banco Mundial, sejam cruciais, mas também arriscadas se não acompanhadas de mecanismos sólidos de transparência e redistribuição de benefícios. Os acordos firmados com o Banco Mundial também visam modernizar a governança do setor mineral por meio de financiamento e assistência técnica, destacando-se a transferência de tecnologia e o investimento estimado em 90 milhões de dólares. Contudo, entre 2018 e 2023, aproximadamente 80% dos lucros das operações foram repatriados, enquanto as contrapartidas locais, como infraestrutura e capacitação, permaneceram incompletas. Esse desequilíbrio é coerente com as conclusões de Nero et al. (2022) e com as observações do Banco Mundial (2024), que identificam a ausência de um marco regulatório consistente e a carência de gestão pública qualificada como fatores que fragilizam a posição negociadora do Afeganistão, tornando-o mais suscetível à aceitação de cláusulas contratuais desfavoráveis, como a repatriação expressiva de lucros, e limitando sua capacidade de fiscalizar o cumprimento dos acordos firmados.

O relatório *Delve Country Profile: Afghanistan* (World Bank, USGS e Pact, 2021) registra a atuação do Banco Mundial no fortalecimento institucional do MoMP, com foco na formalização da mineração artesanal e de pequena escala, na padronização de contratos e na melhoria da governança mineral. Contudo, por tratar-se de documento produzido pelo próprio organismo, sua avaliação deve ser lida com reservas. Relatórios independentes, como os do SIGAR (2015) e do Bekmurzaev e Hioe (2025), apontam que os avanços institucionais foram limitados e que deficiências estruturais, como a falta de coordenação interministerial, a carência de especialistas técnicos e a fragilidade da fiscalização ambiental, persistiram mesmo após anos de assistência internacional, sugerindo que os resultados da cooperação ficaram aquém do projetado. Tais fatores, associados à dependência de apoio técnico estrangeiro, explicam em parte a baixa efetividade dos acordos com a CNPC e o Banco Mundial. O relatório também ressalta que o Afeganistão dispõe de um arcabouço jurídico recente, representado pela Lei de Minerais (2019) e pela Política Nacional de Mineração (2019), mas que sua implementação é limitada. Assim, o número elevado de licenças expiradas ou inativas reforça o caráter informal do setor

mineral. Historicamente, quase todas as atividades de exploração mineral no país foram conduzidas em parceria com governos ou com empresas estrangeiras, consolidando um padrão de dependência econômica e tecnológica. Essa constatação corrobora a análise de Nero et al. (2022), segundo a qual a governança mineral afegã permanece inserida em uma estrutura periférica de dependência, típica de economias subordinadas na divisão internacional do trabalho.

Dessa maneira, projetos regionais como o Corredor Econômico China–Paquistão (CPEC) e a ferrovia Mazar-i-Sharif representam esforços integrados para ampliar o acesso do Afeganistão aos mercados globais. Entretanto, o interesse crescente no lítio afegão, essencial para tecnologias limpas, suscita preocupações quanto à dependência excessiva de investimentos estrangeiros. A proposta da empresa chinesa Gochin de construir uma usina hidrelétrica para processar lítio e gerar cerca de 120.000 empregos diretos (Khan, 2024) exemplifica tanto o potencial de crescimento quanto o risco de exploração desequilibrada. Nero et al. (2022) observam, então, que tais investimentos podem gerar impactos positivos se acompanhados de políticas ambientais rigorosas e mecanismos de redistribuição social; caso contrário, tendem a aprofundar desigualdades regionais e degradação ecológica.

Além disso, de acordo com o United States Geological Survey (USGS, 2012), o Afeganistão possui mais de 1,9 bilhão de barris de petróleo e 59 trilhões de pés cúbicos de gás natural. Com isso, em 2023, o MoMP firmou contrato com a empresa chinesa CAPEIC para explorar uma área de 4.500 km² nas províncias de Sar-e Pol, Jawzjan e Faryab, prevendo aumentar a produção diária de 200 para 1.000 toneladas, criar 3.000 empregos e atrair 540 milhões de dólares em investimentos em três anos (AtnNews, 2023). Embora tal projeto prometa maior autossuficiência energética, Nero et al. (2022) e o Banco Mundial (2024) alertam que a ausência de fiscalização ambiental e a falta de um sistema transparente de gestão de receitas comprometem o equilíbrio ecológico e a confiança dos investidores. O relatório do Banco Mundial (2024) ainda aponta que o Afeganistão carece de mecanismos de coordenação interinstitucional e de integração entre as políticas de mineração, energia e meio ambiente. Essa fragmentação administrativa reduz a eficiência dos acordos de cooperação e limita o alcance dos benefícios econômicos esperados. A instituição recomenda a adoção de estratégias integradas de governança e de um fundo soberano voltado à gestão de receitas minerais, inspirado em modelos de países como Botsuana e Chile, com o objetivo de evitar o chamado “paradoxo da abundância”.

Referente a esse cenário, o estudo de Nero et al. (2022) reforça que a falta de infraestrutura, a instabilidade política e a corrupção sistêmica reduzem a eficácia de qualquer forma de cooperação internacional. O autor propõe que a gestão sustentável das minas dependa

da integração entre três pilares econômico, social e ambiental, de modo a equilibrar a exploração mineral com as necessidades de desenvolvimento humano e preservação ecológica. Para tanto, recomenda-se a adoção das seguintes medidas: a) divulgação pública de contratos e receitas, garantindo transparência e controle social sobre os recursos provenientes da mineração; b) fortalecimento das instituições reguladoras, com o objetivo de aprimorar a fiscalização, o cumprimento das normas ambientais e a eficiência administrativa; c) incentivo ao emprego local e à capacitação técnica, de forma a ampliar a participação das comunidades afetadas nas cadeias produtivas e reduzir a dependência de mão de obra estrangeira; e d) implantação de sistemas de monitoramento ambiental contínuo, com instrumentos tecnológicos e auditorias independentes que assegurem a mitigação dos impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades mineradoras.

Essas diretrizes convergem com os esforços do Banco Mundial e do *Delve Country Profile: Afghanistan* (World Bank, USGS e Pact, 2021) para promover transparência, governança e responsabilidade social no setor extrativo. Conforme apresentado na Tabela 6, a sinergia entre CNPC, MoMP e Banco Mundial deve priorizar não apenas o crescimento econômico, mas também a sustentabilidade social e ecológica.

Tabela 6 - Objetivos estratégicos

Objetivo Estratégico	CNPC	MoMP	Banco Mundial
Crescimento Econômico e Diversificação	Foca em fomentar o crescimento econômico sustentável promovendo o investimento do setor privado e aprimorando a cadeia de valor no setor de mineração.	Visa aumentar as receitas nacionais através da gestão eficiente e transparente dos recursos minerais.	Apoia a estabilidade macroeconômica e a diversificação, integrando o setor de mineração à economia mais ampla.
Desenvolvimento de Capacidades e Governança	Oferece assistência técnica e treinamento para melhorar a capacidade institucional e os marcos regulatórios.	Esforça-se para construir estruturas de governança robustas, garantindo a responsabilização e reduzindo a corrupção no setor de mineração.	Melhora a governança através de reformas políticas e fortalecimento das capacidades institucionais em vários níveis.
Desenvolvimento de Infraestrutura	Investe em projetos de infraestrutura crítica que facilitam o acesso a locais de mineração e mercados.	Desenvolve infraestrutura para apoiar as atividades de mineração, incluindo redes de transporte, energia e comunicação.	Financia projetos de infraestrutura em larga escala para aumentar a conectividade e apoiar o crescimento do setor de mineração.
Sustentabilidade Ambiental e Social	Promove práticas de mineração sustentável que minimizam o impacto ambiental e melhoram o bem-estar comunitário.	Implementa políticas para garantir a proteção ambiental e a responsabilidade social nas operações de mineração.	Apoia projetos que priorizam a sustentabilidade ambiental e a inclusão social no setor de mineração.

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do Walsh e Ferro (2020), Yawar (2023), World Bank (2014) e USAID (2018)

Ademais, Nero et al. (2022) e o Banco Mundial (2024) destacam que o Afeganistão sofre com extração ilegal e ausência de controle ambiental, o que compromete os objetivos de desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, a falta de especialistas locais obriga a dependência de mão de obra estrangeira, e as comunidades próximas às minas enfrentam deslocamentos, desemprego e perda de meios de subsistência. Essas observações corroboram a necessidade de planejamento integrado e cooperação internacional técnica e institucional para que o país possa transformar sua riqueza mineral em um motor real de desenvolvimento sustentável. Desse modo, Nero et al. (2022) argumentam que a sustentabilidade do setor depende de reformas profundas em governança, capacitação e infraestrutura, além da implementação de uma política nacional de mineração que incorpore os princípios da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (EITI).

Em consonância, Foschini (2025) afirma que o setor de mineração tem se consolidado como um dos principais motores da economia nacional sob o governo do Emirado Islâmico do Afeganistão, especialmente após a intensificação das parcerias com a China, o Irã, o Paquistão e os países da Ásia Central. Todavia, o autor ressalta que tais acordos ainda reproduzem um padrão de dependência estrutural, no qual o Afeganistão fornece recursos minerais em estado bruto, enquanto os benefícios de longo prazo, como transferência tecnológica e desenvolvimento comunitário, permanecem limitados. É destacado ainda denúncias de favoritismo, práticas de extração predatórias e ausência de fiscalização ambiental efetiva, fatores que comprometem a governança e a sustentabilidade do setor. Tais observações reforçam a necessidade de mecanismos transparentes de gestão e de uma política mineral que equilibre os interesses econômicos com a justiça social e a proteção ambiental. Somente por meio dessa abordagem multilateral e baseada na transparência o Afeganistão poderá equilibrar crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social.

3.2 EXTRACTIVE INDUSTRIES TRANSPARENCY INITIATIVE (EITI)

A Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI) é um padrão global voluntário que promove a gestão aberta e responsável de recursos naturais como petróleo, gás e minerais (EITI, 2023, p. 7). O seu mecanismo central consiste na divulgação e na reconciliação pública dos pagamentos feitos por empresas extrativas aos governos e das receitas que estes declaram ter recebido. Este processo é supervisionado por um Grupo Multissetorial (MSG), que integra representantes do governo, das empresas e da sociedade civil, assegurando uma supervisão equilibrada e inclusiva (EITI, 2023, p. 11-12).

Os doze Princípios da EITI, acordados na sua fundação em 2003, constituem a sua pedra angular. Eles partem da crença de que a riqueza gerada pelos recursos naturais deve ser um motor para o crescimento económico sustentável e a redução da pobreza, mas que, se mal gerida, pode gerar impactos sociais e económicos negativos (EITI, 2023, p. 7). Segundo os princípios, a gestão desses recursos é um domínio soberano dos governos, exercido no interesse do desenvolvimento nacional, e a transparência por parte de governos e empresas é fundamental para fortalecer a gestão das finanças públicas e a prestação de contas (EITI, 2023, p. 7). A iniciativa acredita também que uma abordagem consistente para a divulgação de pagamentos e de receitas, que envolva todas as empresas do setor extrativo e todos os grupos de interesse, é essencial para encontrar soluções (EITI, 2023, p. 7).

Dessarte, a importância da EITI manifesta-se em várias frentes. Em primeiro lugar, se propõe a ser um antídoto crucial contra a "maldição dos recursos". Assim, a transparência exigida pela EITI mitiga os riscos de desvio de receitas, evasão fiscal e opacidade contratual, fortalecendo a integridade do setor (EITI, 2023, p. 4). Em segundo lugar, a EITI fortalece a confiança entre os atores do setor; ao demonstrar um compromisso com práticas transparentes, os países podem melhorar o seu ambiente de investimento, reduzindo os riscos percebidos pelos investidores e pelas empresas internacionais (EITI, 2023, p. 7). Paralelamente, a participação robusta da sociedade civil, protegida por um protocolo específico que garante um ambiente propício para a sua operação e liberdade de expressão, assegura que a transparência se traduza em escrutínio público e responsabilização efetiva (EITI, 2023, p. 41-44).

Para além do mencionado, o EITI Standard de 2023 expandiu significativamente o seu âmbito para enfrentar desafios contemporâneos. Pela primeira vez, incorporou requisitos relacionados com a transição energética, exigindo divulgações sobre políticas de preço de carbono, emissões de gases com efeito de estufa e o impacto da descarbonização no setor (EITI, 2023, p. 4, 15). Adicionalmente, introduziu disposições mais rigorosas para combater a corrupção, incluindo a expectativa de que as empresas divulguem publicamente as suas políticas anticorrupção e a obrigatoriedade de transparência da propriedade real para identificar pessoas politicamente expostas (EITI, 2023, p. 6, 19-20). A iniciativa também incentiva ativamente a consideração de questões de equidade de género e o impacto social e ambiental das atividades extrativas (EITI, 2023, p. 6, 34-35).

No Afeganistão, a aplicação da EITI oferece um estudo de caso sobre a sua implementação num contexto de Estado frágil. O país, possuidor de recursos minerais substanciais como ouro, cobre e lítio, tornou-se um país candidato à EITI, estabelecendo um secretariado nacional e um Grupo Multissetorial para supervisionar o processo (AEITI 2018-

2019 Report). Dessa forma, antes da tomada de poder pelo Talibã em 2021, o Ministério das Minas e Petróleo do Afeganistão lançou um portal de transparência que divulgava licenças, contratos e pagamentos (EITI Board Decision 2019). Porém, embora o Afeganistão seja membro da EITI desde 2009, a aplicação efetiva de seus princípios enfrenta entraves estruturais, visto que a ausência de auditorias regulares e a falta de mecanismos de participação social limitam sua eficácia. Como resolução, uma estratégia viável seria condicionar novos contratos de mineração à certificação anual da EITI, garantindo divulgação pública dos fluxos financeiros e ambientais.

A implementação da iniciativa no Afeganistão, no entanto, deparou-se com obstáculos estruturais intransponíveis. A instabilidade política, o conflito armado em curso e uma capacidade institucional limitada dificultaram severamente o funcionamento efetivo do Grupo Multissetorial (MSG) e a publicação regular de relatórios, elementos centrais para o cumprimento dos requisitos da EITI. Ainda, a deterioração do espaço cívico após agosto de 2021 violou diretamente o Protocolo de Participação da Sociedade Civil, que exige que os membros da sociedade civil possam operar livremente, sem coerção ou represálias. Consequentemente, a incapacidade de manter estes requisitos básicos, incluindo a divulgação de dados por mais de dois anos, levou à delistagem do Afeganistão como país implementador da EITI em 19 de junho de 2024, conforme registrado na Decisão do Conselho da EITI 2024-31 (EITI Board Decision 2024-31).

Este desfecho demonstra que, embora a EITI forneça um modelo de governança técnica, a sua eficácia está intrinsecamente ligada a condições políticas e de segurança mínimas. No Afeganistão, a combinação de recursos valiosos com instituições estatais frágeis e um ambiente internacional volátil resultou numa trajetória em que o modelo de transparência não conseguiu consolidar-se. A experiência afegã realça a limitação fundamental de iniciativas de governança global em contextos nos quais faltam os alicerces de estabilidade, estado de direito e liberdades cívicas. Portanto, embora a EITI ofereça um arcabouço normativo para a transparência, sua implementação no contexto afegão depende da adesão e da capacidade das instituições locais.

3.3 ENTREVISTAS

As entrevistas foram conduzidas de forma remota, dada a complexidade do contexto geopolítico e os riscos de segurança, exacerbados pela presença de grupos insurgentes e pelas dificuldades logísticas. Entre os participantes, foi entrevistado um professor da Universidade de TashQurghan com ampla experiência no setor mineral, tendo atuado em quatro províncias afegãs: Badakhshan, Balkh, TashQurghan e Cabul. Sua perspectiva foi especialmente valiosa por abranger tanto o conhecimento acadêmico quanto a vivência prática em regiões ricas em recursos minerais. A entrevista, realizada em Dari, foi gravada e transferida via WhatsApp, com suporte técnico do servidor da universidade para garantir a integridade dos dados.

Para assegurar o anonimato do entrevistado, uma precaução essencial tendo em vista o contexto sensível, seu nome foi omitido e os arquivos de áudio foram criptografados antes do armazenamento. Todo o processo foi supervisionado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de TashQurghan, que verificou rigorosamente os protocolos para evitar qualquer divulgação de informações identificáveis. Diante desses desafios, a abordagem adotada foi extremamente cautelosa do ponto de vista ético e metodológico. O roteiro da pesquisa foi elaborado com três perguntas centrais, cuidadosamente estruturadas para obter informações detalhadas sobre o contexto da mineração no Afeganistão, sem colocar em risco os participantes. Essa estrutura permitiu explorar aspectos técnicos e operacionais do setor mineral, enquanto os protocolos de segurança garantiam a proteção de todas as partes envolvidas no processo de pesquisa.

Primeira Pergunta: Como estão as atividades de mineração no Afeganistão? Quantas empresas estão trabalhando nas minas do país e quais grupos estão envolvidos nesses projetos?

A situação atual das atividades de mineração no Afeganistão está em andamento, com esforços voltados para a garantia de qualidade e de profissionalismo, sustentados pelo apoio de parceiros internacionais. A China é uma das principais partes envolvidas nesses projetos, acompanhada por outros países, como Rússia e Índia. Essas colaborações internacionais indicam a relevância estratégica do setor mineral para o país, embora desafios persistam [...]P1

A mineração no Afeganistão é uma atividade em expansão, com aproximadamente 50 contratos para minas grandes e 250 para minas pequenas, destacando-se a extração de pedras preciosas, como esmeraldas e rubis, que conta com cerca de 2.500 mineradores profissionais, e a mineração de ouro, com um número similar de atividades registradas, além de um grande projeto de petróleo e outros 30 contratos neste setor [...]P2

Segunda Pergunta: Quais desafios se apresentam para as atividades de mineração? Como será conduzida a avaliação ambiental? Receberão assistência técnica? E quando será iniciada a cooperação para resolver esses problemas?

[...] os desafios enfrentados pelo setor incluem a escassez de equipes qualificadas, a falta de experiência em escavação e a presença de insurgentes em posições de poder. Além disso, há uma ausência de levantamentos precisos sobre padrões de segurança em áreas remotas e um controle insuficiente das condições climáticas [...]P1

Os principais desafios incluem a limitação de investimentos, com predominância de empresas locais e de países como Turquia, Irã, Paquistão e Uzbequistão, e a carência técnica, em que operações de perfuração sem estudos adequados danificam o meio ambiente, mesmo com licenças legais. A dependência da importação de equipamentos especializados, como no projeto de mármore com uma empresa turca, gera a necessidade urgente de treinamento técnico para a mão de obra local. [...]P2

Observa-se que, em muitos casos, a mineração tem sido realizada de maneira não profissional, predominantemente manual, sem o uso de tecnologias avançadas. Para enfrentar esses desafios, é essencial que projetos sejam firmados com técnicos e profissionais experientes, acompanhados de suporte tecnológico adequado. No entanto, até o momento, práticas inadequadas predominam, o que representa riscos tanto às operações quanto ao meio ambiente.

Um exemplo evidente são as minas de carvão em diferentes regiões do país, que enfrentam problemas como práticas rudimentares de mineração e ausência de regulamentação técnica. Para mitigar esses problemas, o governo do Talibã está em busca de apoio de empresas internacionais que assinaram recentemente acordos para fornecer equipamentos modernos e especialistas capacitados, com o objetivo de superar as limitações técnicas e ambientais [...]p1

Terceira Pergunta: Qual será o futuro das minas no Afeganistão, da economia do país e dos planos de trabalho voltados para o público em geral? Como os projetos irão progredir?

[...] O futuro da mineração no Afeganistão está condicionado à introdução de inovação, ao desenvolvimento técnico e à superação dos danos que o setor enfrenta atualmente. Nesse sentido, profissionais e técnicos especializados foram contratados, juntamente com engenheiros experientes e equipamentos avançados. Essas medidas visam transformar o setor em uma área mais eficiente e produtiva, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico e social do país [...]P1

Os projetos mineiros no Afeganistão estão progredindo com sucesso, com a construção de cinco novas fábricas de cimento - incluindo a de Kandahar, 90% concluída - que em breve reduzirão a dependência de importações e gerarão emprego, assim como a fábrica de sal que já tornou o país autossuficiente. [...]P2

Quarta Pergunta: Como o uso estratégico das reservas minerais e dos elementos de terras raras do Afeganistão pode ajudar a melhorar a economia do país e redefinir suas relações com a comunidade internacional, especialmente no contexto da demanda global crescente?

[...] O Afeganistão possui reservas significativas de elementos de terras raras, como lítio, titânio e neodímio, que são utilizados em indústrias avançadas, como a produção de baterias de lítio, equipamentos eletrônicos e tecnologias inovadoras. Considerando o aumento da demanda global por esses elementos, o Afeganistão pode conquistar uma posição importante nos mercados internacionais através do desenvolvimento da extração e processamento desses materiais. Para atingir esse objetivo, é necessário investir em infraestrutura, capacitação de mão de obra e na criação de estruturas legais e regulatórias adequadas [...]P1

O uso estratégico das vastas reservas minerais e de terras raras do Afeganistão tem o potencial de transformar a economia nacional, criando fontes de renda sustentáveis e reduzindo a dependência de ajuda externa. Ao se tornar um fornecedor de minerais críticos para a tecnologia global, o país pode atrair grandes investimentos e novas tecnologias, evoluindo para um parceiro estratégico capaz de redefinir e melhorar suas relações diplomáticas e de cooperação com a comunidade internacional[...]P2

Quinta Pergunta: Como a exploração dos recursos minerais no Afeganistão pode melhorar as condições de vida das populações locais, promover a sustentabilidade e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico? E quais são as expectativas realistas de que esses benefícios realmente cheguem ao povo afegão?

[...] A exploração sustentável e responsável dos recursos minerais pode melhorar significativamente as condições de vida das comunidades locais através da geração de empregos em atividades de extração, de processamento e de transporte de minérios, além de impulsionar o desenvolvimento de infraestruturas essenciais como estradas, redes elétricas e sistemas de abastecimento de água nas regiões mineiras. Os rendimentos provenientes desta atividade podem ainda ser canalizados para investimentos em setores críticos, como a educação e a saúde. Para que estes benefícios efetivamente alcancem a população, é fundamental estabelecer mecanismos transparentes de distribuição de receitas e de monitoramento participativo dos projetos de mineração. [...] P1

A exploração mineral no Afeganistão, com contratos ativos para ferro, lítio, zinco e cromita, principalmente com parceiros como a China, visa impulsionar o desenvolvimento socioeconômico através do processamento local e investimentos estrangeiros. A expectativa realista é que essa expansão gere benefícios econômicos para o país, embora o alcance deles à população local dependa da efetiva implementação e da priorização do desenvolvimento de cadeias produtivas internas [...] P2

As percepções recolhidas nas entrevistas, assim, revelam desafios profundos de coordenação, capacitação técnica e legitimidade institucional. Para superar esses entraves, torna-se necessário identificar caminhos práticos e sustentáveis que possam fortalecer a governança mineral. A seção seguinte propõe estratégias inspiradas em experiências internacionais bem-sucedidas e adaptáveis ao contexto afegão.

3.4 PROPOSTAS PARA O AFEGANISTÃO E POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO

A mineração no Afeganistão, especialmente em locais como Aynak e Hajigak, tem provocado sérios impactos ambientais. Entre esses impactos estão a remoção da vegetação, a destruição de habitats naturais e o agravamento da desertificação. A ausência de regulamentação ambiental adequada resultou na má gestão de rejeitos, ampliando a contaminação dos recursos hídricos. Com reservas de cobre estimadas em cerca de 60 milhões de toneladas, estudos apontam que as atividades mineradoras vêm poluindo rios próximos com níveis de metais pesados acima dos limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde. Esse cenário contrasta fortemente com países como o Chile, que priorizam uma gestão eficiente dos recursos hídricos e energéticos para mitigar os impactos ambientais, estabelecendo parâmetros importantes para o Afeganistão.

Por conseguinte, para equilibrar a exploração mineral com a proteção ambiental, o Afeganistão pode adotar práticas de mineração sustentável. Murad (2017) propõe combinar financiamento verde e transferência tecnológica voltada a setores estratégicos como saúde, energia e agricultura. O uso de tecnologias verdes e métodos de baixo impacto, aliados à adoção de fontes renováveis de energia, representa um caminho viável para reduzir a degradação ambiental e garantir o aproveitamento racional dos recursos naturais. Nesse contexto, as Parcerias Público-Privadas surgem como instrumentos eficazes para atrair investimentos privados em projetos sustentáveis, complementando políticas públicas e ampliando a capacidade do Estado. Murad (2017) destaca que a cooperação entre governo, empresas e instituições financeiras pode viabilizar iniciativas sustentáveis de infraestrutura. Paralelamente, Grace (2016) sugere a criação de um fundo soberano para estabilizar a

economia e reinvestir as receitas minerais em setores de longo prazo. Experiências de países africanos, como Gana e Nigéria, evidenciam que fundos soberanos, quando geridos com transparência e autonomia política, podem garantir uma distribuição mais equitativa da riqueza mineral e fortalecer a governança.

Entre os principais desafios enfrentados pelo Afeganistão está a gestão hídrica, especialmente em regiões como Aynak, onde a mineração intensificou a escassez de água. Por isso, o Banco Mundial defende a implementação de um sistema integrado de gestão de recursos hídricos, algo que pode ser aprendido com o modelo chileno. No Chile, a empresa Antofagasta Minerals investiu em infraestrutura sustentável, construindo plantas de dessalinização e utilizando energia solar para reduzir a pegada de carbono (MarcaChile, 2024). Essa experiência demonstra que o investimento em tecnologia e em inovação pode conciliar desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental.

A governança inclusiva é outro pilar fundamental para assegurar que as comunidades locais se beneficiem diretamente da mineração. O exemplo de Botsuana, que desenvolveu Parcerias Público-Comunitárias, evidencia o potencial das comunidades em participar ativamente dos projetos mineradores. O Fundo de Diamantes de Botsuana, responsável por canalizar receitas para programas sociais e infraestrutura, representa uma estratégia que o Afeganistão poderia adaptar. Ao encontro disso, Amaechi (2022) descreve um modelo em que mineradoras e populações locais são corresponsáveis pelo desenvolvimento.

Contudo, para que essas transformações ocorram, é imprescindível o fortalecimento das regulamentações ambientais e o estabelecimento de mecanismos de fiscalização eficientes, conforme sugerem Onifade *et al.*, (2024), além de buscar alternativas para limitações estruturais. Além disso, modelos inovadores de financiamento, como a emissão de títulos verdes, podem impulsionar investimentos sustentáveis. Com isso, a experiência chilena, que projeta atingir 70% de energia renovável na mineração até 2030, demonstra como o financiamento verde atua como catalisador da sustentabilidade. Integrar tecnologia, governança inclusiva e educação é essencial para garantir que as comunidades locais não apenas participem, mas também liderem o processo de desenvolvimento mineral. O futuro da mineração no Afeganistão depende, portanto, da combinação entre políticas públicas consistentes, financiamento verde e participação comunitária ativa. Essa integração pode transformar desafios em oportunidades e estabelecer um setor mineral sustentável e inclusivo, capaz de promover estabilidade econômica e social. Nesse sentido, os elementos-chave para o desenvolvimento sustentável da mineração, como capacitação técnica, acesso a tecnologias modernas, formalização do setor e parcerias institucionais, formam a base de uma nova

abordagem para o crescimento do setor. Tais medidas favorecem a redução da mineração ilegal, o fortalecimento institucional e a promoção de impactos econômicos, sociais e ambientais equilibrados (Walsh e Ferro, 2020; Yawar, 2023; World Bank, 2014; USAID, 2018). Por sua vez, a análise comparativa de Botsuana, Jharkhand e Chile confirma a eficácia de estratégias diferenciadas de governança e de sustentabilidade que podem ser adaptadas ao contexto afegão. Enquanto Botsuana demonstra a importância das PPPs e fundos soberanos para estabilidade econômica, o Chile destaca o papel da transparência e da diversificação produtiva. Jharkhand oferece lições sobre os riscos da mineração predatória e da exclusão social, reforçando a necessidade de regulação e participação comunitária. Assim, a pesquisa evidencia que o desenvolvimento do setor mineral afegão passa, necessariamente, pela inovação tecnológica, por instituições sólidas e por maior inclusão social.

Para lidar com os desafios ambientais e sociais da mineração no Afeganistão, algumas estratégias de mitigação, inspiradas em práticas internacionais, foram compiladas e adaptadas ao contexto local (Tabela 7).

Tabela 7 - Estratégias de mitigação

Estratégia de Mitigação	Prática Internacional	Aplicação no Afeganistão	Benefícios Esperados
Uso Eficiente de Recursos Hídricos	Recirculação de água em sistemas como <i>espessadores</i> no Chile .	Implementar recirculação de água na mina de cobre de Aynak.	Redução da demanda por água em áreas vulneráveis, minimizando a pressão sobre recursos hídricos locais.
Reflorestamento e Reabilitação	Programas de recuperação ambiental em Botsuana , incluindo reflorestamento pós-mineração.	Reflorestar áreas mineradas em Hajigak e Aynak, utilizando espécies nativas.	Restauração de ecossistemas degradados e redução dos impactos ambientais de longo prazo.
Redução de Emissões de Carbono	Uso de energia renovável na mineração verde na Índia .	Instalar usinas solares próximas às operações de mineração em regiões ensolaradas, como Bamyan.	Redução da pegada de carbono e dependência de combustíveis fósseis, promovendo uma cadeia produtiva limpa.
Educação e Empoderamento Comunitário	Capacitação de comunidades locais em Botsuana para mineração sustentável e gestão ambiental.	Criar centros de formação em áreas mineradoras para treinar trabalhadores locais.	Geração de empregos qualificados e fortalecimento econômico das comunidades locais.
Transparência e Governança	Adoção da EITI em países como Chile para melhorar governança e confiança no setor mineral.	Aderir à EITI e implementar auditorias regulares para monitorar <i>royalties</i> e práticas ambientais.	Aumento da transparência, atração de investimentos e maior confiança entre comunidades e governo.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Blumenthal, Purdy e Bassetti (2022); Stella et al., (2023)

Diante desse quadro, o Afeganistão precisa revisar sua legislação mineral, priorizando transparência e responsabilização. Embora o Ministério de Minas e Petróleo (MoMP, 2019) tenha promovido reformas estruturais, é preciso avançar em aspectos como proteção policial das minas, inspeções ambientais regulares e envolvimento direto das comunidades locais. Tais

medidas são essenciais para fortalecer a governança e reduzir a exploração ilegal, que ainda representa cerca de 80% das operações no país (Dupee, 2017). A perspectiva da governança global reforça essa necessidade ao propor uma gestão compartilhada entre Estados, empresas e sociedade civil sob os princípios de transparência e responsabilidade. Esse paradigma busca não apenas mitigar os efeitos da “maldição dos recursos”, mas também transformar a riqueza natural em um instrumento de sustentabilidade, justiça distributiva e cooperação internacional. Assim, a governança global dos recursos surge como uma resposta normativa às desigualdades estruturais apontadas pelas teorias da dependência e do desenvolvimento desigual e combinado.

Com isso, as parcerias internacionais desempenham um papel decisivo nesse processo. Como observa Caballero (2023), o Afeganistão possui recursos naturais estimados em £811,5 bilhões, cuja exploração pode ser catalisada por investimentos externos. A participação da China, por exemplo, dentro do escopo da Belt and Road Initiative, representa tanto uma oportunidade de modernização quanto um desafio em termos de soberania e transparência contratual (Chellaney, 2017). Sem mecanismos de controle e planejamento fiscal rigorosos, o país corre o risco de repetir ciclos de endividamento e perda de ativos estratégicos observados em outros contextos. Portanto, a superação dessas vulnerabilidades requer investimentos em infraestrutura, especialmente em transporte e em energia, elementos essenciais para viabilizar a exploração mineral em larga escala, pois projetos de estradas, de linhas de transmissão e de usinas solares podem reduzir custos operacionais e emissões, atraindo investidores internacionais (Blumenthal, Purdy e Bassetti, 2022; Asian Development Bank, 2017). Paralelamente, estratégias de mitigação ambiental, como recirculação de água, reflorestamento e uso de energias renováveis, devem ser incorporadas às operações mineradoras, reforçando a sustentabilidade e a credibilidade internacional do setor.

A cooperação internacional desempenha, desse modo, um papel essencial na construção de uma mineração sustentável no Afeganistão. Parcerias com instituições multilaterais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, podem oferecer não apenas financiamento e suporte técnico, mas também legitimidade política e institucional para os esforços de reconstrução econômica e ambiental. O envolvimento de atores internacionais, por outro lado, tende a reforçar a governança e ampliar a capacidade do Estado afegão de implementar políticas transparentes e de longo prazo (EITI, 2019). Nesse contexto, os Estados Unidos tiveram um papel decisivo na redescoberta do potencial mineral do Afeganistão após 2001, quando levantamentos do USGS identificaram reservas estimadas em mais de US\$ 1 trilhão. Entretanto, a instabilidade política, a corrupção e a falta de infraestrutura afegãs impediram a concretização de projetos estratégicos, como a mina de cobre de Aynak, concedida

a empresas estrangeiras, mas paralisada por razões de segurança e governança. Esse histórico revela que a simples presença de recursos não é suficiente para gerar desenvolvimento; é necessária uma estrutura institucional sólida que garanta previsibilidade e confiança aos investidores.

Além disso, a União Europeia também pode exercer um papel relevante ao fomentar uma mineração ética e sustentável. A UE possui experiência consolidada em políticas ambientais e de transparência, podendo contribuir por meio do financiamento de projetos de infraestrutura verde e do incentivo à adesão do Afeganistão à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas. Além disso, a capacitação de trabalhadores e funcionários públicos promovida por programas europeus de desenvolvimento pode reduzir a dependência de expertise estrangeira e fortalecer a governança local (EEAS, 2024). A ONU, por sua vez, desempenha uma função estratégica ao integrar princípios de sustentabilidade, de direitos humanos e de justiça ambiental na agenda de reconstrução do Afeganistão. Por meio de agências como o PNUD e o PNUMA, a organização pode apoiar avaliações de impacto ambiental, oferecer assistência técnica para a gestão de resíduos e promover programas de reabilitação de áreas degradadas. Além disso, o papel mediador da ONU em conflitos entre comunidades e empresas mineradoras contribui para garantir que os direitos das populações locais sejam respeitados e que os benefícios da mineração sejam distribuídos de maneira justa (United Nations, 2024). Essas ações, somadas à pressão internacional por transparência e responsabilidade social, podem consolidar um ambiente favorável à sustentabilidade e à estabilidade institucional.

O Banco Mundial, igualmente, pode ser um ator-chave ao apoiar a modernização do setor mineral afegão. Seu envolvimento em projetos de infraestrutura, como estradas, ferrovias e energia renovável, pode reduzir custos operacionais, aumentar a competitividade e minimizar os impactos ambientais. Além disso, o fortalecimento institucional promovido por meio de capacitação técnica e de assessoramento regulatório ajudaria a estruturar um marco jurídico mais previsível, promovendo parcerias público-privadas e incentivando a criação de fundos soberanos voltados ao desenvolvimento local (World Bank, 2024). Esse modelo, inspirado em experiências como o Fundo Pula de Botsuana, demonstra como a governança financeira pode converter receitas minerais em desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a adesão plena à EITI representa um passo estratégico para aumentar a transparência e reduzir a corrupção no setor mineral. Esse compromisso implica a formação de um comitê multissetorial para monitorar os pagamentos de empresas ao governo e a publicação de relatórios auditados de forma independente. Tal prática não apenas reforçaria

a confiança dos investidores internacionais, como também permitiria à sociedade afegã acompanhar o destino das receitas públicas, fortalecendo o controle social sobre os recursos do país. Assim, a transparência torna-se não apenas um princípio ético, mas também um requisito de estabilidade econômica e política.

Paralelamente, a diversificação econômica é fundamental para que o Afeganistão reduza sua dependência da mineração e construa uma base produtiva resiliente. A criação de um fundo soberano inspirado no Pula Fund de Botsuana (NRGI, 2017) permitiria o reinvestimento das receitas minerais em setores como agricultura, turismo e indústria. Esse fundo poderia ser administrado por uma entidade independente, com auditorias regulares e mecanismos de transparência pública, prevenindo a má gestão e os ciclos de dependência externa. Além disso, o incentivo a pequenas e médias empresas, aliado a programas de capacitação e crédito, pode gerar empregos locais e estimular o empreendedorismo, promovendo uma economia mais inclusiva e inovadora. Iniciativas semelhantes, como o *Startup Chile*, demonstram o impacto positivo do empreendedorismo no fortalecimento da competitividade nacional. Já o setor agrícola pode se tornar um pilar de estabilidade e diversificação econômica, tendo em vista que a modernização da agricultura com tecnologias de irrigação por gotejamento e melhoramento genético aumentaria a produtividade e garantiria segurança alimentar, reduzindo a vulnerabilidade rural. Também surgem como vetores promissores a agroindústria e o turismo sustentável, capazes de gerar divisas e preservar o patrimônio cultural e ambiental. O exemplo do Camboja, que transformou o complexo de Angkor Wat em motor de desenvolvimento, mostra como o turismo pode aliar conservação e crescimento econômico.

Então, a integração dessas políticas evidencia que governança transparente, parcerias internacionais e investimentos em infraestrutura formam os pilares de uma transformação sustentável do setor mineral afegão. A diversificação da economia e o fortalecimento institucional, somados à educação e ao empoderamento comunitário, podem romper o ciclo de exploração predatória e corrupção que historicamente marcaram o país. Assim, a mineração pode se tornar um catalisador de desenvolvimento inclusivo, alinhado aos limites ecológicos e às necessidades socioeconômicas da população.

Contudo, o debate sobre governança global dos recursos naturais adquire relevância singular no caso afegão. A adesão inicial do país à EITI em 2010 representou um esforço para alinhar-se aos padrões internacionais de transparência, mas sua retirada em 2021, após a ascensão do Talibã, evidenciou o colapso institucional e o isolamento diplomático que fragilizam a governança participativa. Nessa perspectiva, a ausência de monitoramento

internacional e de mecanismos de prestação de contas reforça a concentração opaca do poder sobre contratos e receitas minerais. Assim, enquanto países como Botsuana e Chile consolidaram modelos de redistribuição social e fundos soberanos, o Afeganistão exemplifica as limitações da governança global em contextos de fragilidade estatal.

A comparação entre Botsuana, Jharkhand e Chile oferece, nesse sentido, lições complementares sobre os caminhos possíveis para o Afeganistão. Botsuana destaca-se pela governança transparente e pelas parcerias público-privadas bem-sucedidas, como a *parceria conjunta* entre o governo e a De Beers, que reinveste os lucros minerais em saúde, educação e infraestrutura (Dougherty, 2011). Jharkhand, por outro lado, expõe os efeitos negativos da corrupção e da exclusão social, mas também demonstra que práticas como a Responsabilidade Social Corporativa e o licenciamento eletrônico podem mitigar conflitos e aumentar a transparência (Kumar e Mishra, 2017). Já o Chile comprova que instituições fortes e diversificação econômica são fundamentais para sustentar o desenvolvimento e a estabilidade financeira, mesmo em economias dependentes de um único recurso (Guzmán et al., 2023).

Por fim, a crescente influência da China no setor mineral afegão adiciona uma dimensão geopolítica complexa ao panorama. Inserido na Belt and Road Initiative, o Afeganistão ocupa posição estratégica para o abastecimento chinês de cobre, lítio e terras raras. Entretanto, o modelo chinês de investimento, baseado na troca de infraestrutura por recursos, levanta preocupações quanto à transparência, à geração de empregos locais e à sustentabilidade ambiental (Zielonka, 2022). Como apontam Amaechi (2022) e GBR (2024), o Afeganistão deve adotar medidas claras de contrapartida, garantindo, por exemplo, que parte dos empregos e dos lucros permaneça no país e que haja compensações ambientais efetivas.

A adoção de PPPs transparentes, inspiradas no modelo de Botsuana; o fortalecimento da regulação e das exigências de RSC, aprendidas com Jharkhand; e a criação de um fundo soberano nos moldes chilenos são passos fundamentais para assegurar que a riqueza mineral seja convertida em prosperidade nacional. No entanto, sem o fortalecimento das instituições locais e o equilíbrio nas negociações com investidores estrangeiros, o Afeganistão continuará vulnerável à “maldição dos recursos”. A chave, portanto, está na combinação de governança sólida, planejamento estratégico e inclusão comunitária, pilares que podem transformar a mineração em vetor de paz, estabilidade e desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada nesta dissertação revelou que o Afeganistão possui um imenso potencial mineral, com reservas estratégicas de lítio, cobre, ferro e outros minerais essenciais para a transição energética global e a indústria tecnológica. No entanto, a exploração desses recursos enfrenta desafios estruturais significativos, incluindo corrupção, instabilidade política, infraestrutura precária e impactos socioambientais negativos. Levando isso em consideração, a influência de atores internacionais, como China, Rússia e EUA, molda a dinâmica do setor mineral afegão, muitas vezes reforçando dinâmicas de dependência em vez de promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Nesse cenário internacional, a China se destaca como o principal investidor no setor mineral afegão, com projetos como a mina de cobre de Aynak e a exploração de lítio. Todavia, esses investimentos frequentemente favorecem mais os interesses chineses do que o desenvolvimento local, perpetuando a dependência econômica do país. A participação chinesa no desenvolvimento econômico do Afeganistão reflete tanto as oportunidades quanto os riscos de uma dependência prolongada de atores externos. Embora esses investimentos possam acelerar o crescimento econômico, eles também podem comprometer a autonomia política e econômica do Afeganistão.

Para evitar esse cenário, é essencial que o governo afegão implemente políticas que equilibrem as necessidades de investimento estrangeiro com a proteção de sua soberania e interesses nacionais. Conseqüentemente, as reformas políticas no Afeganistão, especialmente no que diz respeito à fiscalização ambiental e aos processos de licenciamento mineral, são cruciais para a promoção de práticas sustentáveis. A cooperação internacional, particularmente com a China e outros investidores, pode desempenhar um papel importante nesse cenário desde que priorize práticas responsáveis que protejam as comunidades locais e o meio ambiente. Um modelo de colaboração que integre o apoio financeiro internacional com políticas internas mais rigorosas poderá aliviar os danos socioambientais e modernizar a economia afegã, criando condições para um crescimento inclusivo. Já a análise dos acordos internacionais e da aplicação da EITI confirma a persistência de um padrão de dependência institucional no setor mineral afegão. As entrevistas e o estudo comparativo reforçam que a ausência de transparência e a centralização política impedem que as rendas extrativas se traduzam em desenvolvimento local. Assim, a hipótese inicial, de que a exploração mineral no Afeganistão reproduz assimetrias globais é corroborada pelos dados empíricos.

Cabe reconhecer, contudo, algumas limitações do presente estudo. A impossibilidade de acesso direto ao campo, dado o contexto de instabilidade política do Afeganistão, restringiu a pesquisa a fontes secundárias e entrevistas remotas. Além disso, a escassez de dados públicos confiáveis sobre contratos minerais, reflexo da própria falta de transparência analisada, limita a precisão de algumas inferências quantitativas. O horizonte temporal do estudo também não permite capturar desdobramentos recentes da presença chinesa após 2023. Casos como Botsuana e Chile mostram que a diversificação econômica e a criação de fundos soberanos podem reduzir a vulnerabilidade e fortalecer a governança. Para analisar essa realidade, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado ajuda a compreender como a modernização seletiva gera desigualdades regionais e sociais, sendo uma perspectiva teórica que se alinha aos dados empíricos sobre os impactos da mineração, como o deslocamento de populações e a falta de benefícios diretos para as comunidades afetadas. Essa assimetria é visível no caso de Mes Aynak, onde a chegada de maquinaria de última geração não se traduziu em benefícios básicos para as comunidades locais, evidenciando que a modernização técnica, desacompanhada de governança inclusiva, reproduz e aprofunda as desigualdades estruturais já identificadas ao longo desta dissertação.

Igualmente relevante é que a transformação da mineração em um motor de desenvolvimento sustentável exige uma abordagem inclusiva e estratégica. A experiência de países como Botsuana, Chile e Índia oferece lições valiosas. Botsuana demonstrou como políticas de governança robustas e uma gestão transparente podem transformar recursos minerais em progresso social e econômico. O Chile, por sua vez, mostrou como a combinação de controle estatal com parcerias privadas pode assegurar um desenvolvimento sustentável, enquanto a Índia alerta sobre os desafios da dependência de exportações de matérias-primas. Esses exemplos revelam que a conversão da riqueza mineral em desenvolvimento social não resulta de iniciativas espontâneas dos investidores, mas da capacidade do Estado de regular o capital, impor contrapartidas contratuais e redistribuir as rendas extrativas. No Afeganistão, onde essa capacidade regulatória é estruturalmente fragilizada pela instabilidade política e pela dependência institucional, o reinvestimento em educação, infraestrutura e capacitação da força de trabalho permanece inviável sem uma reforma profunda da governança do setor mineral.

Nesse sentido, a fim de fortalecer a governança e a transparência no setor mineral, o Afeganistão deve adotar políticas robustas, como a adesão à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI) e a implementação de auditorias independentes. A criação de um

fundo soberano, inspirado nos modelos de Botsuana e Chile, pode garantir que as receitas da mineração sejam reinvestidas em projetos de desenvolvimento sustentável. Além disso, é essencial investir em infraestrutura de transporte, energia e comunicação para viabilizar a exploração mineral em larga escala. Também são fundamentais programas de capacitação técnica para trabalhadores locais a fim de reduzir a dependência de expertise estrangeira e promover a formalização do setor de mineração artesanal.

A adoção de práticas de mineração sustentável, por outro viés, deve incluir tecnologias de baixo impacto e gestão ambiental rigorosa, como recirculação de água e reflorestamento pós-mineração. Para isso, sistemas de monitoramento ambiental, como drones e sensores remotos, podem ajudar a mitigar os impactos negativos da atividade. A distribuição equitativa dos benefícios minerais não pode depender de iniciativas voluntárias de responsabilidade social corporativa, cujo cumprimento é discricionário e não vinculante. Cabe ao Estado, por meio de marcos regulatórios robustos, mecanismos de fiscalização independente e políticas públicas financiadas pelas rendas extrativas, garantir que os recursos minerais se traduzam em desenvolvimento local efetivo. A participação comunitária, nesse contexto, é relevante como instrumento de controle social e prestação de contas, mas pressupõe um Estado com capacidade e vontade de regular o capital, condição ainda ausente no Afeganistão.

Esta dissertação partiu da premissa de que a dotação mineral afegã, por si só, não garante desenvolvimento. Ao longo da análise, confirmou-se que a variável decisiva é a qualidade da governança: é ela que determina se os recursos serão vetor de progresso social ou instrumento de perpetuação da dependência. O contraste entre os casos de Botsuana e Chile frente à realidade afegã evidencia que o problema não é geológico, mas político-institucional. A experiência desses países, assim como a de Jharkhand, demonstra que a conversão da riqueza mineral em desenvolvimento sustentável exige um Estado com capacidade regulatória efetiva para negociar contratos equitativos, redistribuir rendas extrativas e resistir a pressões externas. Enquanto persistirem instabilidade política, dependência institucional e opacidade contratual, o potencial mineral afegão continuará sendo apropriado por lógicas externas. A transformação é possível, como demonstram os casos exitosos, mas depende de escolhas políticas deliberadas e de um projeto nacional de governança ainda a ser construído. Assim, o futuro da mineração no Afeganistão resume-se a uma equação simples na formulação, mas complexa na execução: sem instituições capazes de regular, negociar e redistribuir, o subsolo rico produzirá apenas superfície empobrecida.

REFERÊNCIAS

ALI, Saleem H; HALE, Thomas. China, Afghanistan, and the Allure of 'Green Mineral Development'. Disponível em: <<https://policycommons.net/artifacts/4511705/china-afghanistan-and-the-allure-of-green-mineral-development/5321398/>>. Acesso em: 05 out 2023.

AZIZI, Torpikay. (2023). Detecting Lithium Brine in Afghanistan Using Spaceborne Hyperspectral Data. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/2077/78257>>. Acesso em: 02 jul 2024.

AGENCE FRANCE-PRESSE. Over 200 Dead In Afghanistan Flash Floods In A Single Day. Disponível em: <<https://www.ndtv.com/world-news/over-200-dead-many-houses-damaged-in-afghanistan-flash-floods-in-baghlam-province-report-5638695>>. Acesso em: 22 maio 2024.

AtnNews. | آریانا نیوز | (2023). قرارداد استخراج نفت حوزه دریای آمو با یک شرکت چینی امضاء امضاء شد. اخبار عاجل. Disponível em: <<https://www.ariananews.af/fa/%D9%82%D8%B1%D8%A7%D8%B1%D8%AF%D8%A7%D8%AF-%D8%A7%D8%B3%D8%AA%D8%AE%D8%B1%D8%A7%D8%AC-%D9%86%D9%81%D8%AA-%D8%AD%D9%88%D8%B2%D9%87-%D8%AF%D8%B1%DB%8C%D8%A7%DB%8C-%D8%A2%D9%85%D9%88-%D8%A8%D8%A7-%DB%8C/>>. Acesso em: 05 jul 2024.

ARIA, A.; Tayeb, M. B.; Zazai, A. K. (2023). China's New Approach to Neighborhood Diplomacy: Analyzing the Economic and Political Relations with Afghanistan in the Post-2014 Period. *Journal of Humanities and Social Sciences Studies*, 5(8), 94-101. Disponível em: <<https://doi.org/10.32996/jhsss.2023.5.8.11>>. Acesso em: 29 jul 2024.
<https://doi.org/10.32996/jhsss.2023.5.8.11>

AMAECHEI. 2022. Os 8 principais recursos naturais em Botsuana e seus usos - Environment Go! Disponível em: <<https://pt.environmentgo.com/recursos-naturais-em-botswana/>>. Acesso em: 29 jan 2025.

Ali, T. (2024). India-Afghanistan Critical Mineral Cooperation: Opportunities and challenges. *South Asian Voices*. Disponível em: <https://southasianvoices.org/geo-m-in-r-india-afghanistan-mineral-cooperation-07-03-2024/>. Acesso em: 03 fev 2025.

Ali, Owais. AZoMining. (2022). Using artificial intelligence for mineral processing and exploration. Disponível em: <<https://www.azomining.com/Article.aspx?ArticleID=1678>>. Acesso em: 06 fev 2025.

ANTIC. (2025). IoT for Canada's Oil and Gas Sector: Why it Makes Sense. *Galaxy Broadband*. Disponível em: <<https://galaxybroadband.ca/iot-for-canadas-oil-and-gas-sector-why-it-makes-sense/>>. Acesso em: 06 fev 2025.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. (2017). AFGHANISTAN TRANSPORT SECTOR MASTER PLAN UPDATE (2017-2036). Disponível em: <<https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/327561/afg-transport-plan-2017-2036.pdf>>. Acesso em: 13 fev 2025.

AMIN, M. The Story Behind China's Long-Stalled Mine in Afghanistan. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/01/the-story-behind-chinas-long-stalled-mine-in-afghanistan/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 27 mar. 2025

A REFERÊNCIA. Taleban diz que o governo da China está disposto a investir bilhões no Afeganistão. A Referência, 15 set. 2023. Disponível em: <https://areferencia.com/oriente-medio/taleban-diz-que-o-governo-da-china-esta-disposto-a-investir-bilhoes-no-afeganistao/>. Acesso em: 23 maio 2025.

ARLACCHI, P. UPDATE. Opium production in Afghanistan reaches record level. Disponível em: <https://www.unodc.org/pdf/newsletter_1999-10-01_1.pdf>. Acesso em: 18 ago 2025.

ALMEIDA, J.; PEREIRA, L. Mineração informal e vulnerabilidade socioeconômica: análise regional. Rio de Janeiro: Editora Técnica, 2019.

ATIF, Abdul Wali. The Geopolitical Location of Afghanistan: Opportunities and Challenges in Relations with South and Central Asian Countries. Al-Taqwa Journal of Social Sciences, v. 1, n. 1, p. 58-66, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.63476/atjss.v1i1.50>>. Acesso em: 10 out 2025.
<https://doi.org/10.63476/atjss.v1i1.64>

AHMAD, J. The Taliban in Pakistani Media: A Discourse Analysis. 2023. Disponível em: <https://figshare.mq.edu.au/articles/thesis/Framing_Taliban_in_Pakistan_s_Elite_Press_Before_and_After_US_Withdrawal_from_Afghanistan/25633797?file=47437505>. Acesso em: 13 out 2024.

ALLINSON, Jamie. The Age of Counter-Revolution: States and Revolutions in the Middle East. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/9781108633062>>. Acesso em: 16 out 2025.

ANIEVAS, Alexander; NISANCIOGLU, Kerem. How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism. London: Pluto Press, 2015. Disponível em: <<https://www.plutobooks.com/product/how-the-west-came-to-rule/>>. Acesso em: 16 out 2025.
<https://doi.org/10.2307/j.ctt183pb6f>

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/zPGzGdbrR8fsDSNVGLK7MKm/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 16 out 2025.

AUTY, Richard M. *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*. London: Routledge, 1993. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347495616_Sustaining_Development_in_Mineral_Economies_The_Resource_Curse_Thesis>. Acesso em: 16 out 2025.

AFGHAN WITNESS. *Afghanistan's mining sector under the Taliban*. 2024. Disponível em: <<https://www.info-res.org/afghan-witness/reports/afghanistans-mining-sector-under-the-taliban/>>. Acesso em: 28 out 2025.

BERGER, Nathan. *Mineral Resources in Afghanistan*. February 1992. Disponível em: <https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnabl961.pdf>. Acesso em: 07 jan 2024.

BOND, P.; amp; DESAI, A. (2006). *Explaining uneven and combined development in South Africa*. In Bill Dunn (Ed.), *Permanent Revolution: Results and Prospects 100 Years On*. Pluto Press. Disponível em: <<https://ccs.ukzn.ac.za/files/Bond%20Desai%20Uneven%20and%20Combined%20Development.pdf>>. Acesso em: 17 set 2024.

BILLING, L. (2023). *How America's War Devastated Afghanistan's Environment*. New Lines Magazine. Disponível em: <<https://newlinesmag.com/reportage/how-americas-war-devastated-afghanistans-environment/>>. Acesso em: 29 maio 2024.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. *Desafios da mineração: desenvolvimento e inovação para redução dos impactos ambientais e sociais*. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/inovacao-tecnologia-mineracao-metais>>. Acesso em: 22 maio 2024.

BASHIR, Qamar. *Wakhan Corridor: Vital for CPEC and BRI*. (2024). Pakistan Today. Disponível em: <<https://www.pakistantoday.com.pk/2024/04/25/wakhan-corridor-vital-for-cpec-and-bri/>>. Acesso em: 26 jul 2024.

BYRD, William A.; NOORANI, Javid. *Exploitation of Mineral Resources in Afghanistan Without Government Revenues or Development Benefits*. United States Institute of Peace. 2014. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/186881/PB182-Exploitation-of-Mineral-Resources-in-Afghanistan-Without-Government-Revenues-or-Development-Benefits.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2024.

BEKMURZAEV, Nurbek; HIOE, Brian. *Copper, capital, and consequences: China's mining gamble in Taliban-Ruled Afghanistan*. Disponível em: <https://globalvoices.org/2025/08/07/copper-capital-and-consequences-chinas-mining-gamble-in-taliban-ruled-afghanistan/>. Acesso em: 19 fev 2025.

BLOOMBERG.2021. *China mira US\$ 1 trilhão em depósitos minerais de lítio no Afeganistão*. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/china-mira-us-1-trilhao-em-depositos-minerais-de-litio-no-afeganistao/?>>. Acesso em: 27 mar 2025.

BRAITHWAITE, Rodric. *Afgantsy: The Russians in Afghanistan 1979-1989*. Londres: Profile Books, 2011. Disponível em:

<https://books.google.com/books/about/Afgantsy.html?id=guQQKejG3qUC>. Acesso em: 15 ago 2025.

BLOOMBERG. China faces hurdles in Afghan rare earth ambitions. Bloomberg, 2022. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-08-25/china-faces-hurdles-in-afghan-rare-earth-ambitions>>. Acesso em: 25 ago 2025.

BLOOMBERG. China's Afghan Mining Dreams Face Security Reality Check. Bloomberg, 2023. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-08-28/china-s-afghan-mining-dreams-face-security-reality-check>>. Acesso em: 25 ago 2025.

BUTAR-BUTAR, Naomi Niken Agustina; DARMASTUTI, Shanti. Political economic analysis of China's foreign policy changes towards Afghanistan from 2014 to 2023. *Politicos: Jurnal Politik dan Pemerintahan*, v. 4, n. 2, p. 105-123, 2024. Disponível em: <<https://ejournal.warmadewa.ac.id/index.php/politicos/article/view/9951>>. Acesso em: 10 out 2025.
<https://doi.org/10.22225/politicos.4.2.2024.105-123>

CABALLERO, J. (2023). China is extending its dealings with the Taliban as it increases its superpower status. *The Conversation*. Disponível em: <<https://theconversation.com/china-is-extending-its-dealings-with-the-taliban-as-it-increases-its-superpower-status-197664>>. Acesso em: 14 jun 2024.
<https://doi.org/10.64628/AB.w36hdsfsd>

Chargé d'Affaires of Chinese Embassy in Afghanistan. China will continue to support Afghanistan as it transitions from chaos to stability: (n.d.). Disponível em: <http://af.china-embassy.gov.cn/eng/sgxw/202308/t20230830_11135538.htm>. Acesso em: 14 maio 2024.

CRISISGROUP. The Taliban's Neighbourhood: Regional Diplomacy with Afghanistan. (2024). Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/asia/south-asia/afghanistan/337-talibans-neighbourhood-regional-diplomacy-afghanistan>>. Acesso em: 20 maio 2024.

CORRÊA, D.; amp; LIMA, G. T. (2010). Crescimento econômico impulsionado por recursos naturais: uma nota sobre a experiência de Botsuana. *Brazilian Journal of Political Economy*, 30(2), 329-339. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0101-31572010000200009>>. Acesso em: 22 jan 2024.
<https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200009>

COUNTRYECONOMY. Afeganistão - PIB - Produto Interno Bruto 2023. (2024). Disponível em: <<https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/afeganistao>>. Acesso em: 29 jan 2025.

CHESSON, Grace. Harnessing sovereign wealth funds for sustainable economic development in Africa. (2016). Wilson Center. Disponível em: <<https://afghanistan.wilsoncenter.org/publication/policy-recommendations-and-options-harnessing-sovereign-wealth-funds-for-sustainable>>. Acesso em: 10 fev 2025.

CLEAN, IN. Mineral requirements for clean energy transitions - The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions - Analysis - IEA. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/the-role-of-critical-minerals-in-clean-energy-transitions/mineral-requirements-for-clean-energy-transitions/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 06 ago 2025.

COLL, Steve. Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and Bin Laden, from the Soviet Invasion to September 10, 2001. Nova Iorque: Penguin Press, 2004. Disponível em: <https://dokumen.pub/ghost-wars-the-secret-history-of-the-cia-afghanistan-and-bin-laden-from-the-soviet-invasion-to-september-10-2001-0141020806-9780141020808.html>. Acesso em: 15 ago 2025.

COSTA, R.; RAMOS, F. Mineração e conflitos armados: impactos sobre a segurança dos trabalhadores. São Paulo: UNESP, 2022

CHELLANEY, Brahma. China's Debt-Trap Diplomacy. Project Syndicate, 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-one-belt-one-road-loans-debt-by-brahma-chellaney-2017-01>>. Acesso em: 16 ago 2025.

CHATHAM HOUSE. Afghanistan's minerals: Potential and risks. London: Chatham House, 2023. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2023-03/2023-03-27-afghanistans-minerals-potential-risks-mason-et-al.pdf>>. Acesso em: 25 ago 2025.

CHEN, Z. Rare earth elements and global technology supply chains. Beijing: Springer, 2021

COLLIER, P. The plundered planet: Why we must-and how we can-manage nature for global prosperity. Oxford: Oxford University Press, 2010
<https://doi.org/10.1093/oso/9780195395259.001.0001>

CENTER FOR INTERNATIONAL RELATIONS (CIR). Report on Taliban's Mining Agreements. 2024. Disponível em: < <https://www.info-res.org/cir/articles/open-source-analysis-reveals-more-than-200-mining-contracts-set-up-since-the-talibans-takeover-of-afghanistan/>>. Acesso em: 13 out 2024.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Afghanistan: Council adopts conclusions on the Afghanistan's peace process. Brussels, 2019. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2019/04/08/afghanistan-council-adopts-conclusions-on-the-afghanistan-s-peace-process/>>. Acesso em: 29 out 2025.

DUPEE, Mathew. Combating Terrorism Center (2017). Afghanistan's Conflict Minerals: The Crime-State-Insurgent Nexus. Combating Terrorism Center at West Point. Disponível em: <<https://ctc.westpoint.edu/afghanistans-conflict-minerals-the-crime-state-insurgent-nexus/>>. Acesso em: 24 maio 2024.

DUNFORD, M., GAO, B.; amp; Liu, W. (2021). Geography and the theory of uneven and combined development: Theorizing uniqueness and the return of China. Environment and Planning a Economy and Space, 53(5), 890-916. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1177/0308518x20987229>>. Acesso em: 04 out 2024.
<https://doi.org/10.1177/0308518X20987229>

DEBERDT et al. (2024). Mining green minerals with the Taliban: Addressing new sourcing risks from Afghanistan in the age of the green transition. *The Extractive Industries and Society*, 17, 101446. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.exis.2024.101446>>. Acesso em: 30 set 2024.
<https://doi.org/10.1016/j.exis.2024.101446>

Deputy PM for EA. BIOGRAPHY of Mullah Baradar. (2022). Disponível: <<https://dpmea.gov.af/biography>>. Acesso em: 21 ago 2024.

DAWI, A. (2024). Afghan Oil Production Jumps With \$49 Million Chinese Investment. *Voice of America*. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/afghan-oil-production-jumps-with-49-million-chinese-investment-/7473728.html>>. Acesso em: 10 jul 2024.

DOWNS, Erica. China Buys into Afghanistan. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/China-Buys-into-Afghanistan-Erica-Downs.pdf>>. Acesso em: 25 set 2023.

DOUGHERTY, M. L. (2011). A Policy Framework for New Mineral Economies: Lessons from Botswana. *SSRN Electronic Journal*. Disponível em: <<https://doi.org/10.2139/ssrn.2435147>>. Acesso em: 23 ago 2024.
<https://doi.org/10.2139/ssrn.2435147>

DASTGIR, G.; KAWATA, K.; YOSHIDA, Y. Effect of Forced Relocation on Household Income and Consumption Patterns: Evidence from the Aynak Copper Mine Project in Afghanistan. *The Journal of Development Studies*, v. 54, n. 11, p. 2061-2077, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/00220388.2017.1385767?>>. Acesso em: 19 set 2024.
<https://doi.org/10.1080/00220388.2017.1385767>

DUNFORD, M. (2020). Regional inequalities. *International Encyclopedia of Geography*, 1-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/9781118786352.wbieg0632.pub2>>. Acesso em: 13 jan 2025.
<https://doi.org/10.1002/9781118786352.wbieg0632.pub2>

DAWI, A. (2023). Taliban's War on Drugs Going Strong, for Now. *Voice of America*. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/taliban-s-war-on-drugs-going-strong-for-now-/7219105.html>>. Acesso em: 28 jun 2024.

DuPee, M. C. (2010). The narcotics emirate of Afghanistan examining armed politics and their roles in illicit drug production and conflict in Afghanistan 1980-2010. Disponível em: <https://calhoun.nps.edu/bitstream/10945/5005/3/10Dec_DuPee.pdf>. Acesso em: 28 jun 2024.

DORIAN, J. P. (1994). Resource-rich Central Asia opens to the world. Disponível: <<https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/items/0d37729f-9c40-4f8f-af63-e6d9ac30e220>>. Acesso em: 17 maio 2024.

DUPREE, L. (1972). Prehistoric research in Afghanistan (1959-1966). Disponível em: <<https://doi.org/10.70249/9798893981773>>. Acesso em: 03 fev 2025.
<https://doi.org/10.70249/9798893981773>

DEWITT, Jessica D.; SUNDER, Sindhuja; BOSTON, Kathleen M. Delve Country Profile: Afghanistan artisanal and small-scale mining sector. Reston, VA: U.S. Geological Survey, 29 jun. 2021. (U.S. Geological Survey Data Release) Disponível em: <<https://www.usgs.gov/publications/afghanistan-artisanal-and-small-scale-mining-sector?>>. Acesso em: 04 nov 2025.

EITI. Afghanistan has made meaningful progress in implementing the 2019 EITI Standard. (2020). Disponível em: <<https://eiti.org/board-decision/2020-78>>. Acesso em: 06 fev 2025.

ENUKA, C. (1970). Dependency Theory and Global Economic Imbalance: A Critique. UJAH Unizik Journal of Arts and Humanities, 19(1), 130-148. Disponível: <<https://doi.org/10.4314/ujah.v19i1.7>>. Acesso em: 18 out 2024.
<https://doi.org/10.4314/ujah.v19i1.7>

EEAS. The European Union and Afghanistan. (2023). Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/afghanistan/european-union-and-afghanistan_en?s=234>. Acesso em: 09 jul 2024.

EURONEWS. 2020. Uzbequistão quer ter o maior entreposto da Ásia Central. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/business/2020/11/12/uzbequistao-quer-ter-o-maior-entreposto-da-asia-central>>. Acesso em: 28 fev 2025.

EEAS - EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE. EU-Afghanistan relations. Brussels, 2022. Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-afghanistan-relations_en>. Acesso em: 29 out 2025.

EITI, 2019. The EITI Board agreed that Afghanistan has made inadequate progress overall in implementing the 2016 EITI Standard. Disponível em: <<https://eiti.org/board-decision/2019-02?>>. Acesso em: 30 out 2025.

EITI, 2021. Afghanistan 2018-2019 EITI Report. Disponível em: <<https://eiti.org/documents/afghanistan-2018-2019-eiti-report?>>. Acesso em: 30 out 2025.

EITI, 2024. Afghanistan is delisted as an EITI country. Disponível em: <<https://eiti.org/board-decision/2024-31?>>. Acesso em: 30 out 2025.

FRY, M. J. (1974). The Afghan Economy: Money, Finance, and the Critical Constraints to Economic Development. BRILL. Disponível em: <<https://brill.com/display/title/1995>>. Acesso em: 09 dez 2024.
<https://doi.org/10.1163/9789004491113>

FIEDERLEIN, Suzanne; RZEGOCKI, SaraJane. Human and Financial Costs of the Explosive Remnants of War in Afghanistan. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2019/Explosive%20Remnants%20of%20War%20in%20Afghanistan_Costs%20of%20War.pdf>. Acesso em: 04 jun 2024.

FELBAB-BROWN, V. (2023). Afghanistan in 2023: Taliban internal power struggles and militancy. Brookings. <<https://www.brookings.edu/articles/afghanistan-in-2023-taliban-internal-power-struggles-and-militancy/>>. Acesso em: 15 maio 2024.

Freedom of information Act. (1996). Afghanistan: Taliban Data. Disponível em: <<https://www.dia.mil/FOIA/FOIA-Electronic-Reading-Room/FileId/161162/>>. Acesso em: 19, agosto, 2024

FAZL-E-HAIDER, S. (2023). Is China engaged in resource politics in Afghanistan? ThinkChina - Big Reads, Opinion & Columns on China. Disponível em: <<https://www.thinkchina.sg/politics/china-engaged-resource-politics-afghanistan>>. Acesso em: 20 ago 2024.

FROTAN, Mohammad Shaieq; Nakaza, EIZO; CAROLYN, Schaab. Afghanistan's Natural Resources. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342344166_afghanistan's_natural_resourceS>. Acesso em: 28 set 2024.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente: e classes sociais na América Latina (1981). Disponível em: <https://americalatinaepolitica.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/02/fernandes-florestan-1.pdf>. Acesso em: 27 fev 2025.

FAIRCLOUGH, M.; HANLY, A. World Uranium Geology, Exploration, Resources and Production, IAEA, Vienna (2020). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342586482_World_Uranium_Geology_Exploration_Resources_and_Production_IAEA_Vienna_2020>. Acesso em: 15 mar 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Talibã fecha acordo para que China explore petróleo no norte do Afeganistão. Folha de S. Paulo, 06 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/taliba-fecha-acordo-para-que-china-explore-petroleo-no-norte-do-afeganistao.shtml>. Acesso em: 23 maio 2025.

FERREIRA, P. Saúde ocupacional em atividades de mineração artesanal. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

FERREIRA, P.; PEREIRA, L. Trabalho e informalidade no setor mineral. Recife: UFPE, 2020.

FOSCHINI, Fabrizio. The Mining Sector in Afghanistan: A picture in black and gold. [Kabul]: Afghanistan Analysts Network, 30 ago. 2025. Disponível em: <<https://www.afghanistan-analysts.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2025/08/20250830-Mining-in-Afghanistan-FINAL.pdf>>. Acesso em: 01 nov 2025.

GULBADIN; Jabarkhil, Samim. View of EFFECT OF AFGHANISTAN-CHINA RELATIONSHIP ON ECONOMIC GROWTH: A COMPREHENSIVE ANALYSIS. (2024). Disponível em: <<https://ijssb.org/index.php/IJSSB/article/view/19/13>>. Acesso em: 10 jul 2024.

GOURLEY, A. C. (2018). Key elements of a model mining code: a Middle East case study. *Mineral Economics*, 32(2), 187-204. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s13563-018-0166-7>>. Acesso em: 06 nov 2024.
<https://doi.org/10.1007/s13563-018-0166-7>

Gazeta.UZ. Как устроена экономика Афганистана и что туда поставляет Узбекистан. (2021). Газета.Uz. Disponível em: <<https://www.gazeta.uz/ru/2021/08/23/uzb-afg/>>. Acesso em: 21 jun 2024.

GBR (2024). Renewable Energy and Mining - Chile Mining 2024. Disponível em: <<https://projects.gbreports.com/chile-mining-2024/renewable-energy-and-mining>>. Acesso em: 22 jan 2025.

GUZMÁN, J. I., Karpunina, A., Araya, C., Faúndez, P., Bocchetto, M., Camacho, R., Desormeaux, D., Galaz, J., Garcés, I., Kracht, W., Lagos, G., Marshall, I., Pérez, V., Silva, J., Toro, I., Vial, A.; amp; Wood, A. (2023). Chile: On the road to global sustainable mining. *Resources Policy*, 83, 103686. Disponível: <<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2023.103686>>. Acesso em: 08 nov 2024.
<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2023.103686>

GIRARDET, E. (1982). Soviets grab Afghan resources, saving their own. *The Christian Science Monitor*. Disponível em: <<https://www.csmonitor.com/1982/1222/122249.html>>. Acesso em: 29 maio 2024.

GOUHARI, Saeeda. Mining in Afghanistan. Heinrich Böll Stiftung. (2013). Disponível em: <<https://www.boell.de/en/2013/11/06/mining-afghanistan>>. Acesso em: 22 maio 2024.

GOV-CN. Intelligent innovation fuels China's mining industry. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/news/202310/31/content_WS6540c047c6d0868f4e8e0d1d.htm>. Acesso em: 06 abr 2024.

GANNON, K. (2021). EXPLAINER: US, NATO pledge billions to back Afghan forces | AP News. AP News. Disponível em: <<https://apnews.com/article/business-83c0fac2109711d703f4f490798868b9>>. Acesso em: 03 jun 2024.

GLOBO. (2022). Entenda como funcionam satélites que monitoram desmatamento na Amazônia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/10/18/entenda-como-funcionam-satelites-que-monitoram-desmatamento-na-amazonia.ghtml>>. Acesso em: 06 fev 2025.

GUO, A. (2021). Tecnologia de Beneficiamento de Minério de Tântalo e Nióbio na África. Henan Forui Machinery Technology Co., Ltd. Disponível em:

<https://www.foruimining.com/pt/solu%C3%A7%C3%B5es/tecnologia-de-beneficiamento-de-min%C3%A9rio-de-t%C3%A2ntalo-e-ni%C3%B3bio-na-%C3%A1frica/?srsltid=AfmBOoqHFp-99j3PGOi7idOnzLWs_FndUPxl61M7G5YKpW4OAGhaBBCH>. Acesso em: 06 fev 2025.

GOUHARI, Saeeda. Mining in Afghanistan. 2013. Disponível em: <https://www.boell.de/sites/default/files/assets/boell.de/images/download_de/worldwide/Mining_in_Afghanistan_KorrekturenCL.pdf>. Acesso em: 18 fev 2025.

GILANI, Iftikhar. 2021. Vastas reservas de lítio podem transformar a economia dependente do Afeganistão em comércio. Disponível em: <<https://www.monitordooriente.com/2021/12/14-vastas-reservas-de-litio-podem-transformar-a-economia-dependente-do-afeganistao-em-comercio/>>. Acesso em: 27, março, 2025

GLOBAL WITNESS. War in the treasury of the people. Global Witness, 2016. Disponível em: <https://globalwitness.org>. Acesso em: 10 out 2023.

GAO - UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. Afghanistan reconstruction: despite some progress, deteriorating security and other obstacles continue to threaten achievement of U.S. goals. Washington, D.C., 2003. Disponível em: <https://www.gao.gov/products/gao-04-403>. Acesso em: 29 out 2025.

HALE, Thomas N.; Saleem H. Ali. "Afghanistan's mineral fortune: prospects for fuelling a green transition?." Geological Society, London, Special Publications 526, no. 1 (2023): SP526-2022. Disponível em: <https://www.lyellcollection.org/doi/full/10.1144/SP526-2022-46>. Acesso em: 19 jul 2024.
<https://doi.org/10.1144/SP526-2022-46>

HOFFMANN, M.; amp; STRÜMPPELL, C. (2023). Introduction: The Relevance of Trotsky's 'Uneven and Combined Development' for the Anthropology of Industrial Labour. In De Gruyter eBooks (pp. 1-18). Disponível em: <<https://doi.org/10.1515/9783111311418-002>>. Acesso em: 14 out 2024.
<https://doi.org/10.1515/9783111311418-002>

HASHIMY. Sayed Qudrat; Ramesh. Impact of War on the Environment: A Critical Study of Afghanistan. INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LEGAL RESEARCH JOURNAL, 2023, ISBN (P) - 978-81-960702-1-2. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/372493252_Impact_of_War_on_the_Environment_A_Critical_Study_of_Afghanistan>. Acesso em: 04 jun 2024.

HAKIMI, A. A. (2016). Counterinsurgency, Local Militias, and Statebuilding in Afghanistan. Soas. Disponível em: <https://www.academia.edu/6021472/Counterinsurgency_Local_Militias_and_Statebuilding_in_Afghanistan?rhid=28634403902&swp=rr-rw-wc-37419815>. Acesso em: 03 jun 2024.

HABIBYAR, Ghazal; Noorani Javed. (2023). ARN Reflection 07 - Afghanistan's Minerals Past and Present. PeaceRep. Disponível em: <<https://peacerep.org/wp->

content/uploads/2023/06/ARN-Reflection-07-Afghanistans-Minerals-Past-and-Present>. Acesso em: 20 jun 2024.

HOROWITZ, Julia. The Taliban are sitting on \$1 trillion worth of minerals the world desperately needs. CNN, 2021. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2021/08/18/business/afghanistan-lithium-rare-earths-mining/>>. Acesso em: 29 mar 2024.

HECHT, Gabrielle. Exploring humans' complicated history with Earth's mineral riches. Disponível em: <<https://news.stanford.edu/stories/2021/03/exploring-humans-complicated-history-earths-mineral-riches>>. Acesso em: 13 jan 2025.

HUNTER, Marcena; GINN, Paddy. Global Initiative Against Transnational Organized Crime. (2025). Why is Afghanistan part of the great extractives race? | Global Initiative. Global Initiative. Disponível em: <https://globalinitiative.net/analysis/why-is-afghanistan-part-of-the-great-extractives-race/>. Acesso em: 29 jan 2025.

HOROWITZ, Julia. Talibã está sobre R\$ 5,4 trilhões em minerais necessários para o mundo. (2021). CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/taliba-esta-sobre-r-5-4-trilhoes-em-minerais-necessarios-para-o-mundo/?>>. Acesso em: 29 jan 2025.

HASRAT-NAZIMI, W. (2017). Afghan minerals and new US policy. dw.com. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/did-afghan-minerals-change-trumps-mind-about-afghanistan/a-40281449>>. Acesso em: 03 fev 2025.

Harmony.2025. Our approach to illegal mining. Disponível em: <<https://www.harmony.co.za/sustainability/social/illegal-mining/>>. Acesso em: 06 fev 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). Massacres of Hazaras in Afghanistan. Human Rights Watch, 2001. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 10 out 2023.

HUSSAIN, Touqeer et al. China's engagement with the Taliban government: realpolitik or geo-economics? Dialogue Social Science Review (DSSR), v. 3, n. 4, p. 619-637, 2025. Disponível em: <<https://zenodo.org/records/15282608>>. Acesso em: 10 out 2025.

HIMMER, Michal; ROD, Zdeněk. Chinese debt trap diplomacy: reality or myth? Journal of the Indian Ocean Region, v. 19, n. 1, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19480881.2023.2195280>. Acesso em: 15 out. 2025

IMF, 2024. Management of Botswana's Diamond Revenues. Disponível em: https://blog-pfm.imf.org/en/pfmblog/2024/07/management-of-botswana-diamond-revenues?utm_source=www.regalcapital.org&utm_medium=referral&utm_campaign=botswana-s-diamond-crisis-assessing-how-effective-the-government-s-policies-have-been. Acesso em: 16 set 2024.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. The role of critical minerals in clean energy transitions. Paris: IEA, 2021. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/05/the-role-of-critical-minerals-in-clean-energy-transitions_4ce961a5/f262b91c-en.pdf. Acesso em: 25 ago 2025.

ISH-SHALOM, P. (2006). Theory gets real, and the case for a normative ethic: Rostow, Modernization Theory, and the Alliance for Progress. *International Studies Quarterly*, 50(2), 287-311. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2006.00403.x>. Acesso em: 03 fev 2025.

IBRAM. 2010. Afeganistão busca investidores para jazida de ferro. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/afeganistao-busca-investidores-para-jazida-de-ferro/>. Acesso em: 27 mar 2025.

GAFAROV, ISLOMKHON. 2025. Minerals for Recognition: The Taliban's Shadow Diplomacy. Disponível em: <https://www.geopoliticalmonitor.com/minerals-for-recognition-the-talibans-shadow-diplomacy/>. Acesso em: 12 jan 2026.

JUREŃCZYK, U. China's Contribution to The Stabilization of "Democratic" Afghanistan. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 11(21). (2022, August 15). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/121733>. Acesso em: 18 mar 2024.

JABARKHAIL, Asad. UNHCR Web Archive. Afghanistan's perilous talc mines. (2023). Disponível em: <https://webarchive.archive.unhcr.org/20230518051656/https://www.refworld.org/docid/5b8660f1a.html>. Acesso em: 23 dez 2024.

JSMDC. (2024). Availability of Minerals in Jharkhand. Disponível em: <https://www.jsmdc.in/web/AvailabilityofMineralsinJharkhand>. Acesso em: 08 jul 2024.

JEFFERIS, Keith. Management of Botswana's Diamond Revenues. (2024). PFM. Disponível em: <https://blog-pfm.imf.org/en/pfmblog/2024/07/management-of-botswana-diamond-revenues>. Acesso em: 23 ago 2024.

JAMAL, jamaluddin; KHATAMI, Shiraqa. COAL MINING AND FUTURE OF ENERGY IN AFGHANISTAN. *IJER*. 17 Jul. 2023 Disponível em: <https://ijerdersi.com/index.php/ijer/article/view/38/40>. Acesso em: 27 set 2023.

JAYARAM, Nivedita. (2016). Economic Impact of OBOR on Afghanistan | Mantraya. Disponível em: <https://mantraya.org/economic-impact-of-obor-on-afghanistan/>. Acesso em: 18 jun 2024.

James Joseph, Queen's University Belfast School of Law, GB. (2024). UN raises concerns over landmine contamination in Afghanistan. *JURIST - News*. Disponível em:

<<https://www.jurist.org/news/2024/12/un-raises-concerns-over-mine-contamination-in-afghanistan/>>. Acesso em: 29 jan 2025.

KIRSANOV, Aleksandr K. et al. The Central Asian states' role in the world mining industry. *Journal of Degraded & Mining Lands Management*, v. 9, n. 3, 2022
<https://doi.org/10.15243/jdmlm.2022.093.3431>

KNEZ, K.; LOKAR, T. G. (2022). Examination of Afghanistan's Development Traps. *Regional Science Policy & Practice*. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/rsp3.12556>>. Acesso em: 07 ago 2024.
<https://doi.org/10.1111/rsp3.12556>

KHAN, H. (2024, August 12). Afghanistan's Lithium: Sovereignty vs. Foreign Exploitation. *The Diplomat*. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2024/08/afghanistans-lithium-sovereignty-vs-foreign-exploitation/>>. Acesso em: 21 out 2024.

KLETT, T.R., Schenk, C.J., Wandrey, C.J., Charpentier, R.R., Brownfield, M.E., Pitman, J.K., Pollastro, R.M., Cook, T.A., and Tennyson, M.E (2012). USGS Fact Sheet 2011-3154: Assessment of Undiscovered Oil and Gas Resources of the Amu Darya Basin and Afghan-Tajik Basin Provinces, Afghanistan, Iran, Tajikistan, Turkmenistan, and Uzbekistan, 2011. Disponível em:
 <<https://web.archive.org/web/20210411044458/https://pubs.usgs.gov/fs/2011/3154/>>. Acesso em: 05 jul 2024.
<https://doi.org/10.3133/fs20113154>

KUMAR, D.; amp; MISHRA, N. R. (2017). Observing Developmental Intervention in Mineral-rich Adivasi Subsistence Economy: An Ethnographic Account from West Singhbhum (Jharkhand). *Contemporary Voice of Dalit*, 9(1), 73-86. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/2455328x17690645>>. Acesso em: 08 jul 2024.
<https://doi.org/10.1177/2455328X17690645>

KHAKIMOV, P. (2019). Climate Change in Afghanistan, Kyrgyzstan, and Tajikistan: Trends and Adaptation Policies Conducive to Innovation. *Social Science Research Network*. Disponível em: <<https://doi.org/10.2139/ssrn.3806243>>. Acesso em: 10 jun 2024.
<https://doi.org/10.2139/ssrn.3806243>

KHAN, G. D. et al. Mining-induced displacement and resettlement in Afghanistan's Aynak mining community: Exploring the right to fair compensation. *Resources Policy*, v. 74, p. 102285, dez. 2021. Disponível em:
 <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301420721002968>>. Acesso em: 07 ago 2024.
<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2021.102285>

KILL, Jutta; FRANCHI, Giulia. 2016. Rio Tinto in Madagascar: A mine destroying the unique biodiversity of the littoral zone of Fort Dauphin. Disponível em:
 <https://www.wrm.org.uy/wp-content/uploads/2016/06/Article_Rio_Tinto_in_Madagascar.pdf>. Acesso em: 18 mar 2025.

KARL, Terry Lynn. 1997. The Paradox of Plenty. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/The_Paradox_of_Plenty.html?id=I0a3aYDSZBM C&redir_esc=y>. Acesso em: 13 jan 2026.
<https://doi.org/10.1525/9780520918696>

LANKARANI, Seyed Mohamad Hadi. Institute for East Strategic Studies. Economic Superpowers and their competition over Afghanistan mines. (2022). Institute for East Strategic Studies. Disponível em: <<https://www.iess.ir/en/analysis/3252/>>. Acesso em: 21 jun 2024.

LANDMAN, Todd. Issues and Methods in Comparative Politics: an Introduction. 3a. Edição. London: Routledge, 2008. Disponível em: <<https://www.abebooks.co.uk/9780415412377/Issues-Methods-Comparative-Politics-Third-0415412374/plp>>. Acesso em: 11 nov 2024.
<https://doi.org/10.4324/9780203929780>

LAKHANI, Sadaf; CORBOZ, JuLienne. (2017). Illegal Mining in Afghanistan: A Driver of Conflict. PEACEBRIEF, 226. Disponível em: <<https://www.usip.org/sites/default/files/2017-07/pb226-illegal-extraction-of-minerals-as-a-driver-of-conflict-in-afghanistan.pdf>>. Acesso em: 06 nov 2024.

LU, C. (2024, September 10). China, Taliban Team Up on Mes Aynak Copper Mining Project in Afghanistan. Foreign Policy. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2024/09/10/china-taliban-copper-afghanistan-economy-minerals-mes-aynak/>. Acesso em: 13 nov 2024.

LÖWY, Michael. Teoria do desenvolvimento desigual e combinado. (1995). In *Actual Marx* (Vol. 18). Disponível em: <<https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-06.pdf>>. Acesso em: 03 fev 2025.

MARLOW, I.; CURRAN, E. China mira US\$ 1 tri em depósitos minerais no Afeganistão. Bloomberg. 2021. Disponível em: <https://www.bloomberglinea.com.br/2021/08/24/china-mira-us-1-tri-em-depositos-minerais-no-afeganistao/>, Acesso em: 21 set 2023.

MEHRAD, A. T., Zvolinski, V. P., Kapralova, D. O.; amp; Niazmand, M. A. (2020). Assessment of oil and gas resources of northern Afghanistan and their impact on energy security in the country. *IOP Conference Series Materials Science and Engineering*, 976(1), 012038. Disponível em: <<https://doi.org/10.1088/1757-899x/976/1/012038>>. Acesso em: 13 maio 2024.
<https://doi.org/10.1088/1757-899X/976/1/012038>

Ministry of Mines and Petroleum. Mining Sector Roadmap. 2019. Disponível em: <https://momp.gov.af/sites/default/files/2020-07/MoMP%20Roadmap-1-merged.pdf>, Acesso em: 21 set 2023.)

MCMAHON, G.; amp; TRACY, B. (2011). The Afghanistan Mining Sector as a Driver of Sustainable Growth: Benefits and Opportunities for Large-Scale Mining. Disponível em:

<<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/10986/12370/1/682590ESW0WHIT0ver0of0Growth0FINAL.pdf>>. Acesso em: 28 jun 2024.

Ministry of Mines and Petroleum. Mineral Resources in Afghanistan. 2020. Disponível em: <https://www.pdac.ca/docs/default-source/conventions/2020-convention/presentation-reception-rooms/minerals-book-afghanistan-momp.pdf>>. Acesso em: 21 set 2023.

MAIER, R. M., Díaz-Barriga, F., Field, J. A., Hopkins, J., Klein, B.; amp; Poulton, M. M. (2014). Socially responsible mining: the relationship between mining and poverty, human health and the environment. *Reviews on Environmental Health*, 29(1-2). Disponível em: <<https://doi.org/10.1515/reveh-2014-0022>>. Acesso em: 02 out 2024.
<https://doi.org/10.1515/reveh-2014-0022>

Ministry of Mines and Petroleum. Mining Sector Roadmap. Disponível em: <<https://momp.gov.af/sites/default/files/2020-07/MoMP%20Roadmap-1-merged.pdf>>. Acesso em: 27 jun 2024.

MAT, M. GeologyScience. Molybdenite (2023). Disponível em: <<https://geologyscience.com/minerals/molybdenite/?amp>>. Acesso em: 19 set 2023.

MCDONNELL, Paul; BENHAM, Antony John, (2006). Minerals in Afghanistan: The Hajigak iron deposit. Disponível em: <<https://nora.nerc.ac.uk/id/eprint/10922/>>. Acesso em: 26 set 2023.

MOM. Artisanal and Small scale Mining Policy. Ministry of Mining. Disponível em: <https://momp.gov.af/sites/default/files/2019-03/English_ASM_Policy.pdf>. Acesso em: 28 jun 2024.

Ministry of Mines and Petroleum. Porphyry Copper-Molybdenum-Gold (Cu-Mo-Au) in Bamiyan Province. Disponível em: <https://mmpaf.files.wordpress.com/2017/09/momp_molybdenum_midas_jan_2014.pdf>. Acesso em: 29 jun 2024.

Ministério de Minas e Petróleo do Afeganistão. (História do Ministério) تاریخچه وزارت <<https://momp.gov.af/dr/%D8%AA%D8%A7%D8%B1%DB%8C%D8%AE%DA%86%D9%87-%D9%88%D8%B2%D8%A7%D8%B1%D8%AA>>. Acesso em: 19 maio 2024.

MarcaChile (2024). Mineração sustentável: desenvolvimento com valor de mercado. Disponível em: <<https://www.marcachile.cl/pt-br/mineria-sostenible-en-chile-desarrollo-con-valor-en-el-mercado-internacional/>>. Acesso em: 29 jan 2025.

MORET, Erica. (2023) Barriers to Afghanistan's critical private sector recovery. Disponível em: <https://www.nrc.no/globalassets/pdf/reports/barriers-to-afghanistans-critical-private-sector-recovery/afghanistans-private-sector-recovery_format-.pdf>. Acesso em: 10 fev 2025.

MURAD, Abdul Sattar (2017). Voluntary National review at the High Level Political Forum - SDGS' Progress Report Afghanistan July 2017. Disponível em:

<https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/afghanistan_vnr_2017.pdf>. Acesso em: 10 fev 2025.

MOYSÉS, A. 2010. Afeganistão tem reservas minerais de US\$ 1 trilhão. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/pt/mundo/20100615-afeganistao-tem-reservas-minerais-de-us-1-trilhao>>. Acesso em: 27 mar 2025.

MALEY, William. The Afghanistan Wars. 2. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009. Disponível em: <<https://archive.org/details/afghanistanwars0000male>>. Acesso em: 15 ago 2025.

MACHADO, T.; BARROS, H. Cadeias de valor e exploração econômica na mineração ilegal. Brasília: IPEA, 2021.

MARTINS, D. Rotatividade e precarização na mineração artesanal. Porto Alegre: PUCRS, 2021. Acesso em: 21 fev 2025.

MARTINS, D.; ALMEIDA, J. Metodologias para estudo do trabalho informal em mineração. Salvador: UFBA, 2021. Acesso em: 16 fev 2025.

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS (India). Annual Report 2021-22. New Delhi: Government of India, 2022. Disponível em: <<https://www.mea.gov.in>>. Acesso em: 29 out 2025.

NERO, Arif; RAHMANI, Abdul Baqi. (2022). Mining Management in Afghanistan: Opportunities, Challenges, Constraints and Strategies for Correct Use of the Mineral Resources of the Country. KPU LJET. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/377598813_Mining_Management_in_Afghanistan_Opportunities_Challenges_Constraints_and_Strategies_for_Correct_Use_of_the_Mineral_Resources_of_the_Country>. Acesso em: 27 maio 2024.

NEWS9 Live. Afghanistan News: BRI in Afganistan | China's Belt & Road Initiative or BRI Reaches Afghanistan. YouTube, maio, 2023. Disponível em: <<https://youtu.be/wDYio1zIrEw?si=-A039MNzAtrXcwwh>>. Acesso em: 18 jun 2024.

NRGI. 2017 Resource Data. Case Study: Botswana's Management of the Pula Fund Observance of the Santiago Principles - Case Study: Botswana's Management of the Pula Fund Observance of the Santiago Principles - ResourceData. Disponível em: <<https://www.resourcedata.org/dataset/rgi-case-study-botswanas-management-of-the-pula-fund-observance-of-the-santiago-principles/resource/bc36b04c-c788-4d61-857c-7d6db0e5a459/view/2e577fff-a9e0-4d98-93e2-1bec9aa0ce45>>. Acesso em: 18 mar 2025.

NIAZAI, Mastali; YAR, Fayaz Gul Mazloun. The silk road and Afghanistan: a nexus of trade, culture, and geopolitical exchange. Eduvest - Journal of Universal Studies, v. 5, n. 2, p. 2596-2602, 2025. Disponível em: <<https://eduvest.greenvest.co.id/index.php/edv/article/view/50872>>. Acesso em: 10 out 2025.

<https://doi.org/10.59188/eduvest.v5i2.50872>

NIAZAI, M.; YAR, P. Afghanistan as a Geo-cultural Node in the Belt and Road Initiative. 2025. Disponível em: <<https://eduvest.greenvest.co.id/index.php/edv/citationstylelanguage/get/associacao-brasileira-de-normas-tecnicas?submissionId=50872&publicationId=50876>>. Acesso em: 13 out 2024.

NEWSBASE. Taliban sign deal to buy Russian oil, gas and wheat. 2022. Disponível em: <https://newsbase.com/story/taliban-sign-deal-to-buy-russian-oil-gas-and-wheat-257795>

O'Donnell, Lynne. The Taliban Have Picked Up the Resource Curse. Foreign policy, 2022. Disponível em: <<https://republicofmining.com/2022/07/12/the-taliban-have-picked-up-the-resource-curse-by-lynn-odonnell-foreign-policy-july-11-2022/>>. Acesso em: 18 set 2023.

ОКИМБЕКОВ, У. В. (2016). Экономика Афганистана. Disponível em: <<https://book.ivran.ru/f/okimbekov-afghaneeconomy-block.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2024.

ORAL, H. V., Kakar, A. E.; Saygin, H. (2021). Feasible industrial sustainable development strategies for the Herat Province of Afghanistan. *Technology in Society*, 65, 101603. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2021.101603>>. Acesso em: 06 ago 2024. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2021.101603>

ONIFADE, M., Zvarivadza, T., Adebisi, J. A., Said, K. O., Dayo-Olupona, O., Lawal, A. I.; amp; Khandelwal, M. (2024). Advancing toward sustainability: The emergence of green mining technologies and practices. *Deleted Journal*, 1(2), 157-174. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.gsme.2024.05.005>>. Acesso em: 10 fev 2025. <https://doi.org/10.1016/j.gsme.2024.05.005>

OFSTAD, Arve; TJØNNELAND, Elling. Zambia's looming debt crisis - is China to blame? Bergen: Chr. Michelsen Institute (CMI Insight 2019:01), 2019. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/6866-zambias-looming-debt-crisis-is-china-to-blame>. Acesso em: 15 fev. 2026

OLIVEIRA, S.; COSTA, R. Riscos químicos e físicos na mineração artesanal de ouro. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

OECDtoday. 2025. The Observatory of Economic Complexity. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-product/lithium-batteries/reporter/afg>>. Acesso em: 12 jan 2026.

PETERS, S. G., Ludington, S. D., Orris, G. J., Sutphin, D. M., Bliss, J. D., Rytuba, J. J.; amp; Bawiec, W. J. (2007). Preliminary non-fuel mineral resource assessment of Afghanistan 2007. US geological survey open-file report, 1214. Acesso em: 09 set 2023. <https://doi.org/10.3133/ofr20071214>

PITRON, Guillaume. "The Geopolitics of the rare-metals race." *The Washington Quarterly* 45, no. 1 (2022): 135-150. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2022.2059146>

PARKIN et al. (2024). How the Taliban took over Afghanistan's mines. Disponível em: <<https://ig.ft.com/afghan-mining/>>. Acesso em: 25 set 2024.

PANDA, J. (2023). Afghanistan is Next in China's Eurasian Connectivity Dream, but Old Problems Persist. Institute for Security and Development Policy. Disponível em: <<https://www.isdp.eu/afghanistan-is-next-in-chinas-eurasian-connectivity-dream-but-old-problems-persist/>>. Acesso em: 10 set 2024.

PRICE, Gareth. India's Policy towards Afghanistan. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Asia/0813pp_indiaafghanistan.pdf>. Acesso em: 26 set 2023.

Investment and Production Opportunities in Afghanistan. U.S. Geological Survey 954 National Center Reston, VA 20192. Disponível em: <<https://pubs.usgs.gov/fs/2011/3108/fs2011-3108.pdf>>. Acesso em: 11 mar 2024.

PETERS, S. G., King, T. V., Mack, T. J.; amp; Chornack, M. P. (2011). Summaries of important areas for mineral investment and production opportunities of nonfuel minerals in Afghanistan. U.S. Geological Survey Open File Report/Open-file Report. Disponível em: <<https://doi.org/10.3133/ofr20111204>>. Acesso em: 20 jun 2024.
<https://doi.org/10.3133/ofr20111204>

BLUMENTHAL, L.; PURDY, C.; & BASSETTI, V. Chinese investment in Afghanistan's lithium sector: A long shot in the short term. Brookings, 2022. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/chinese-investment-in-afghanistans-lithium-sector-a-long-shot-in-the-short-term/>>. Acesso em: 06 abr 2024.

PETERS, S. Afghan minerals and their geopolitical impact. In: RASHID, A. (org.). Geopolitics of Afghanistan's Resources. Nova York: Harper Collins, 2011. p. 52-74. Acesso em: 18 maio 2024.

PATEL, S. India upgrades ties with Afghanistan's Taliban, says it will reopen Kabul embassy. Reuters, 10 out. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 24 out 2025.

RAHMATI, F. (2023). Afghanistan aims to join China's Belt and Road Initiative formally: Azizi. Khaama Press. Disponível em: <<https://www.khaama.com/afghanistan-aims-to-join-chinas-belt-and-road-initiative-formally-azizi/>>. Acesso em: 18 jun 2024.

RASHID, Y. (2022). Afghanistan's Economic Potential. IRAM Center | Center for Iranian Studies in Ankara. Disponível em: <https://iramcenter.org/en/afghanistans-economic-potential_en-690>. Acesso em: 24 jun 2024.

RADIOAZADI (2024). China Breaks Ground On Massive Afghan Copper Mine After 16 Years Of Delays. RadioFreeEurope/RadioLiberty. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/33050447.html>>. Acesso em: 20 ago 2024.

REZAHI, N. (2023). Afghan customs prevent smuggling tons of precious stones to Pakistan. Khaama Press. Disponível em: <<https://www.khaama.com/afghan-customs-prevent-smuggling-tons-of-precious-stones-to-pakistan/>>. Acesso em: 03 fev 2025.

REHMAN, Zia. (2023). Afghanistan's \$6.5bn mine deals with China, others dig up questions. Nikkei Asia. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/Afghanistan-turmoil/Afghanistan-s-6.5bn-mine-deals-with-China-others-dig-up-questions>. Acesso em: 03 fev 2025.

RAHMATI, Fidel. 2024. 116 ancient artifacts from Aynak Copper Mine moved to Afghanistan Museum | Afghanistan peace campaign. Disponível em: <<https://afghanistanpeacecampaign.org/2024/08/20/116-ancient-artifacts-from-aynak-copper-mine-moved-to-afghanistan-museum/>>. Acesso em: 27 mar 2025.

RUBIN, Barnett R. The Fragmentation of Afghanistan: State Formation and Collapse in the International System. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 2002. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/journal-of-asian-studies/article-abstract/62/4/1291/339856/The-Fragmentation-of-Afghanistan-State-Formation?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 15 ago 2025.
<https://doi.org/10.2307/3591818>

RODRIGUES, F.; MELO, A. Trabalho infantil e feminino na mineração artesanal. Fortaleza: UECE, 2020

REUTERS. Why US-China decoupling will be hard to reverse. Disponível em: <<https://www.reuters.com/info-pages/transcript/aa71465a-a087-11ec-8680-73c03cf16654/b1c9fd44-b431-11ec-90ef-133914fde813/b8e71dc2-2a31-11f0-afaa-735aa704acb1/?>>. Acesso em: 25 ago 2025.

REUTERS. China to offer Taliban tariff-free trade as it inches closer to isolated resource-rich regime. Reuters, 25 out. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/asia-pacific/china-offer-taliban-tariff-free-trade-inches-closer-isolated-resource-rich-2024-10-25/>>. Acesso em: 25 ago 2025.

REUTERS. China, Afghanistan hold talks on mining, belt and road participation. 20 ago. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/china-afghanistan-hold-talks-mining-belt-road-participation-2025-08-20/>. Acesso em: 19 out 2025.

RAHMANI, S. The New Great Game: Strategic Resource Competition in Afghanistan. [s.d.]. Disponível em: < <https://info.publicintelligence.net/DIA-GreatGame.pdf> >. Acesso em: 13 out 2025.

ROSENBERG, Justin. 2016. Uneven and Combined Development. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=KaWkjm8AAA&AJ&citation_for_view=KaWkjm8AAA&7PzIFSSx8tAC>. Acesso em: 12 jan 2026.

ROSS, M. L. Does Oil Hinder Democracy? World Politics, v. 53, n. 03, p. 325-361, abr. 2001. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world->

politics/article/abs/does-oil-hinder-democracy/67665D8D240C8F43CD4A2DCB35894071.
Acesso em: 16 nov 2025.
<https://doi.org/10.1353/wp.2001.0011>

Radio Liberty. Taliban gold rush turns deadly, putting spotlight on Chinese-backed mining. Radio Free Europe/Radio Liberty, 11 jan. 2026. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/taliban-china-gold-mining-deadly-clashes-afghanistan-minerals/33642271.html>>. Acesso em: 12 jan 2026.

SINGH, B. L.; amp; PONZIO, R. S. (2013). Coal mining and environmental health in Afghanistan. *Asian Survey*, 53(5), 974-998 apud

SHAHI, D. K. (2022). Geopolitical and Geostrategic Significance of Wakhan Corridor. *International journal of Research in Social Science*. Disponível em: <https://www.ijmra.us/project%20doc/2022/IJRSS_JULY2022/IJRSS10July22.pdf>. Acesso em: 26 jul 2024.

SHERAZ, U. (2014). Foresight as a tool for sustainable development in natural resources: The case of mineral extraction in Afghanistan. *Resources Policy*, 39, 92-100. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2014.01.001>>. Acesso em: 17 jun 2024.
<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2014.01.001>

Seair Exim Solutions. (2024). How to Successfully Export Iron Ore from India 2024? Disponível em: <<https://www.seair.co.in/blog/iron-ore-exports-from-india.aspx>>. Acesso em: 10 jul 2024.

SIGAR. 2015. Afghanistan's Mineral, Oil, and Gas Industries: Unless U.S. Agencies Act Soon to Sustain Investments Made, \$488 Million in Funding is at Risk. 2015. Disponível em: <<https://www.sigar.mil/pdf/audits/SIGAR-15-55-AR.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2024.

SAIF, Shahid Khan. Afghanistan encourages China to invest in mining sector. (2015). Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/en/world/afghanistan-encourages-china-to-invest-in-mining-sector/32996>>. Acesso em: 17 maio 2024.

SMITH, Graeme. 2021. Resource flows and political power in Afghanistan. Disponível em: <<https://www.almendron.com/tribuna/wp-content/uploads/2021/08/resource-flows-and-political-power-in-afghanistan.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2024.

SMITH, Adam M. The humanitarian and policy challenges of U.S. sanctions on the Taliban: avoidable consequences for Afghan civilians. Washington, D.C.: Just Security, 23 ago. 2021. Disponível em: . Acesso em: 20 out 2024.

SLIMANKHIL, A. K., Anwarzai, M. A., Sabory, N. R., Danish, M. S. S., Ahmadi, M.; amp; Ahadi, M. H. (2020). Renewable energy potential for sustainable development in Afghanistan. *Journal of Sustainable Energy Revolution*, 1(1), 8-15. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341959086_Renewable_energy_potential_for_sustainable_development_in_Afghanistan>. Acesso em: 13 jun 2024.
<https://doi.org/10.37357/1068/jser.1.1.02>

SARBILAND, Habiburrahman, Stanikzai Irfan Ullah. (2024). China-Afghanistan Relations AndThe Wakhan Corridor: Assessing Economic Interests, Infrastructural Development, And Geopolitical Implications, Educational Administration: Theoryand Practice, 30(6),3514 - 3520, Disponível em: <Doi:10.53555/kuey.v30i6.5097>. Acesso em: 25 jul 2024.
<https://doi.org/10.53555/kuey.v30i6.5097>

SHAH, Makhдум Karam. Mining for Influence: China's Mineral Ambitions in Taliban-Led Afghanistan. (2024). Wilson Center. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/blog-post/mining-influence-chinas-mineral-ambitions-taliban-led-afghanistan>>. Acesso em: 26 ago 2024.

SAEIDI, F., Yahyaei, M., Powell, M.; amp; Tavares, L. M. (2016). Investigating the effect of applied strain rate in a single breakage event. Minerals Engineering, 100, 211-222. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.mineng.2016.09.010>>. Acesso em: 06 nov 2024.
<https://doi.org/10.1016/j.mineng.2016.09.010>

SIEBERT, J. (2020). The greening of uneven and combined development: IR, capitalism and the global ecological crisis. Cambridge Review of International Affairs, 34(2), 164-185. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09557571.2020.1823943>>. Acesso em: 04 out 2024.
<https://doi.org/10.1080/09557571.2020.1823943>

SEXTON, Rernard. Natural Resources and Conflict in Afghanistanin Afghanistan. Afghanistan Watch. 2012. Disponível em: <https://www.rbf.org/sites/default/files/attachments/natural_resources_and_conflict_in_afg_-_sexton_august_2012.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

SALEHI, Z. Iranian Delegation Explores Investment Opportunities in Afghanistan. Disponível em: <<https://www.bakhtarnews.af/en/iranian-delegation-explores-investment-opportunities-in-afghanistan/>>. Acesso em: 06 fev 2025.

SAIKAL, Amin. Modern Afghanistan: A History of Struggle and Survival. Londres: I.B. Tauris, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250050647_Modern_Afghanistan_a_history_of_struggle_and_survival>./. Acesso em: 15 ago 2025.

SHEIKHAZAMI, A.; MADISA ZOLGHADRI. Introduction to Modernization Theory With Emphasis on Social Development Planning Theories. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/387756065_Introduction_to_Modernization_Theory_With_Emphasis_on_Social_Development_Planning_Theories?enrichId=rgreq-4e537d097bc560e8cf30f1be6c38f7dc-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzM4Nzc1NjA2NTtBUzoxMTQzMTI4MTMwMTYxNzg2NkAxNzM2MTc4MTgzODE2&el=1_x_2>. 5th International Conference on Creative Access em: 17, março 2025

Stella et al. Water supply for mining industry: The Chile case | Arthur D. Little. Disponível em: <<https://www.adlittle.com/en/insights/viewpoints/water-supply-mining-industry-chile-case>>. Acesso em: 18 mar 2024.

SANTOS, E.; LIMA, R.; SOUZA, M. Saúde comunitária e mineração: impactos do mercúrio. Manaus: UFAM, 2019.

SOUZA, M.; LIMA, R. Emprego e informalidade no setor mineral brasileiro. Brasília: IPEA, 2020

SPECIAL INSPECTOR GENERAL FOR AFGHANISTAN RECONSTRUCTION (SIGAR). Afghanistan's Mineral Wealth and Economic Potential. 2015. Disponível em <<https://www.sigar.mil/Portals/147/Files/Reports/Quarterly-Reports/2023-01-30qr.pdf>>. Acesso em: 13 out 2024.

SARADI, M. The Collapse of the Afghan State and Inconsistent US Reconstruction Policies. 2023. Disponível em: <<https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2631&context=honorstheses>>. Acesso em: 13 out 2024.

SANTOS, Theotônio dos. A teoria da dependência: balanços e perspectivas. 1998. Disponível em: <https://www.imperialismoedependencia.org/textos-para-baixar/theotonio-dos-santos/>. Acesso em: 17 jan. 2025

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. The Curse of Natural Resources. *European Economic Review*, v. 45, n. 4-6, p. 827-838, maio 2001. Acesso em: 11 nov 2025.
[https://doi.org/10.1016/S0014-2921\(01\)00125-8](https://doi.org/10.1016/S0014-2921(01)00125-8)

TROTSKY, Leon. *The History of the Russian Revolution*. Ann Arbor: University of Michigan, 1932

TOLONEWS. Germany Asked to Use Afghanistan's Lithium in Automotive Industry. Disponível em: <<https://tolonews.com/business/germany-asked-use-afghanistan%E2%80%99s-lithium-automotive-industry>>. Acesso em: 02 jul 2024.

TUGNOLI, L; SHIH, G (2023). Trove of EV metals in Afghanistan may boost Taliban and Chinese partners. *Washington Post*. Disponível: <<https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2023/ev-lithium-afghanistan-taliban-china/>>. Acesso em: 02 jul 2024.

THE AFRICA REPORT; NORBROOK, N. Botswana sets up sovereign wealth fund to stave off diamond decline. Disponível em: <https://www.theafricareport.com/393109/botswana-sets-up-sovereign-wealth-fund-to-stave-off-diamond-decline/>. Acesso em: 17 set 2024.

TAYLOR, Zachary (2023). Economic Sanctions in Afghanistan: Does it Still Make Sense?, *32 Minn. J. Int'l L.* 247 (2023). Disponível em: <https://scholarship.law.umn.edu/minn-jrnl-intl-law/vol32/iss2/7>. Acesso em: 23 maio 2025.

TAN, H. (2022). The Taliban wants to import oil from Russia in exchange for minerals and medicinal herbs. It's not the first to discuss a barter system with the energy giant. Business Insider. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/taliban-import-russia-oil-barter-exchange-afghanistan-raisin-minerals-medicine-2022-8>>. Acesso em: 03 fev 2025.

THE NEW YORK TIMES. China's rare earth weapon. The New York Times, 29 set. 2010. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2010/09/30/business/global/30rare.html>>. Acesso em: 25 ago 2025.

THE NEW YORK TIMES. Afghanistan, the Saudi Arabia of lithium. The New York Times, 2010. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2010/06/30/world/asia/30>>. Acesso em: 25 ago 2025.

UNODC. FIGHTING CORRUPTION IN AFGHANISTAN A ROADMAP FOR STRATEGY AND ACTION. Disponível em: <https://www.unodc.org/pdf/afg/anti_corruption_roadmap.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

UNEP. Reporting on the State of the Environment in Afghanistan. UN Environment Programme. Disponível em: <<https://www.unep.org/resources/report/reporting-state-environment-afghanistan>>. Acesso em: 22 maio 2024.

UNDP. Bangkok Regional Hub and Poverty-Environment Initiative Asia-Pacific of UNDP and UN Environment. 2018. Managing mining for sustainable development. Disponível em: <<https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/UNDP-MMFSD-HighResolution.pdf>>. Acesso em: 06, Maio de 20204

UNEP. (2013). Natural Resource Management and Peacebuilding in Afghanistan. Disponível em: <https://www.zaragoza.es/contenidos/medioambiente/onu/1017_eng_natural_resources_peacebuilding_afghanistan.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

United Nations development Program | Data Futures Exchange - Afghanistan. (2024). Disponível em: <<https://data.undp.org/countries-and-territories/AFG>>. Acesso em: 07 ago 2024.

USAID. Afghanistan | LandLinks. (2018). Disponível em: <<https://www.landlinks.org/country-profile/afghanistan/>>. Acesso em: 27 jun 2024.

UNODC (2023). RESPONDENDO A MINERAÇÃO ILEGAL E TRÁFICO DE METAIS E MINERAIS: UM GUIA DE BOAS PRÁTICAS LEGISLATIVA. Disponível em: <https://sherloc.unodc.org/cld/uploads/pdf/Illegal_Mining_and_Trafficking_in_Metals_and_Minerals_PT.pdf>. Acesso em: 22 jan 2025.

UNITED NATIONS. Sustainable Development Goals | United Nations in Afghanistan. Disponível em: <<https://afghanistan.un.org/en/sdgs>>. Acesso em: 10 fev 2025.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY (USGS). A reevaluation of the mineral resources of the Haji-Gak iron deposit. USGS, 2011

World Health Organization (WHO). Environmental Health Afghanistan 2023 country profile. Geneva: WHO, 07 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/m/item/environmental-health-afg-2023-country-profile>>. Acesso em: 26 abr 2025.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE (USIP). Two Years into Taliban Rule, New Shocks Weaken Afghan Economy. Washington, DC. Disponível em: <<https://www.usip.org/publications/2023/08/two-years-taliban-rule-new-shocks-weaken-afghan-economy>>. Acesso em: 25 ago 2025.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY. Mineral commodity summaries 2022. Reston, VA: USGS, 2022. Disponível em: <<https://www.usgs.gov/publications/mineral-commodity-summaries-2022>>. Acesso em: 25 ago 2025.

UNODC. 1999. Opium production in Afghanistan reaches record level. Disponível em: <https://www.unodc.org/pdf/newsletter_1999-10-01_1.pdf>. Acesso em: 26 ago 2025.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY. Minerals in Afghanistan: Resource potential and development challenges. Reston, VA: USGS, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/274252189_Summaries_and_Data_Packages_of_Important_Areas_for_Mineral_Investment_and_Production_Opportunities_in_Afghanistan>. Acesso em: 25 ago 2025.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY. Afghanistan's mineral wealth: Maps and assessments. Reston, VA: USGS, 2011. Disponível em: <https://www.usgs.gov/media/images/map-afghanistan-mineralized-areas>>. Acesso em: 25 ago 2025.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. Afghanistan's economy and natural resources under Taliban rule. Washington, DC: USIP, 2022. Disponível em: <https://www.usip.org/>. Acesso em: 25 ago 2025.

USAID - UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. Afghanistan: USAID results and data. Washington, D.C., 2019. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/afghanistan>>. Acesso em: 29 out 2025.

UNSC. 2015. Resolutions adopted by the Security Council in 2015 | Security Council. Disponível em: <<https://main.un.org/securitycouncil/en/content/resolutions-adopted-security-council-2015>>. Acesso em: 20 set 2025.

WALSH, P. R.; amp; FERRO, M. (2020). Developing a framework for sustainable development in extractive industries: a Latin America perspective. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 14(1), 67. Disponível: <<https://doi.org/10.1504/ijisd.2020.104242>>. Acesso em: 22 maio 2024.
<https://doi.org/10.1504/IJSD.2020.104242>

World Bank. Afghanistan resource corridor strategy and plan. (2013). Disponível em: <<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/612071468196442530/afghanistan-resource-corridor-strategy-and-plan>>. Acesso em: 27 jun 2024.

WAIZY, H., MOLES, N. R., SMITH, M. P.; amp; Boyce, A. J. (2020). Formation of the giant Aynak copper deposit, Afghanistan: evidence from mineralogy, litho geochemistry and sulphur isotopes. *International Geology Review*, 63(17), 2104-2128. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00206814.2020.1824129>>. Acesso em: 01 jul 2024.
<https://doi.org/10.1080/00206814.2020.1824129>

World Bank report. Report No. 76852-AF. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/fr/859311467993737697/text/768520IPR0P1160IPN0REQUEST0RQ013001.txt>>. Acesso em: 07 fev 2025.

World Bank. (2024) AFGHANISTAN DEVELOPMENT UPDATE. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/126f9684f0c7ff20248c0c7bf45cccd-0310012024/original/Afghanistan-Development-Update-December-2024-Final.pdf>>. Acesso em: 10 fev 2025.

GULF NEWS. Sri Lanka hands over debt-laden port to Chinese owner. Disponível em: <https://gulfnnews.com/business/sri-lanka-hands-over-debt-laden-port-to-chinese-owner-1.2137935>. Acesso em: 15 fev. 2026

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1540-6563.2007.00189_74.x>. Acesso em: 15 ago 2025.

WORLD BANK. Knowledge Repository. Washington, D.C.: The World Bank, 2021. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/273d96c9-ee8f-5476-a076--2fb25a7e20c8>>. Acesso em: 02 nov 2025.

Yar'Adua et al. Modernization, Marxist, Dependency and Alternative Theories of Development Communication: A Critical Review. *Journal | STSL*. (2023). Disponível em: <<http://www.stslpress.org/journal/journalArticle?id=105>>. Acesso em: 30 ago 2024.

YOUSAF, Mohammad; ADKIN, Mark. *The Bear Trap: Afghanistan's Untold Story*. Havertown: Casemate, 1992. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/20033105>>. Acesso em: 15 ago 2025.

YAD, W. *State-Building and State-Formation in Afghanistan: What Went Wrong?* 2025. Disponível em: <<https://udspace.udel.edu/server/api/core/bitstreams/b2dbe201-2b72-4db3-a0c5-ba9e59a63c0b/content>>. Acesso em: 13 out 2024.

ZIELONKA, J. (2022). Michael Zürn, *Theory of Global Governance: Authority, Legitimacy and Contestation*. *Society*, 59(4), 471-474. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12115->

022-00747-3. Acesso em: 20 jan 2025.
<https://doi.org/10.1007/s12115-022-00747-3>

ZHANG, Y. et al. Evaluation of the Obstacles to Developing the Aynak Copper Mine in Afghanistan. *Sustainability*, v. 12, n. 4, p. 1569-1569, 2020. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/12/4/1569>>. Acesso em: 07 fev 2025.
<https://doi.org/10.3390/su12041569>

ZADEH, Joh. DISCOVERYALERT. Afghanistan-China Belt and Road: Strategic Mineral Alliance. 20 ago. 2025. Disponível em: <https://discoveryalert.com.au/china-belt-road-initiative-afghanistan-integration-2025/>. Acesso em: 19 out 2025.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento

Vocês estão sendo convidados(a)s a participarem da pesquisa intitulada “**A DIMENSÃO REGIONAL DOS RECURSOS MINERAIS NO AFGANISTÃO: ATORES-CHAVE E O PAPEL DO PAÍS NO BELT AND ROAD INITIATIVE (BRI)**”, sob a responsabilidade do pesquisador Rohullah Mojaddedi.

Nesta pesquisa, busco compreender como as relações internacionais e as agendas geopolíticas influenciam a exploração e a gestão dos recursos minerais no Afeganistão, com foco nos impactos econômicos, sociais e ambientais.

O **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** está sendo obtido pelo pesquisador Rohullah Mojaddedi. O termo será recolhido em setembro de 2025, via e-mail. De acordo **Art. 12 e Art. 1º, inciso VII** da Resolução nº 510/2016, **a(o) participante** terá o tempo que julgar necessário para decidir se deseja participar da pesquisa.

Em suas participações, vocês farão parte de um grupo de debate sobre o fato de que, embora o Afeganistão possua grandes reservas minerais com potencial para transformar sua economia, a exploração enfrenta desafios críticos, incluindo corrupção, instabilidade política e falta de infraestrutura. **As(os) participantes** serão contatadas(os) por ligação de WhatsApp e receberão o presente termo por e-mail; após assinado, serão realizadas **2 reuniões de 1 hora** via chamada no WhatsApp e via email. Essa chamada será gravada. Durante os encontros, serão propostas questões gerais para debate. De acordo com a Resolução nº 510/16 (**Art. 9, 10, 12 e Art. 1º, inciso VI**), os dados da pesquisa, incluindo as gravações originais, serão mantidos em arquivo sob a guarda e responsabilidade do pesquisador por, no mínimo, **5 anos** após o término da pesquisa.

Em nenhum momento vocês serão identificado(a)s. Os resultados da pesquisa serão publicados, mas as suas identidades serão preservadas. O **pesquisador** compromete-se ainda a divulgar os resultados da pesquisa em formato acessível ao grupo ou à população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV).

Vocês não terão nenhum gasto nem ganho financeiro por participar da pesquisa.

Caso ocorra algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei nº 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Os riscos consistem em possíveis situações de constrangimento ou desconforto emocional durante as reuniões. No entanto, as questões a serem abordadas serão previamente explicadas, a fim de minimizar qualquer tipo de desconforto. Existe, ainda, o risco de falha na plataforma usada para a pesquisa (WhatsApp), o que poderia prejudicar o andamento das reuniões. Nesse caso, as reuniões serão remarçadas para não atrapalhar a participação das(os) voluntárias(os) na pesquisa e para não prejudicar o entendimento de suas ideias e contribuições. O pesquisador ressalta, ainda, que existe um potencial risco de violação da confidencialidade devido ao uso de plataforma virtual. Ainda que esse risco seja pequeno, o pesquisador se compromete a manter em seu poder, **e exclusivamente em seu poder**, todas as gravações, transcrições e dados pessoais referentes aos encontros, **sem armazenar quaisquer informações na nuvem**. O pesquisador esclarece, ainda, que assume a responsabilidade por eventuais vazamentos.

Os benefícios consistirão em contribuir para a produção de trabalhos que coloquem o processo de mineração, o desenvolvimento e a sustentabilidade do Afeganistão em foco, ajudando, assim, a embasar

futuras políticas e estratégias públicas pensadas para fortalecer o progresso da mineração e a sustentabilidade no país.

Vocês estão livres para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, vocês também estão livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com vocês. É importante que vocês guardem este documento.

Rubrica dos Participantes

Rubrica do Pesquisado

Em caso de dúvidas ou reclamações com a pesquisa, vocês poderão entrar em contato com: **Rohullah Mojaddedi** (pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - PPGRI-UFU).

E-mail: Rohullah.Mojaddedi@ufu.br

Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J, Campus Santa Mônica, Uberlândia, Minas Gerais, CEP: 38408-100.

Para orientações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, consultem a cartilha disponível no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf e no https://propp.ufu.br/sites/propp.ufu.br/files/media/documento/5_-_resolucao_510_2016_humanas_e_sociais.pdf

Vocês também poderão entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia (CEP-UFU)**, localizado no seguinte endereço:

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco A, Sala 224, Campus Santa Mônica, Uberlândia/MG, CEP: 38408-100.

Telefone: (34) 3239-4131

E-mail: cep@propp.ufu.br

O CEP-UFU é um colegiado independente responsável por defender os interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, assegurando o desenvolvimento das pesquisas conforme as resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, 15 de setembro de 2025.

Assinatura do pesquisador

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinaturas dos participantes da pesquisa

APÊNDICE B – Entrevista 1

Transcrições – Entrevista em Dari

Reunião (25/01)

Apresentação. O entrevistador se apresentou, explicou os temas que seriam discutidos e a dinâmica de funcionamento da pesquisa. Depois, as voluntárias passam a se apresentar.

مصاحبه: بررسی وضعیت معادن و چالش‌های بخش معدن‌داری در افغانستان

شيوه مصاحبه: تبادل رایانامه (ایمیل)
تاریخ مصاحبه: ۵ دلو ۱۴۰۳ (مطابق به ۲۵ جنوری ۲۰۲۵)
مصاحبه‌گر: روح الله (پژوهشگر)
مصاحبه‌شونده: یک کارشناس امور معدنی (هویت محفوظ)

مقدمه:

این سند شامل متن کامل یک مصاحبه تخصصی است که از طریق تبادل رایانامه بین روح الله (پژوهشگر) و یک کارشناس ارشد در زمینه معادن افغانستان انجام شده است. هدف از این مصاحبه، بررسی وضعیت کنونی فعالیت‌های معدنی، چالش‌های پیش‌رو، و چشم‌انداز آینده این بخش در افغانستان بوده است. به درخواست مصاحبه‌شونده، هویت وی محفوظ نگه داشته شده است.

(شروع تبادل رایانامه)

رایانامه اول: درخواست مصاحبه (از طرف مصاحبه‌گر - روح الله)

السلام علیکم،

احتراماً، همانطوری که قبلاً به شکل تلفنی توافق کرده بودیم، مایل هستم سوالات تحقیقی خود را به صورت مکتوب خدمتتان ارسال نمایم. خواهشمند است در صورت امکان، پاسخ این سوالات را ارائه نمایید.

با سپاس،

روح الله

پاسخ اول: (از طرف کارشناس)

علیکم السلام،

با احترام، متأسفانه به دلیل از دست دادن تلفن همراه، اطلاعات قبلی و سوالات شما نیز از دست رفت. لطفاً سوالات خود را مجدداً ارسال فرمایید. بدون تردید، هرگونه همکاری که از این جانب امکان‌پذیر باشد، انجام خواهد شد.

با احترام،

کارشناس

رایانامه دوم: ارسال سوالات (از طرف مصاحبه‌گر - روح الله)

السلام علیکم،

از پاسخگویی شما بسیار متشکرم. متأسفم که با چنین حادثه‌ای مواجه شدید. برای شما آرزوی صحت و سلامتی دارم. همانطور که اشاره کردید، سوالات خود را به صورت نوشتاری و در پنج بخش مجزا خدمتتان ارسال می‌نمایم. این سوالات به شرح ذیل می‌باشند:

پرسش اول: وضعیت کنونی فعالیت‌های معدنی در افغانستان چگونه است؟ چه تعداد شرکت در این بخش فعالیت دارند و نقش‌آفرینان اصلی این پروژه‌ها کدامند؟

پرسش دوم: عمده‌ترین چالش‌های فراروی فعالیت‌های استخراج معدن چیست؟ ارزیابی‌های محیط‌زیستی به چه شکل انجام می‌شوند؟ و آیا این پروژه‌ها از پشتیبانی فنی برخوردار خواهند شد؟

پرسش سوم: آینده معادن افغانستان، تأثیر آن بر اقتصاد کشور، و برنامه‌های خدمات عامه چگونه ترسیم می‌شود؟

پرسش چهارم: استفاده استراتژیک از ذخایر معدنی و عناصر نادر خاکی چگونه می‌تواند به بهبود اقتصاد کشور کمک نماید و روابط آن را با جامعه بین‌المللی، به ویژه در زمینه تقاضای رو به رشد جهانی، بازتعریف کند؟

پرسش پنجم: بهره‌برداری از منابع معدنی چگونه می‌تواند به بهبود وضعیت زندگی مردم محلی، ترویج پایداری، و توسعه اجتماعی-اقتصادی بینجامد؟ و چه انتظارات واقع‌بینانه‌ای وجود دارد که این منافع به مردم عادی افغانستان برسد؟

بسیار سپاسگزار خواهم شد اگر دیدگاه کارشناسی خود را در مورد این پرسشها با اینجانب در میان بگذارید.

با احترام،
روح الله

پاسخ: (از طرف کارشناس)

با سلام و احترام،

پاسخ به سوالات شما، با در نظر داشت توالی موضوعی و انسجام مطالب، سازماندهی و ارائه می‌گردد.

پرسش اول: وضعیت فعالیت‌های معدنی و شرکت‌های فعال

افغانستان با برخورداری از منابع معدنی غنی، از پتانسیل بالایی برای توسعه اقتصادی برخوردار است. گزارش‌ها حاکی از آن است که تنها درصد کمی از این ذخایر تاکنون مورد اکتشاف و بهره‌برداری قرار گرفته است. در دوره اخیر، قراردادهای متعددی با شرکت‌های داخلی و خارجی منعقد شده که پروژه‌هایی در حوزه‌های آهن، طلا، لیتیوم و زغال‌سنگ را در بر می‌گیرد. با این حال، برخی از این قراردادها به دلایلی از قبیل عدم توانایی فنی یا مشکلات مالی، لغو شده‌اند.

پرسش دوم: چالش‌های استخراج معدن، ارزیابی‌های محیط‌زیستی و حمایت‌های فنی

مهم‌ترین چالش‌های این بخش عبارتند از:

- ضعف مدیریت و فساد اداری

- عدم انجام ارزیابی‌های دقیق زیست‌محیطی

- کمبود حمایت‌های فنی و تخصصی لازم

رفع این چالش‌ها مستلزم همکاری‌های بین‌المللی، برنامه‌ریزی دقیق و انتقال دانش و فناوری است.

پرسش سوم: آینده معادن، اقتصاد و خدمات عامه

استفاده بهینه از منابع معدنی می‌تواند منجر به افزایش درآمد دولت، ایجاد اشتغال و توسعه زیرساخت‌ها شود. تحقق این اهداف مشروط به برنامه‌ریزی دقیق، شفافیت و نظارت مؤثر است.

پرسش چهارم: استفاده استراتژیک از ذخایر معدنی و عناصر نادر خاکی

ذخایر عناصر نادر خاکی افغانستان می‌تواند جایگاه مهمی برای کشور در بازارهای جهانی فراهم آورد. دستیابی به این هدف نیازمند سرمایه‌گذاری کلان در زیرساخت‌ها و ایجاد چارچوب‌های قانونی شفاف است.

پرسش پنجم: تأثیر بر زندگی مردم محلی و توسعه اجتماعی

بهره‌برداری مسئولانه از معادن می‌تواند از طریق ایجاد اشتغال و توسعه زیرساخت‌های محلی، به بهبود زندگی مردم بینجامد. برای تضمین عادلانه بودن این منافع، ایجاد مکانیزم‌های شفاف توزیع درآمد و نظارت مستمر ضروری است.

در صورت نیاز به اطلاعات بیشتر، آماده همکاری هستم.

با احترام،
کارشناس

رایانامه پایانی: تشکر (از طرف مصاحبه‌گر - روح الله)

عصر بخیر استاد عزیز،

از پاسخ‌های شما بسیار سپاسگزارم. این کمک بزرگی برایم در این زمان نیاز بود، زیرا آرشیف صوتی مکالمه و اتس‌اپ را از دست داده بودم. از وقت و تلاشی که برای پاسخ‌گویی به پرسش‌هایم صرف کرده‌اید قدردانی می‌کنم. این پاسخ‌ها برای پروژه تحقیقاتی و پایان‌نامه‌ام بسیار سودمند خواهند بود.

با احترام،
روح الله
پژوهشگر

Versão traduzida em português (Apêndice B)

Título: Análise da Situação das Minas e dos Desafios do Setor de Mineração no Afeganistão

Entrevistador: Rohullah (Pesquisador)

Entrevistado: Especialista em Assuntos de Mineração (Identidade preservada)

Data: 25 de janeiro de 2025

Local: Via correio eletrônico

Duração: Correspondência por e-mail entre 25 de janeiro de 2025

1 INTRODUÇÃO

Esta transcrição documenta entrevista realizada por correio eletrônico com especialista em mineração do Afeganistão, visando analisar a situação atual das atividades mineiras, desafios enfrentados e perspectivas futuras do setor no país.

2 METODOLOGIA

A entrevista foi conduzida através de troca de mensagens eletrônicas, com perguntas encaminhadas pelo entrevistador e respondidas pelo especialista em 25 de janeiro de 2025.

3 TRANSCRIÇÃO

3.1 Primeiro contato

Entrevistador (Rohullah):

Saudações,

Respeitosamente, conforme acordado previamente por telefone, gostaria de enviar minhas perguntas de pesquisa por escrito. Solicitamos que, se possível, forneça respostas a estas perguntas.

Atenciosamente,
Rohullah

3.2 Resposta inicial

Entrevistado:

Saudações,

Respeitosamente, infelizmente, devido à perda do meu telefone celular, as informações anteriores e suas perguntas também foram perdidas. Por favor, reenvie suas perguntas. Sem dúvida, qualquer cooperação que seja viável da minha parte será realizada.

Atenciosamente,

3.3 Questionário enviado

Entrevistador (Rohullah):

Saudações,

Agradeço muito sua resposta. Lamento que você tenha passado por tal incidente. Desejo-lhe saúde e bem-estar.

Conforme mencionado, envio minhas perguntas por escrito, em cinco seções separadas. As perguntas são as seguintes:

1. Como é a situação atual das atividades de mineração no Afeganistão? Quantas empresas operam neste setor e quem são os principais atores desses projetos?
2. Quais são os principais desafios enfrentados pelas atividades de extração mineral? Como são realizadas as avaliações ambientais? E esses projetos receberão suporte técnico?
3. Como é visado o futuro das minas do Afeganistão, seu impacto na economia do país e os programas de serviços públicos?
4. Como o uso estratégico dos recursos minerais e elementos de terras raras pode ajudar a melhorar a economia do país e redefinir suas relações com a comunidade internacional, especialmente no contexto da crescente demanda global?
5. Como a exploração dos recursos minerais pode levar à melhoria das condições de vida das populações locais, promover a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico? E quais expectativas realistas existem de que esses benefícios realmente cheguem ao povo comum do Afeganistão?

Ficaria muito grato se compartilhasse sua visão especializada sobre essas questões.

Atenciosamente,
Rohullah

3.4 Respostas técnicas

Entrevistado:

Saudações e respeitosamente,

As respostas às suas perguntas são organizadas e apresentadas, considerando a sequência temática e a coerência do conteúdo.

3.4.1 Pergunta 1: Situação das Atividades de Mineração e Empresas Ativas

O Afeganistão, com seus ricos recursos minerais, possui um alto potencial para o desenvolvimento econômico. Relatórios indicam que apenas uma pequena porcentagem dessas reservas foi explorada e aproveitada até agora. Recentemente, vários contratos foram firmados com empresas nacionais e estrangeiras, abrangendo projetos nas áreas de ferro, ouro, lítio e carvão. No entanto, alguns desses contratos foram cancelados por razões como incapacidade técnica ou problemas financeiros.

3.4.2 Pergunta 2: Desafios da Extração Mineral

Os desafios mais importantes deste setor são:

- Má gestão e corrupção administrativa
- Falta de avaliações ambientais precisas
- Escassez de apoio técnico e especializado necessário

Superar esses desafios requer cooperação internacional, planejamento preciso e transferência de conhecimento e tecnologia.

3.4.3 Pergunta 3: Futuro das Minas, Economia e Serviços Públicos

O uso ideal dos recursos minerais pode levar ao aumento da receita do governo, criação de empregos e desenvolvimento de infraestrutura. A realização desses objetivos está condicionada a um planejamento preciso, transparência e supervisão eficaz.

3.4.4 Pergunta 4: Uso Estratégico de Reservas Minerais

As reservas de elementos de terras raras do Afeganistão podem proporcionar ao país uma posição importante nos mercados globais. Alcançar este objetivo requer investimentos maciços em infraestrutura e a criação de estruturas legais e regulatórias transparentes.

3.4.5 Pergunta 5: Impacto na Vida da População Local

A exploração responsável das minas pode melhorar a vida das pessoas através da criação de empregos e do desenvolvimento de infraestrutura local. Para garantir que esses benefícios sejam distribuídos de forma justa, é essencial criar mecanismos transparentes de distribuição de receita e supervisão contínua.

Estou disponível para cooperar caso necessite de mais informações.

Atenciosamente,

3.5 Agradecimento final

Entrevistador (Rohullah):

Boa tarde, prezado Professor,

Agradeço muito suas respostas. Esta foi uma grande ajuda para mim neste momento de necessidade, pois havia perdido o arquivo de áudio da conversa pelo WhatsApp. Agradeço o tempo e esforço dedicados para responder minhas perguntas. Essas respostas serão muito úteis para meu projeto de pesquisa e dissertação.

Atenciosamente,

[encerramento da reunião]

APÊNDICE C – Entrevista 2

Transcrições – Entrevista em Dari

Reunião (11/09)

Apresentação. O entrevistador se apresentou, explicou os temas que seriam discutidos e a dinâmica de funcionamento da pesquisa. Depois, o voluntário passa a se apresentar.

مصاحبه دوم با کارمند معدن: بررسی وضعیت معادن و چالش‌های بخش معدن‌داری در افغانستان

شیوه مصاحبه: تبادل از طریق تماس صوتی واتس‌آپ
تاریخ مصاحبه: جمعه، ۲۰ سنبله ۱۴۰۴ (مطابق با ۱۱ سپتامبر ۲۰۲۵)
مصاحبه گر: روح‌الله (پژوهشگر)

مصاحبه شونده: کارمند معدن (هویت محفوظ)

آغاز گفتگو

مصاحبه‌گر (روح‌الله):

سلام محترم. اسم من روح‌الله است. تماس شما را از طریق یکی از دوستان نزدیکم در پوهنتون تاشقرغان دریافت کردم. می‌خواهم چند پرسش در مورد معادن، فعالیت‌ها و چالش‌های این عرصه در افغانستان مطرح کنم.

سوالات به شرح زیر است:

فعالیت‌های معدنی در افغانستان چگونه است؟ چه تعداد شرکت در این بخش فعالیت دارند و کدام گروه‌ها در این پروژه‌ها نقش دارند؟

چه چالش‌هایی در برابر فعالیت‌های استخراج معدن وجود دارد؟ ارزیابی‌های محیط‌زیستی چگونه انجام می‌شوند؟ آیا این پروژه‌ها حمایت تخنیکی دریافت می‌کنند و همکاری‌ها برای رسیدگی به این مسائل از چه زمانی آغاز خواهد شد؟

آینده معادن افغانستان، اقتصاد کشور و برنامه‌های خدمات عامه چگونه پیش‌بینی می‌شود و این پروژه‌ها چگونه پیش خواهند رفت؟

استفاده استراتژیک از ذخایر معدنی و عناصر کمیاب افغانستان چگونه می‌تواند به بهبود اقتصاد کشور کمک کرده و روابط آن را با جامعه جهانی، به‌ویژه در زمینه تقاضای رو به رشد جهانی، بازتعریف نماید؟

بهربرداری از منابع معدنی در افغانستان چگونه می‌تواند به بهبود وضعیت زندگی مردم محلی، ترویج پایداری و توسعه اجتماعی - اقتصادی منجر شود؟ چه انتظارات واقع‌بینانه‌ای وجود دارد که این منافع واقعاً به مردم افغانستان برسد؟

کارمند معدن:

وعلیکم‌السلام، حال شما خوب است؟ ان‌شاءالله خیر باشد. بلی، درست است. من در وزارت وظیفه دارم و می‌توانم از طریق تماس صوتی به پرسش‌های شما پاسخ بدهم.

مصاحبه‌گر (روح‌الله):

بسیار خوب، متشکرم. مشتاق شنیدن پاسخ‌های شما هستم.

کارمند معدن:

خوب، حالا به ترتیب پاسخ می‌دهم.

پاسخ‌ها

پاسخ به پرسش اول:

فعالیت‌های معدنی در افغانستان گسترده است. ما در یک معدن بزرگ کار می‌کنیم. در حال حاضر حدود ۵۰ قرارداد در معادن بزرگ و حدود ۲۵۰ قرارداد در معادن کوچک وجود دارد. افزون بر این، در بخش معادن "جغل" و موارد مشابه، تقریباً ۱۵۰ قرارداد دیگر نیز امضا شده است. به‌طور کلی، معدن‌کاری حرفه‌ای در حال گسترش است، به‌ویژه در بخش سنگ‌های قیمتی چون زمرد و یاقوت که حدود ۲۵۰۰ معدن‌کار حرفه‌ای مصروف فعالیت‌اند. در بخش معدن طلا نیز حدود ۲۵۰۰ فعالیت ثبت شده است. در ولایت کنر نیز برای حدود هزار معدن زمرد و یاقوت جواز استخراج داده شده است. علاوه بر این، یک پروژه بزرگ نفتی قرارداد شده و حدود ۳۰ قرارداد دیگر در این بخش به امضا رسیده است.

پاسخ به پرسش دوم:

چالش‌ها بسیار زیاد است. نخست، مشکل سرمایه‌گذاری است. شرکت‌های بزرگ خارجی کمتر حضور دارند و بیشتر سرمایه‌گذاران از داخل کشور یا از کشورهایمانند ترکیه، ایران، پاکستان و ازبکستان می‌باشند. دوم، مشکلات تکنیکی و کمبود وسایل است. بسیاری از شرکت‌ها بدون تحقیقات و مطالعات کافی، عملیات برمه‌کاری را آغاز می‌کنند که به زمین‌های زراعتی و محیط زیست آسیب می‌زند. متأسفانه، این عملیات با جواز قانونی نیز انجام می‌شود. همچنین بیشتر شرکت‌های خارجی وسایل و تجهیزات خود را از بیرون وارد می‌کنند. برای نمونه، شرکت ترکیه‌ای که پروژه مرمر را پیش می‌برد، تمام وسایل برش را از ترکیه می‌آورد. این کار سبب می‌شود کارگران داخلی نیازمند آموزش‌های تکنیکی ویژه باشند تا بتوانند به درستی از این تجهیزات استفاده کنند.

پاسخ به پرسش سوم:

الحمدلله پروژه‌ها به‌طور نسبی موفق پیش می‌روند. برای مثال، تولید سیمان فعلاً تنها از دو منبع در بغلان و جبل‌السراج تأمین می‌شود. اما پنج فابریکه جدید سیمان در حال ساخت است. از جمله، فابریکه سیمان قندهار که ۸۰ تا ۹۰ درصد کارهای آن تکمیل شده و ان‌شاءالله به زودی تولید را آغاز خواهد کرد. با شروع زمستان، فواید این پروژه‌ها آشکار می‌شود؛ مردم مشغول کار خواهند شد و نیاز به واردات سیمان کاهش می‌یابد. همچنین، فابریکه نمک سبب خودکفایی در تولید نمک شده و دیگر نیازی به واردات از بیرون وجود ندارد.

پاسخ به پرسش چهارم:

ذخایر معدنی افغانستان می‌تواند با ایجاد درآمد پایدار، رشد صنایع و اشتغال‌زایی، پایه‌های اقتصاد کشور را تقویت کند. افغانستان با تأمین مواد معدنی حیاتی برای فناوری‌های جهانی، از یک کشور کم‌پذیر به یک شریک استراتژیک بدل می‌شود. این تغییر می‌تواند سرمایه‌گذاری‌های بزرگ، فناوری‌های نوین و حمایت سیاسی قدرت‌های جهانی را جذب کند و در نهایت به بهبود روابط دیپلماتیک و همکاری‌های منطقه‌ای و بین‌المللی منجر شود.

پاسخ به پرسش پنجم:

استخراج معدن آهن با چندین قرارداد با شرکت‌های خارجی - از جمله چین - آغاز شده است که هم برای استفاده داخلی و هم برای پروسس مواد خام در فابریکات سوئدمنند خواهد بود. پروژه‌های استراتژیک دیگری چون لیتیوم نیز کشف شده است. همچنان معادن روی (زینک) و کرومیت شامل چندین قرارداد می‌باشند. به‌طور کلی، پروسس مواد معدنی و سرمایه‌گذاری کشورهای همسایه در این بخش رو به گسترش است که برای اقتصاد افغانستان مفید خواهد بود.

مصاحبه‌گر (روح‌الله):

از وقت و همکاری شما بسیار سپاسگزارم

Versão traduzida em português (Apêndice C)

Entrevista nº 2 com um funcionário de mineração: Examinando a situação das minas e os desafios do setor de mineração no Afeganistão

Método da entrevista: Conversa por chamada de voz no WhatsApp

Data da entrevista: Sexta-feira, 20 de Setembro 1404 (correspondente a 11 de setembro de 2025)

Entrevistador: Rohullah (Pesquisador)

Entrevistado: Um funcionário do setor de mineração (identidade preservada)

Início da conversa

Entrevistador (Rohullah):

Salam, respeitado senhor. Meu nome é Rohullah. Consegui seu contato através de um amigo próximo da Universidade de Tashqurghan. Gostaria de fazer algumas perguntas sobre as minas, as atividades e os desafios desta área no Afeganistão.

As perguntas são as seguintes:

1. Como são as atividades de mineração no Afeganistão? Quantas empresas atuam neste setor e quais grupos estão envolvidos nesses projetos?
2. Quais desafios existem para as atividades de extração mineral? Como são realizadas as avaliações de impacto ambiental? Esses projetos recebem apoio técnico e quando começará a cooperação para lidar com essas questões?
3. Como se prevê o futuro das minas do Afeganistão, a economia do país e os programas de serviços públicos? Como esses projetos devem progredir?
4. Como o uso estratégico das reservas minerais e de elementos raros do Afeganistão pode ajudar a melhorar a economia do país e redefinir suas relações com a comunidade global, especialmente considerando a demanda mundial crescente?
5. Como a exploração dos recursos minerais no Afeganistão pode melhorar a vida da população local, promover a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico? Quais são as expectativas realistas de que esses benefícios realmente cheguem ao povo afegão?

Funcionário de mineração:

Wa Alaikum Salam, como você está? Insha'allah tudo bem. Sim, está correto. Eu trabalho no Ministério e posso responder suas perguntas por chamada de voz.

Entrevistador (Rohullah):

Muito bem, agradeço. Estou ansioso para ouvir suas respostas.

Funcionário de mineração:

Certo, agora respondo na ordem.

Respostas

Resposta à primeira pergunta:

As atividades de mineração no Afeganistão são amplas. Trabalhamos em uma grande mina. Atualmente, existem cerca de 50 contratos para minas grandes e aproximadamente 250 contratos para

minas pequenas. Além disso, no setor de mineração de pedras e similares, cerca de 150 outros contratos foram assinados. De modo geral, a mineração profissional está se expandindo, especialmente no setor de pedras preciosas, como esmeraldas e rubis, onde cerca de 2.500 mineradores profissionais estão ativos. No setor de mineração de ouro, existem cerca de 2.500 atividades registradas. Na província de Kunar, licenças de extração foram emitidas para cerca de mil minas de esmeralda e rubi.

Além disso, um grande projeto de petróleo foi contratado e cerca de 30 outros contratos foram assinados neste setor.

Resposta à segunda pergunta:

Os desafios são muitos. Primeiro, há o problema do investimento. Grandes empresas estrangeiras têm pouca presença, e a maioria dos investidores é do próprio país ou de nações como Turquia, Irã, Paquistão e Uzbequistão.

Segundo, existem problemas técnicos e falta de equipamentos. Muitas empresas iniciam operações de perfuração sem pesquisas e estudos adequados, o que danifica terras agrícolas e o meio ambiente. Infelizmente, essas operações são realizadas até mesmo com licenças legais.

Além disso, a maioria das empresas estrangeiras importa seus equipamentos e máquinas de fora. Por exemplo, a empresa turca que está conduzindo o projeto de mármore traz todos os seus equipamentos de corte da Turquia. Isso faz com que os trabalhadores locais necessitem de treinamento técnico específico para poder operar esses equipamentos corretamente.

Resposta à terceira pergunta:

Alhamdulillah, os projetos estão progredindo de forma relativamente bem-sucedida. Por exemplo, atualmente a produção de cimento vem de apenas duas fontes, em Baghlan e Jabal al-Siraj. Mas cinco novas fábricas de cimento estão em construção. Entre elas, a fábrica de cimento de Kandahar, que está 80 a 90% concluída e, Insha'allah, começará a produção em breve. Com o início do inverno, os benefícios desses projetos se tornarão aparentes; as pessoas estarão empregadas e a necessidade de importar cimento diminuirá.

Da mesma forma, a fábrica de sal levou à autossuficiência na produção de sal, não sendo mais necessário importar.

Resposta à quarta pergunta:

As reservas minerais do Afeganistão podem fortalecer os fundamentos da economia do país, criando fontes de renda sustentáveis, crescimento industrial e geração de empregos. Ao fornecer minerais críticos para as tecnologias globais, o Afeganistão pode se transformar de um país dependente de ajuda em um parceiro estratégico. Essa mudança pode atrair grandes investimentos, novas tecnologias e apoio político das potências globais, e, em última análise, levar à melhoria das relações diplomáticas e da cooperação regional e internacional.

Resposta à quinta pergunta:

A extração de minério de ferro começou com vários contratos com empresas estrangeiras – inclusive da China – o que será benéfico tanto para o uso doméstico quanto para o processamento da matéria-prima em fábricas.

Outros projetos estratégicos, como o de lítio, também foram descobertos. Além disso, as minas de zinco e cromita envolvem vários contratos. De modo geral, o processamento de minerais e o investimento de países vizinhos neste setor estão em expansão, o que será benéfico para a economia do Afeganistão.

Entrevistador (Rohullah):

Muito obrigado pelo seu tempo e cooperação.

[encerramento da reunião]